

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS**

BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NO PROGRAMA
SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS-AM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MANAUS/ 2018

BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NO PROGRAMA
SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental. Orientadora: Prof.^a Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues.

BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NO PROGRAMA
SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS-AM**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^aDra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues - Presidente
PPGSS/UFAM

Prof.^aDra. Edilza Laray de Jesus - Membro
PPGICH/UEA

Prof.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves- Membro
PPGSS/UFAM

MANAUS/ 2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O48s Oliveira Chaves, Barbara Gabriella
Sustentabilidade Social e Cultural da Política de Educação
Ambiental: : um estudo de caso no Programa Social e Ambiental
dos Igarapés de Manaus/AM / Barbara Gabriella Oliveira Chaves.
2018
134 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Débora Cristina Bandeira Rodrigues
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal
do Amazonas.

1. Questão Socioambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Educação
Ambiental. 4. Política-Pública. I. Rodrigues, Débora Cristina
Bandeira II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus em seu grande amor e graça. E a todos aqueles que contribuíram para a construção desse estudo.

AGRADECIMENTOS

“Porque Ele (Jesus) Vive, posso crê no Amanhã...temor não há [...]”

Agradeço primeiramente Aquele que é digno de toda honra e glória, Deus bendito, sem o qual eu nada poderia fazer, e que com todo o seu amor colocou em meu caminho as pessoas as quais demonstro aqui minha sincera gratidão.

Gostaria de agradecer a minha mãe Janeide de Souza Oliveira Chaves, por todo o seu amor, paciência, fé em Jesus e por me ensinar a cada dia o significado do que é amar incondicionalmente, minha heroína;

Agradeço também a minha melhor amiga, minha avó materna Erotildes (*in memoriam*), palavras são insuficientes para descrever o quanto ela me amou e junto com minha tia materna Janilde de Souza Oliveira contribuíram para o meu processo de formação escolar e acadêmica;

Sou grata também aos meus professores da Graduação e Pós-Graduação por seu empenho em formar profissionais capacitados e preparados para seguir adiante, em especial àquela que me incentivou a concorrer ao mestrado minha sempre professora e amiga Ana Beatriz de Souza Cyrino, a qual acreditou em mim e esteve ao meu lado em todos os momentos que precisei;

A minha orientadora professora Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues com quem tive o imenso privilégio de trilhar no caminho do conhecimento, da escrita e da pesquisa, obrigada por cada orientação e palavra de fé;

Aos membros da banca desde a etapa da qualificação, que teceram valiosas contribuições para o aprimoramento do estudo proposto, Prof. Noval Benayon, Prof^a Edilza de Jesus e Prof^a Socorro Chaves.

Agradeço as minhas amadas colegas de mestrado: Ana Paula Carvalho, Carmem Lúcia, Danielle Barbosa, Gracileide Lopes, Keliene Santos, Renata Mendes, Tainá Abecassis, Viviane Benes e Janilse Trindade; todas sem exceção me auxiliarem e me motivaram quando precisei, e elas sabem disso, admiro-as muitíssimo;

Sou imensamente grata aos profissionais e beneficiários do PROSAMIM-AM, por suas disponibilidades, respeito e contribuição nos resultados dessa dissertação;

Gratidão também aquelas que me ajudaram com sua companhia durante a etapa de pesquisa de campo; na aplicação dos formulários, à colega de Grupo de Pesquisa Fabiana Guimarães e minhas primas amadas Aline Chaves Bernardino e Esther Chaves Bernardino;

Ao grupo de pesquisa Inter-Ação e toda sua equipe da qual tenho o prazer de fazer parte, partilhando das experiências no contexto da região amazônica;

As orações de cada irmão da Igreja de Cristo.

A todos aqueles que direta ou indiretamente me auxiliaram em todas as etapas da construção do trabalho que se apresenta. Muitíssimo obrigada.

*Porto de lenha
Tu nunca serás Liverpool
Com uma cara sardenta
E olhos azuis
Um quarto de flauta
Do alto rio negro
Pra cada sambista paraquedista
Que sonha o sucesso
Sucesso sulista
Em cada navio
Em cada cruzeiro
Em cada cruzeiro
Das famílias de turistas
(José Evangelista Torres Filho, 1991).*

RESUMO

Ao considerar o contexto global, torna-se cada vez mais crescente as discussões que dizem respeito à questão socioambiental e a necessidade de pensar novos paradigmas de sociedades que contemplem a concepção de sustentabilidade, e com o intuito de alcançar tais objetivos, políticas públicas têm sido construídas visando mitigar os impactos da questão socioambiental e contribuir para a efetivação da sustentabilidade. Inserido neste espaço de discussão, o Brasil tem participado como signatário de eventos que discutem a temática socioambiental sendo assim levado a propor e executar políticas públicas que respondam às demandas da “crise socioambiental”, entre as quais, destaca-se neste estudo a política de educação ambiental como um dos importantes instrumentos para esse processo. A fim de contribuir com este debate, a pesquisa que origina esta dissertação teve como objetivo geral de analisar a sustentabilidade social e cultural da Política de Educação Ambiental disposta na Lei 9.795/1999 tendo como recorte o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Considerando para alcance dos resultados propostos, uma abordagem qualitativa, sem desmerecer, contudo aspectos quantitativos necessários, parametrado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, cujo delineamento foi baseado em estudo de caso tendo especificamente como *locus* os oito parques residenciais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, localizados na área geográfica da cidade de Manaus/AM, que compreende a Bacia Hidrográfica do Educandos – BHE. A partir de uma amostra de 44 sujeitos, sendo destes 04 representados por profissionais que contribuem para o desenvolvimento das ações de educação ambiental no Programa em questão, e 40 beneficiários residentes na área de abrangência da análise, mais especificamente 5 moradores de cada parque de diferentes famílias. Foi possível identificar que a perspectiva de sustentabilidade presente na Política Nacional de Educação Ambiental se propõe crítica, respeitando para tanto todas as concepções que a abordam, contudo ressalta-se a necessidade de conhecimento de qual perspectiva se trabalha em determinado contexto para não incorrer na mecanização e generalização das ações impossibilitando sua efetividade, bem como, verificou-se que a sustentabilidade social da Educação Ambiental no Programa em questão, tem focado principalmente no processo de incentivo a participação social dos moradores, no entanto, a partir do resultado do estudo foi possível observar que é necessário ampliar a visão de participação, com o intuito de que esta venha contribuir para o fortalecimento da cidadania e justiça social de forma realmente crítica. No que concerne à sustentabilidade cultural esta por sua vez tem sido focada no Programa com base na comemoração de datas que contemplam o aspecto ecológico, ressaltando a necessidade também de clareza quanto ao entendimento do sentido de cultura, como um processo de troca de conhecimentos que considerem a subjetividade dos sujeitos, e sua trajetória de vida, contribuindo para que o público-alvo se identifiquem com as ações desenvolvidas e assim sejam coletivamente participantes como sujeitos de direitos do processo de transformação social e enfrentamento da questão socioambiental.

Palavras-chave: Questão Socioambiental; Sustentabilidade; Educação Ambiental.

ABSTRACT

When considering the global context, it is becoming more and more like those that claim the socio-environmental sustainability of thinking about new paradigms of societies that contemplate sustainability, the aim of reaching objectives, indicators, public policies to mitigate the impacts of the socio-environmental issue and contribute to achieve sustainability. Inserted in this discussion space, Brazil has participated as a signatory of events that discuss the socio-environmental theme, thus being led to propose and execute public policies that respond to the demands of the "socio-environmental crisis", among which, environmental education as one of the important instruments for this process. In order to contribute to this debate, the research that originated this dissertation had as its general objective to analyze the social and cultural sustainability of the Environmental Education Policy set forth in Law 9.795 / 1999, as a cut off from the Program Social and Environmental the Rives of Manaus - PROSAMIM. Considering the scope of the proposed results, a qualitative approach, without detracting, however, quantitative aspects necessary, parameterized in bibliographical, documentary and field research, whose design was based on a case study having specifically as locus the eight residential parks of the Program Social and Environmental the Rives of Manaus, located in the geographical area of the city of Manaus / AM, that includes the Basin of Educandos - BHE. From a sample of 44 subjects, of whom 04 represented by professionals who contribute to the development of environmental education actions in the Program in question, and 40 beneficiaries residing in the area of analysis, more specifically 5 residents of each park of different families. It was possible to identify that the perspective of sustainability present in the national policy of environmental education is critical, respecting all the conceptions that approach it, but it is necessary to know the perspective of working in a given context in order not to incur mechanization and generalization of actions making it impossible to be effective, as well as, it was verified that the social sustainability of environmental education in the Program in question, has focused mainly on the process of encouraging the social participation of residents, however, from the result of the study it was possible to observe that it is necessary to broaden the vision of participation, with the intention that it may contribute to the strengthening of citizenship and social justice in a really critical way. As far as cultural sustainability is concerned, this has in turn been focused on the Program based on the commemoration of dates that contemplate the ecological aspect, emphasizing the need also for clarity regarding the understanding of the sense of culture, as a process of knowledge exchange that consider the subjectivity of the subjects, and their life trajectory, contributing for the target audience to identify themselves with the developed actions and thus are collectively participants as subjects of rights of the process of social transformation and confrontation of the social-environmental question.

Keywords: Social and Environmental Issues; Sustainability; Environmental Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Caracterização das dimensões da sustentabilidade.....	27
Figura 02: Temáticas de Educação Ambiental mais abordadas no PROSAMIM/AM.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Concepções de sustentabilidade.....	27
Quadro 02: Marcos históricos das discussões sobre sustentabilidade e meio ambiente.....	31
Quadro 03: Concepções de Educação Ambiental.....	35
Quadro 04: Correntes Teóricas referentes à Educação Ambiental.....	35
Quadro 05: Instituições que oferecem cursos voltados a Educação Ambiental no Amazonas.....	46
Quadro 06: Instituições Públicas que trabalham a política de Educação Ambiental.....	47
Quadro 07: Tempo de trabalho no PROSAMIM/AM.....	56
Quadro 08: Capacitação dos profissionais participantes da pesquisa para execução das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM/AM.....	57
Quadro 09: Concepção de Educação Ambiental dos Profissionais Entrevistados.....	70
Quadro 10: Entendimento dos profissionais entrevistados acerca do conceito de Meio Ambiente.....	72
Quadro 11: Síntese das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM//BHE – 2016-2017/1.....	74
Quadro 12: Entendimento do termo sustentabilidade por parte dos profissionais.....	89
Quadro 13: Entendimento do termo sustentabilidade por parte dos beneficiários.....	92
Quadro 14: Ação de Educação Ambiental desenvolvida no PROSAMIM/BHE.....	96
Quadro 15 - A respeito da dimensão cultural nas ações de EA no PROSAMIM.....	97
Quadro 16: Ações de Educação Ambiental desenvolvidas no PROSAMIM/BHE.....	101
Quadro 17: Alcance das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM/BHE.....	102
Quadro 18: Ação de Educação Ambiental desenvolvidas no PROSAMIM/BHE.....	107
Quadro 19: Efetividade das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM/BHE.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Faixa etária dos beneficiários informantes da pesquisa.....	60
Gráfico 02: Estado civil dos Beneficiários informantes.....	60
Gráfico 03: Informação acerca de qual igarapé os informantes foram reassentados.....	60
Gráfico 04: Informação acerca da escolaridade dos beneficiários informantes.....	63
Gráfico 05: Informação referente à situação no mercado de trabalho dos beneficiários informantes.....	64
Gráfico 06: Informação referente à raça/etnia dos beneficiários informantes.....	65
Gráfico 07: Município de nascimento dos beneficiários informantes.....	65

LISTA DE SIGLAS

AM – Amazonas

BHE – Bacia Hidrográfica do Educandos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

EA – Educação Ambiental

EAD – Educação a Distância

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LOMAN – Lei Orgânica do Município de Manaus/AM

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

ONGS – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Operational Policy

PEA – Plano de Educação Ambiental

PER – Plano de Reassentamento

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

PSSA – Plano de Sustentabilidade Socioambiental

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SRMM – Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana

UGPE – Unidade Gestora de Projetos Especiais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I: QUESTÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	20
1.1. Questão Socioambiental em Debate no Século XX.....	20
1.2. Sustentabilidade, Marcos Históricos e Conceituais: ênfase nas dimensões social e cultural.....	26
1.3. Políticas Públicas para efetivação da sustentabilidade: a Educação Ambiental em foco.....	33
CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMAZONAS: ÊNFASE NO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS.....	42
2.1. Educação Ambiental no Estado do Amazonas.....	42
2.2. A Educação Ambiental na cidade de Manaus: caracterização do <i>locus</i> da pesquisa e perfil dos sujeitos.....	48
2.3. Caracterização da Educação Ambiental no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.....	66
CAPÍTULO III: SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PROSAMIM/AM.....	81
3.1. Sustentabilidade Social e Cultural na Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil.....	81
3.2. A Sustentabilidade Social e Cultural nas Ações de Educação Ambiental Desenvolvidas no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.....	87
3.3. Alcance e Efetividade da Política de Educação Ambiental no PROSAMIM.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES E ANEXOS.....	124

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da questão socioambiental e da sustentabilidade assumem posição de destaque, sobretudo, a partir da década de 1970 no âmbito mundial, principalmente no contexto de vigência do modelo econômico de ordem capitalista, cuja lógica de produção se baseia na apropriação de recursos renováveis e não renováveis, bem como na utilização do trabalho humano para atender aos interesses de acumulação do capital para manutenção de tal sistema, cujo processo de consolidação tem conduzido para um cenário de crise socioambiental. (LEFF, 2009)

Segundo Sachs (1986), diante de tal crise, surge cada vez mais como pauta de discussão para o desenvolvimento socioeconômico, seus limites e possibilidades em relação às presentes e futuras gerações, nesse contexto o conceito de sustentabilidade é evidenciado mundialmente, no intuito de pensar estratégias para um desenvolvimento que vise à articulação entre as dimensões econômica, social e ambiental, o autor ainda apresenta que o ambiente é uma dimensão do desenvolvimento e de fato deve receber especial atenção, articulado às demais quais sejam: econômica, social, cultural, territorial, ambiental e política tanto nacional como internacional.

Entre as estratégias discutidas desde a década de 1970, para responder as demandas da questão socioambiental, e efetivação da sustentabilidade, estão às chamadas política públicas ambientais que são representadas pelo conjunto de legislações e ações voltadas para se pensar a relação do homem com o meio ambiente, e como um dos instrumentos da Política Ambiental, especificamente no Brasil, é destacado neste estudo a Política Pública de Educação Ambiental, a qual é instituída a nível nacional pela Lei nº 9.795/1999. (VIEIRA E BREDARIOL, 1998).

Tal política pública pode ser desenvolvida nas mais variadas instituições sociais, tanto de caráter público quanto privado, utilizada pelo Poder Público bem como pelos órgãos não governamentais, como uma estratégia fundamental para o enfrentamento da questão socioambiental e efetivação da sustentabilidade. No entanto, não se trata, de acomodar-se a realidade posta, mas de conhecê-la cada vez mais para melhor se pensar nos avanços e efetiva transformação da realidade, e para isso é importante atentar para as especificidades de cada região, em seu processo de formação sócio-histórica às quais apresentam características que lhe são inerentes, no entanto, sem desconectá-la do contexto global, considerando os recursos e potencialidades locais para a construção de uma nova proposta de desenvolvimento pautada na justiça,

equidade, e efetivação dos direitos sociais assim como o equilíbrio e articulação entre os saberes (SACHS, 1986).

Dessa forma, com ênfase nas especificidades da região amazônica, este trabalho tem como recorte da discussão, a Política Nacional de Educação Ambiental implementada nos Parques Residenciais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), localizados na Bacia Hidrográfica do Educandos, a questão central que norteou o estudo, portanto foi: *Qual a perspectiva de sustentabilidade social e cultural presente na Política Nacional de Educação Ambiental e nas estratégias de implementação da referida política no PROSAMIM-AM, no processo de enfrentamento da questão socioambiental?* com o objetivo geral de “*Analisar a sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental implementada no referido programa, que é desenvolvido na cidade de Manaus, capital do Amazonas tendo como objetivos específicos: 1) Identificar a perspectiva de sustentabilidade social e cultural presente na Política de Educação Ambiental; 2) Caracterizar a forma de implementação da política de educação ambiental no PROSAMIM e 3) Mapear o alcance e efetividade da educação ambiental implementada no PROSAMIM, em sua sustentabilidade social e cultural.*

O estudo aqui apresentado foi desenvolvido a partir de uma abordagem crítica, que conforme destaca Netto (2011) não se limita apenas na aparência, mas busca a partir de uma análise da totalidade, maior proximidade com a essência do objeto.

Destaca-se assim, a relevância na abordagem da temática, tendo em vista sua importância mediante o cenário mundial de crescentes discussões sobre a questão socioambiental, sustentabilidade e políticas públicas, evidenciando a política pública de EA como primordial ferramenta política de transformação ambiental e social, conforme aborda Leonardi (2002), Silva (2008), Loureiro (2012), entre outros autores, ressaltando assim a pertinência em sua análise.

O interesse na abordagem do tema surgiu inicialmente a partir de leituras requisitadas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, durante uma das etapas do processo de seleção do mestrado para o ano de 2016, onde entre os assuntos abordados se tornou perceptível as inquietações presentes no atual cenário sócio-históricos, sobre a questão socioambiental e as estratégias de enfrentamento de tais demandas, por se tratar de uma temática densa e da qual resulta diversas discussões, durante as etapas de orientação de dissertação foi delimitada a análise voltada para a Política de Educação Ambiental no tocante a sustentabilidade social e cultural, por sua pertinência como ferramenta política.

O estudo foi desenvolvido com base no conhecimento científico que conforme Köche (2009) vai para além da experiência imediata, objetiva uma análise crítica e sistematizada baseada em princípios explicativos da realidade, utilizando como base para tal a fundamentação teórica.

No que concerne aos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, sua classificação foi de caráter explicativo, o qual de acordo com Gil (2002, p. 46) “é o que mais aprofunda o conhecimento da realidade” e diferente da abordagem descritiva, vai além de simples identificações de respostas, mas visa acrescentar discussões relevantes sobre a temática, através do levantamento bibliográfico, documental e da pesquisa de campo.

A natureza deste estudo foi qualitativa, que conforme Goldenberg (2004) destaca com maior relevância os dados subjetivos do objeto, contudo não desmerecendo os dados quantitativos necessários para melhor apreensão do conhecimento.

No que se refere ao seu delineamento esta dissertação foi baseada em um estudo de caso, que conforme cita Gil (1994, p.78) “[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo [...]” seguindo-se as seguintes fases:

I - A realização de pesquisa exploratória; *II* – Revisão de literatura; *III* – Submissão da pesquisa ao Comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Amazonas-UFAM; *IV* - realização de pesquisa documental; *V* -Pesquisa de Campo; *VI* – Análise dos dados a partir do método de análise de conteúdo; *VII* – Elaboração do Relatório Final (dissertação).

Como requisito fundamental para realização de pesquisas envolvendo seres humanos, o presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM e aprovado no dia 21/11/2017, conforme parecer de aprovação emitido de CAAE nº 74302017.9.0000.5020.

O *locus* de realização do estudo foi à cidade de Manaus, mais especificamente tendo como recorte o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROSAMIM, especificamente na área geográfica da Bacia do Educandos, na qual estão localizados seus oito parques residenciais, aqui colocados em ordem temporal de inauguração: Parque Residencial Manaus, Parque Residencial Jefferson Peres, Parque Residencial Gilberto Mestrinho, Parque Residencial Mestre Chico I; Parque Residencial Cachoeirinha; Parque Residencial Cajual; Parque Residencial Liberdade e Parque Residencial Mestre Chico II, os quais possuem uma população de acordo com dados fornecidos pela equipe técnica do PROSAMIM/UGPE, 13.035 habitantes.

Em relação ao universo da pesquisa considerou-se a equipe de profissionais do PROSAMIM, responsáveis pela implementação da política pública de Educação Ambiental no *locus* delimitado para o estudo, que conforme pesquisa exploratória consiste no total de 28 profissionais que atuam diretamente junto à população ali residente, formados nas mais diversas áreas, como administração, serviço social, psicologia, pedagogia e biologia, e ainda a população beneficiária que referente aos oito parques residenciais em questão, totalizam 2.607 famílias ou 13.035 habitantes, desse modo o universo ao considerar os dois sujeitos evidenciados, foi de 13.063 pessoas.

Para garantir a viabilidade da pesquisa, foi retirada uma amostra, mais especificamente de caráter não probabilística intencional, que de acordo com Marconi e Lakatos (2002) representa uma parcela do universo pesquisado que se baseia na escolha de determinados elementos da população conforme os objetivos da pesquisa, sendo não probabilística, pois se referiu a uma seleção aleatória, não sendo, portanto baseada em cálculos estatísticos, e intencional, pois os sujeitos são escolhidos de acordo com os critérios de seleção estabelecidos.

Neste sentido o número de informantes total foi de 44 pessoas, sendo destes 40 referentes ao número de Beneficiários, com quem foram aplicados os formulários como instrumento de coleta de dados, quantitativo calculado com base em até 05 informantes por parque residencial, e de 04 profissionais, da equipe do PROSAMIM responsáveis pela implementação da política pública de Educação Ambiental, sendo estes de áreas de formação diferenciadas, aos quais foi utilizada a técnica de entrevista estruturada para obtenção das informações necessárias.

Desse modo os sujeitos da pesquisa foram:

- Equipe técnica do PROSAMIM responsáveis pela execução da Política de Educação Ambiental nos Parques Residenciais localizados na Bacia Hidrográfica de Educandos. Total: 04 informantes.
- Beneficiários do PROSAMIM moradores dos 08 Parques Residenciais localizados na Bacia Hidrográfica de Educandos. Total: 40 informantes, sendo 05 de cada residencial.

Referente aos dados coletados tanto na pesquisa bibliográfica, quanto na pesquisa de campo, foi feita análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1995) consiste em um esforço de interpretação dos dados obtidos, com o propósito de conhecer o objeto de estudo para além da aparência, utilizando-se tanto da objetividade quanto da subjetividade para alcance de tal apreensão.

Desse modo, a presente dissertação está estruturada em três capítulos articulados entre si, onde o primeiro traz a discussão introdutória e conceitual acerca da questão

socioambiental, sustentabilidade e Educação Ambiental: aspectos emergentes no contexto contemporâneo” no qual é apresentado o marco de discussão de ambas categorias em um nível global, nacional e amazônico.

O segundo capítulo trata sobre a Educação Ambiental no Estado do Amazonas especificamente tendo como base o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, contextualizando acerca da região e do processo de formação sócio-histórica do Estado, e em sequência sobre alguns aspectos da EA identificada neste, para discorrer sobre o Programa em questão, suas características e principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das ações de EA.

No terceiro capítulo, por fim se discute sobre a sustentabilidade social e cultural da Política de Educação Ambiental implementada no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM/AM, e para alcance de tal objetivo foi realizado primeiramente uma análise da perspectiva de sustentabilidade presente na Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9.795/1999, para melhor entendimento da perspectiva de sustentabilidade social e cultural adotada pelo Programa foco da análise, e assim apresentar os resultados acerca da sustentabilidade social e cultural das ações de EA desenvolvidas no Programa, para em sequência trazer dados que auxiliaram no mapeamento do alcance e efetividade de tais ações.

CAPÍTULO I

QUESTÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

O capítulo aborda, sobre a emergência da discussão referente à questão ambiental e do conceito de sustentabilidade e suas dimensões, dando ênfase a social e cultural, considera também de forma sucinta os termos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e suas diferenças ideo-políticas, de forma articulada apresenta ainda a respeito da política pública de Educação Ambiental como uma das importantes estratégias de efetivação da sustentabilidade e enfrentamento da questão socioambiental.

O capítulo trata sobre o surgimento dos debates a respeito da questão ambiental no cenário mundial, brasileiro e amazônico, toma para tal como parâmetro o contexto sócio-histórico pautado no modelo de produção de lógica capitalista, em sequência traz a discussão da sustentabilidade em seus aspectos emergentes e conceituais, com ênfase em suas dimensões social e cultural, e por fim contempla uma breve reflexão referente às políticas públicas para alcance da sustentabilidade dando destaque especificamente a Educação Ambiental.

1. Questão socioambiental em debate no século XX

O objetivo deste tópico é abordar de forma concisa sobre a emergência dos discursos referentes à questão ambiental no cenário mundial, brasileiro e amazônico, na perspectiva teórica que a apresenta como uma expressão da questão social, resultante de um contexto de contradições socioeconômicas geradas no bojo do modelo de produção de lógica capitalista.

A questão ambiental de acordo com Acselrad (2009) tem seus rebatimentos visíveis na sociedade, porém, as estratégias para enfrentar as demandas provenientes desse processo não são assim tão evidentes, percebe-se neste sentido a razão dos constantes debates a nível mundial sobre o tema, tendo em vista sua complexidade.

Sobre o termo questão ambiental, de acordo com Leff (2009) neste está implícito não somente como a nomenclatura enuncia os aspectos bióticos ou biofísicos do meio natural, mas também aspectos sociais, territoriais, econômicos e políticos.

Ao levar em consideração tais aspectos, é que conforme destaca Veiga (2007) a utilização do termo questão socioambiental vem se impondo no contexto brasileiro para fazer referência à chamada “questão ambiental”, justamente com base no entendimento que esta se refere a todas as dimensões presentes na sociedade, por este motivo neste estudo, será utilizado o termo questão socioambiental, não apenas considerando a simples junção dos termos social e ambiental, mas por entender os valores implícitos no uso deste.

Sob esse prisma Nunes (2013), entende que a questão socioambiental não é meramente discutir sobre os recursos naturais, mas também sobre os impactos de tal questão na qualidade de vida dos seres humanos, tendo em vista o modelo de desenvolvimento¹ socio-econômico adotado por estes.

Desta forma no que se refere ao conceito de questão socioambiental esta pode ser interpretada a partir de duas tendências principais conforme destaca Crisostomo da Silva (2015):

- 1) Uma tendência de voltar os estudos da temática para a ecologia, que ressalta a destrutividade do meio ambiente gerada pelo desenvolvimento urbano-industrial e a soma com a falta de consciência ambiental da sociedade;
- 2) A outra tendência encontra-se em uma perspectiva crítica, que vincula a questão ambiental como resultado da lógica predatória do capital e desta forma aponta que é preciso superar este tipo de sociedade para poder responder com efetividade a questão ambiental.

Neste sentido como definição baseada na primeira tendência, pode-se evidenciar a interpretação de Jollivet & Pavé (1992) *apud* Leis (2002) que diz que a questão socioambiental é um fenômeno que está associado aos desequilíbrios sistêmicos que resultam da insistência de padrões econômicos regulatórios da vida social. Sendo assim, de acordo com os autores a questão socioambiental se manifesta a partir de um conjunto de impactos ao meio ambiente causados pelo modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado por determinada sociedade.

Por outro lado, autores como Leff (2009) e Silva (2008) defendem a definição da questão socioambiental como sendo o conjunto das destrutividades causadas por um

¹ Entendido como um fenômeno de dimensão histórica, caracterizado pela criação de técnicas responsáveis por atender as demandas econômicas e sociais em um determinado contexto, não sendo, portanto sinônimo de crescimento, pois este é apenas um dos seus elementos verificáveis. (FURTADO, 2009).

processo contraditório de ordem capitalista. E é com base nesta segunda tendência, utilizando-se da definição apresentada pelos referidos autores que a questão socioambiental será aqui abordada, a partir do contexto que é apresentado principalmente em um cenário econômico de ordem capitalista, exercendo influência de diversas formas, nos aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais.

De acordo com Leff (2009), nos debates sobre a questão socioambiental em nível mundial, acusa-se a irracionalidade capitalista de produção e de consumo, o que contribui para as crescentes discussões sobre os limites do crescimento econômico como sendo fundamental para a garantia de continuidade do desenvolvimento das sociedades, surge então o interesse teórico, político e econômico de se pensar alternativas para um desenvolvimento socioeconômico que leve em consideração os limites naturais dos recursos existentes e garanta assim a própria continuidade da existência humana.

Referente ao modo de produção capitalista, Harvey (2005) aborda que uma das características deste é a utilização do espaço para atender aos seus interesses, sempre buscando formas de se expandir e garantir a continua obtenção de lucro, mesmo que pautado na formação de um desenvolvimento desigual das regiões, com o objetivo de garantir vantagens desse processo.

De acordo com Marx (2004), a lógica presente no modo de produção capitalista, é de acumulação de capital e exploração do trabalho vivo, como sendo inerente a este, definindo-se assim uma relação de subordinação, em que se produz para além do nível de subsistência, a produção é em massa, e cada vez em maior escala, para assim acumular ainda mais.

No que diz respeito aos debates acerca da questão socioambiental em nível mundial, conforme destaca Leff (2009) estes surgem com maior ênfase em meados do século XX, mais precisamente, tendo como marco a reunião ocorrida no ano de 1968 que ficou conhecida globalmente como o *Clube de Roma*, da qual resultou o Relatório intitulado: “*Os Limites do Crescimento*” publicado anos depois na I Conferência Mundial do Meio Ambiente, organizada pela ONU em 1972, objetivando discutir sobre a necessidade de frear o crescimento econômico e populacional com o intuito de garantir os meios necessários para manutenção da vida humana na Terra.

Tal Relatório é considerado um marco mundial nas discussões sobre a questão ambiental justamente pelo impacto que causou com seu conteúdo, levando a uma série de debates internacionais em busca de medidas que fossem operacionalizáveis para superar a problemática.

E entre os órgãos de apoio as eventos, acordos e tratados voltados à temática ambiental de acordo com Ribeiro (2001), estão a ONU a UNESCO e UNICEF, a primeira foi criada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a pretensão de que fosse estabelecida e garantida a paz entre as nações evitando assim uma repetição do cenário observado durante a referida guerra, a Organização versa sobre diversos assuntos e tem sido uma das principais articuladoras da ordem internacional ambiental.

Acerca do explicitado referente à questão socioambiental, Leff (2008) destaca que para a resolução da problemática ambiental e desconstrução de uma racionalidade pautada apenas nos fundamentos econômicos, faz-se necessário uma mobilização a partir de um conjunto de fatores sociais como:

[...] a formação de uma consciência ecológica; o planejamento transetorial da administração pública e a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais; a reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção como na aplicação de conhecimentos. (LEFF, 2008, p.135)

A partir da citação de Leff, é evidenciado um conjunto de ações que segundo o mesmo são de fundamental importância para efetivação e desconstrução de uma racionalidade com base no modelo hegemônico de ordem capitalista, contudo para que seja viável, é fundamental não estar desconectado da realidade e suas constantes transformações, para se pensar em alternativas factíveis.

Destaca-se a partir dos debates feitos por Leff (2007; 2008) que as degradações de ordem ambiental não atingem apenas aos aspectos biológicos e físicos, mas reflete na qualidade de vida das populações tanto urbanas quanto rural, e podem ser identificadas a partir do:

- ✓ Crescimento das disparidades sociais;
- ✓ Aumento da pobreza;
- ✓ Más condições de habitação;
- ✓ Deficiência no acesso a serviços básicos, como: saúde, educação, saneamento.
- ✓ Desmatamento desenfreado;
- ✓ Erosão do solo;
- ✓ Altos índices de contaminação do ar, poluição, degradação do meio ambiente, crise de recursos naturais e energéticos e também de alimentos.

Dessa maneira, segundo o referido autor a questão socioambiental diz respeito às questões de ordem social, ética, econômica, política, cultural e ecológica que afetam

diretamente a qualidade de vida do ser humano bem como sua existência, destacando-se assim sua complexidade.

Vale ressaltar o exposto por Stahel (2003), de que o acirramento das manifestações da questão socioambiental mundialmente apresenta-se como momento oportuno para se pensar novas alternativas inclusive em uma nova sociabilidade, em um sistema inovador que leve em consideração não só aspectos quantitativos, mais principalmente os qualitativos das sociedades.

Referente ao evidenciado nos parágrafos anteriores, trazendo a discussão para a realidade brasileira, Cavalcanti (2002), aponta que não diferente do cenário mundial, onde se percebe a relação crítica do Homem em sociedade com a Natureza, o país tem buscado cada vez mais, criar e implementar leis e políticas públicas voltadas para as questões ambientais, inclusive a partir de propostas e legislações que visem minimizar as desigualdades sociais, através de políticas mais inclusivas, ressaltando para tal a importância da participação social nesse processo e as especificidades locais conectadas ao contexto global.

Levando em consideração o contexto internacional de acordo com Cavalcanti (2002), no Brasil têm sido crescentes os encontros que objetivam expor sobre os impactos ambientais em seu território, passando a pensar alternativas que leve em consideração a gestão dos seus recursos naturais, com vistas a garantir o bem-estar social de sua população, como também de definir formas de enfrentamento da questão socioambiental na sociedade brasileira.

Segundo Ferreira (1998), a partir das principais conferências internacionais do Meio ambiente, o Brasil tem mudado sua posição quanto a sua participação nas questões que tratam sobre o tema, estando cada vez mais presente e sendo até mesmo um dos principais defensores das pautas ambientais. Desde então, o autor acrescenta que sob influência dos acordos internacionais o governo brasileiro criou em janeiro de 1989 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) além de outros órgãos ambientais para atender as demandas e objetivos oriundos dos acordos e tratados estabelecidos no âmbito global.

Consoante Ribeiro (2001), as produções brasileiras na área das ciências sociais sobre a temática ambiental é recente, e em primeiro momento estes objetivavam abordar sobre os movimentos ambientalistas, a crise ecológica e os acordos internacionais, datando desta forma ,com maior expressividade a partir da década de 1970 em diante.

Importa acrescentar que a questão socioambiental entendida na perspectiva apresentada nesse estudo, pode ser observada na sociedade brasileira desde os seus

primórdios, ainda que em séculos passados tal nomenclatura não fosse utilizada e nem mesmo pensada na proporção atual, pois a expansão territorial no Brasil, segundo Leff (2008), deu-se no contexto de um capitalismo mercantil, desencadeando uma série de expedições marítimas que resultou na colonização europeia de vários territórios, de forma impositiva aos povos que já habitavam tais regiões, sendo desconsiderados seus aspectos culturais e formas de lidar com a natureza, desta forma o cultivo, a apropriação dos recursos passou a ser cada vez mais tecnificada para sua extração em quantidade.

Segundo Leff (2008), com o processo de industrialização, intensificou-se ainda mais essas questões, nos chamados países de Terceiro Mundo, onde há altos níveis de disparidades, sem levar em consideração suas potencialidades, biológicas, culturais, sociais, contribuindo expressivamente para sua degradação e agravamento das desigualdades sociais. Como consequência, problemas ambientais relacionados ao desmatamento, a erosão, a perda de fertilidade dos solos, foram se intensificando, com o discurso de “progresso e desenvolvimento econômico” para a região.

Leff (2008) ressalta que as relações sociais são construídas em torno de um meio natural, no entanto esta interação nem sempre é estabelecida de forma saudável e equilibrada, a exemplo no modo de acumulação capitalista existe uma sobreposição de seus interesses em relação à capacidade do meio, e, além disso, ao se expandir para outras regiões, incluindo-se os países da América Latina, impôs essa sua lógica, descaracterizando-se as diversas culturas nele existentes.

O Brasil, consoante ressalta Boff (2001), é rico em biodiversidade e sociodiversidade e seu capital ecológico é impar quando observadas as suas riquezas naturais, porém no aspecto social o país é repleto de contradições observadas nas disparidades sociais, má distribuição da riqueza e fortes hierarquias que contribui para a (in) sustentabilidade de seu desenvolvimento socioeconômico em todas as suas dimensões.

E em seu vasto território, o Brasil compreende a região que é considerada de acordo com o exposto por Esterci (2002) como a última fronteira do mundo que é a Amazônia, e sua realidade pode ser apresentada tanto positiva quanto pessimista em relação ao seu futuro, onde uns exaltam sua abundância, já outros seu processo inevitável de degradação.

Dessa forma, pensar em desenvolvimento na região amazônica conforme cita Sachs (1986), traz a questão dos saberes dos povos tradicionais através de práticas que contribuem para a conservação do ecossistema, como o autor apresenta refletir sobre as práticas desses povos não se refere a voltar ao passado, mas em pensar em estratégias

pautadas em experiências locais e com resultados positivos, com base em uma das características do ecodesenvolvimento que é de criar alternativas através de ecotécnicas que correspondam às particularidades e ao potencial de cada localidade.

De acordo com Sachs (1986), coloca-se em destaque o espaço local e sua articulação com o espaço nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento, pois a unificação de um modelo de desenvolvimento é limitada e descompromissada com as particularidades regionais, o que afeta tanto os setores ecológicos quanto os setores sociais, rumo a uma estratégia específica para a Amazônia ainda faz-se necessário mais estudo e pesquisa, o que se observa é sem dúvidas a necessidade de superar um modelo de desenvolvimento unificado, e que os planejadores estejam mais abertos a dialogar com a realidade posta de forma coerente.

Segundo Esterici (2002), a Amazônia, portanto tem sido um espaço privilegiado de discussões para um desenvolvimento sustentável, tanto na observância de sua forma de lidar com a questão quanto no processo de contradições enfrentados para a efetividade dos objetivos de sustentabilidade propostos, tal discussão é um território fértil para novas indagações, pois cada vez mais os olhares se voltam para as comunidades locais.

Como resultado dos debates referentes à questão socioambiental, Leff (2009) enfatiza os crescentes discursos a respeito do conceito de sustentabilidade, tomando como ponto de partida a leitura da realidade contemporânea, com o objetivo de pensar de forma prática, alternativas para atender as demandas oriundas de tal processo.

1.2. Sustentabilidade marcos históricos e conceituais: ênfase nas dimensões social e cultural

A preocupação com a temática ambiental, conforme afirma Sachs (2002) possui como uma de suas emergências a descoberta humana de sua fragilidade sobre a terra, e ao reconhecimento dos limites desta.

Os acontecimentos como a destruição da cidade de Hiroshima pelo uso da bomba atômica, levaram ao alerta de que ações humanas poderiam ser capazes de acabar com a vida sobre o planeta, outro acontecimento que se destacou foi a ida do homem à Lua, as quais tornaram ainda mais perceptíveis os limites do globo terrestre.

Presente em um contexto marcado por tais preocupações de ordem ambiental em nível global o conceito de sustentabilidade ganha notoriedade, sendo pauta de

discussão em diversos eventos internacionais que visavam encontrar medidas para responder as demandas socioambientais apresentadas.

Contudo para adentrar a abordagem sobre os eventos marcos da emergência da sustentabilidade, importa salientar primeiramente sobre seu aspecto conceitual; assim, referente ao termo este não possui uma definição unânime, mas várias concepções que se entrecruzam, conforme é destacado no Quadro 01:

Autor	Concepção de sustentabilidade
Veiga (2010)	Expõe que a sustentabilidade não deve ser entendida como noção de “continuidade” ou “durabilidade”, que está possui um conceito em construção e está conectada a fatores de ordem socioambiental ligadas as reflexões acerca do desenvolvimento socioeconômico.
Cavalcanti (2002)	“Sustentabilidade quer dizer o reconhecimento de limites biofísicos colocados, incontornavelmente, pela biosfera no processo econômico” (CAVALCANTI, 2002, p. 38), ou seja, uma relação de respeito à finitude e capacidade de apropriação dos recursos naturais, para atender aos interesses da sociedade.
Leff (2009)	Defende a perspectiva de sustentabilidade, pautada na construção de uma nova racionalidade, que esteja baseada na observância dos potenciais ecológicos e nos aspectos culturais, em um processo de construção de uma nova concepção de civilização.
Sachs (2002)	Associa, contudo a sustentabilidade com a noção de desenvolvimento, como inerente e indispensável a este. Fundamental para a própria condição de existência humana e sadia qualidade de vida, levando-se em consideração todas as suas dimensões quais sejam: social, cultural, ambiental, ecológica, territorial, econômica, política nacional e política internacional

Quadro 1 – Concepções de sustentabilidade

Fonte: Sistematização da pesquisadora a partir de Veiga (2010); Cavalcanti (2002); Leff (2009); Sachs (2002), Dez. 2017.

Os autores supracitados no Quadro 01 apesar de possuírem perspectivas particulares sobre o conceito de sustentabilidade, compartilham de que o termo está diretamente associado ao processo de se pensar um novo paradigma de desenvolvimento socioeconômico que leve em consideração os aspectos qualitativos das diferentes sociedades.

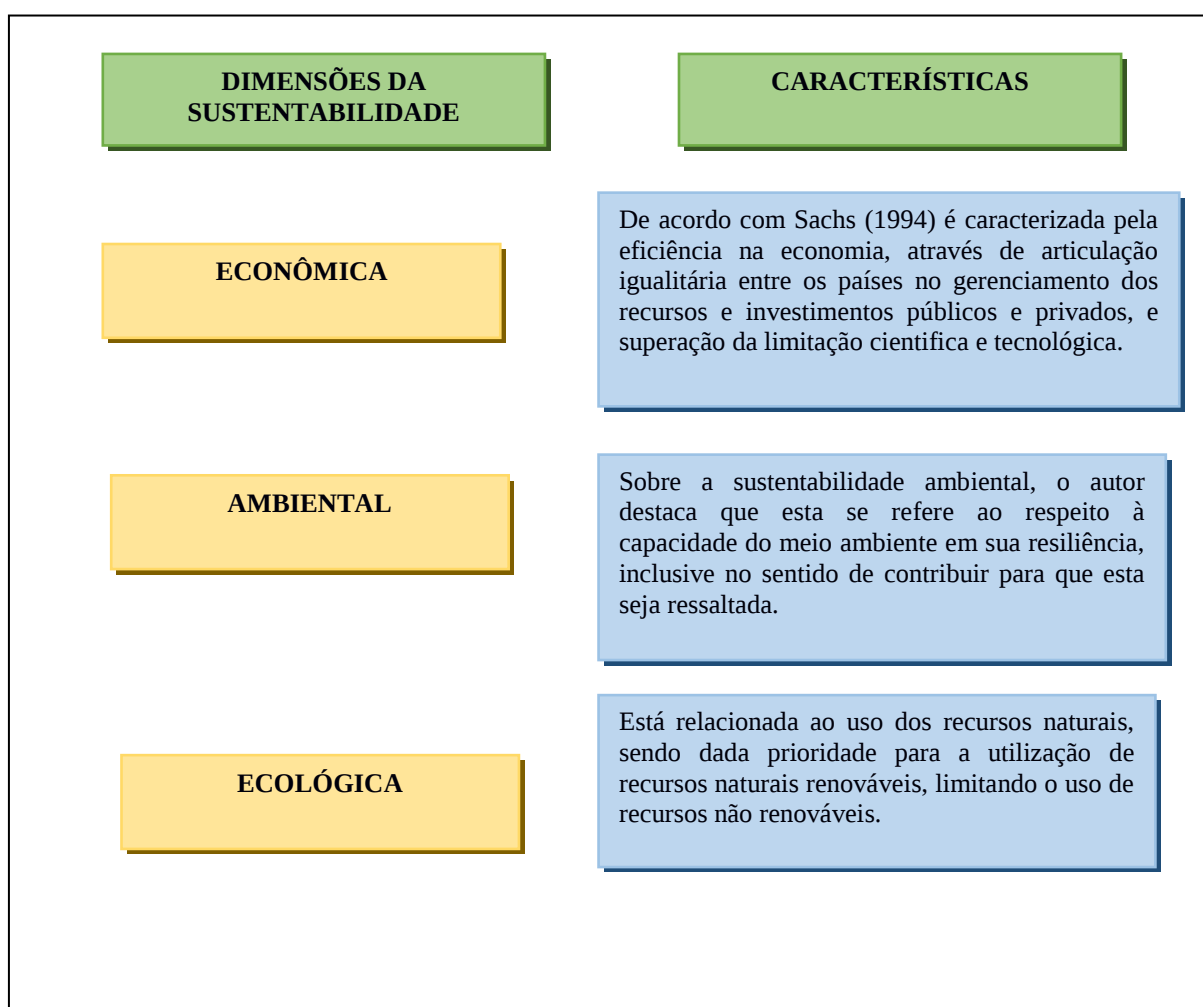
Ainda com base no quadro apresentado, destaca-se para este estudo o conceito de sustentabilidade na perspectiva de *Ignacy Sachs*, cujo entendimento sobre o termo é amplo ao considerar não apenas os aspectos ecológicos do processo de desenvolvimento, mas também suas demais dimensões conforme elencadas no quadro anterior.

Para Sachs (2002), no que diz respeito à sustentabilidade, este expõe que a civilização deve ser pensada ao levar em consideração o aproveitamento sustentável de seus recursos naturais, tendo em vista suas potencialidades. Destaca assim, a

importância de levar em consideração os modelos de civilização cuja relação com a natureza, apresenta-se de forma sustentável, não representando conforme o autor aponta, um retrocesso social, mas sim o de tomá-los como exemplo para pensar alternativas sustentáveis de desenvolvimento. Tal busca deve contar com a interdisciplinaridade e a associação entre as ciências naturais, sociais e exatas, como fundamental para esse processo.

É imprescindível, segundo Sachs (2002), para efetivação do pressuposto de sustentabilidade o respeito à natureza, seus limites, possibilidades e diversidade, além do uso racional dos recursos naturais, levando em consideração assim as dimensões da sustentabilidade as quais estão articuladas entre si, pois ambas fazem parte da vida em sociedade.

Sachs (2002) apresenta de forma específica as características presente em cada uma das dimensões da sustentabilidade, com o intuito apenas de detalhar quais as suas especificidades, está assim, destacado na Figura 01 suas características de forma breve, sendo dada neste estudo ênfase nas dimensões social e cultural:



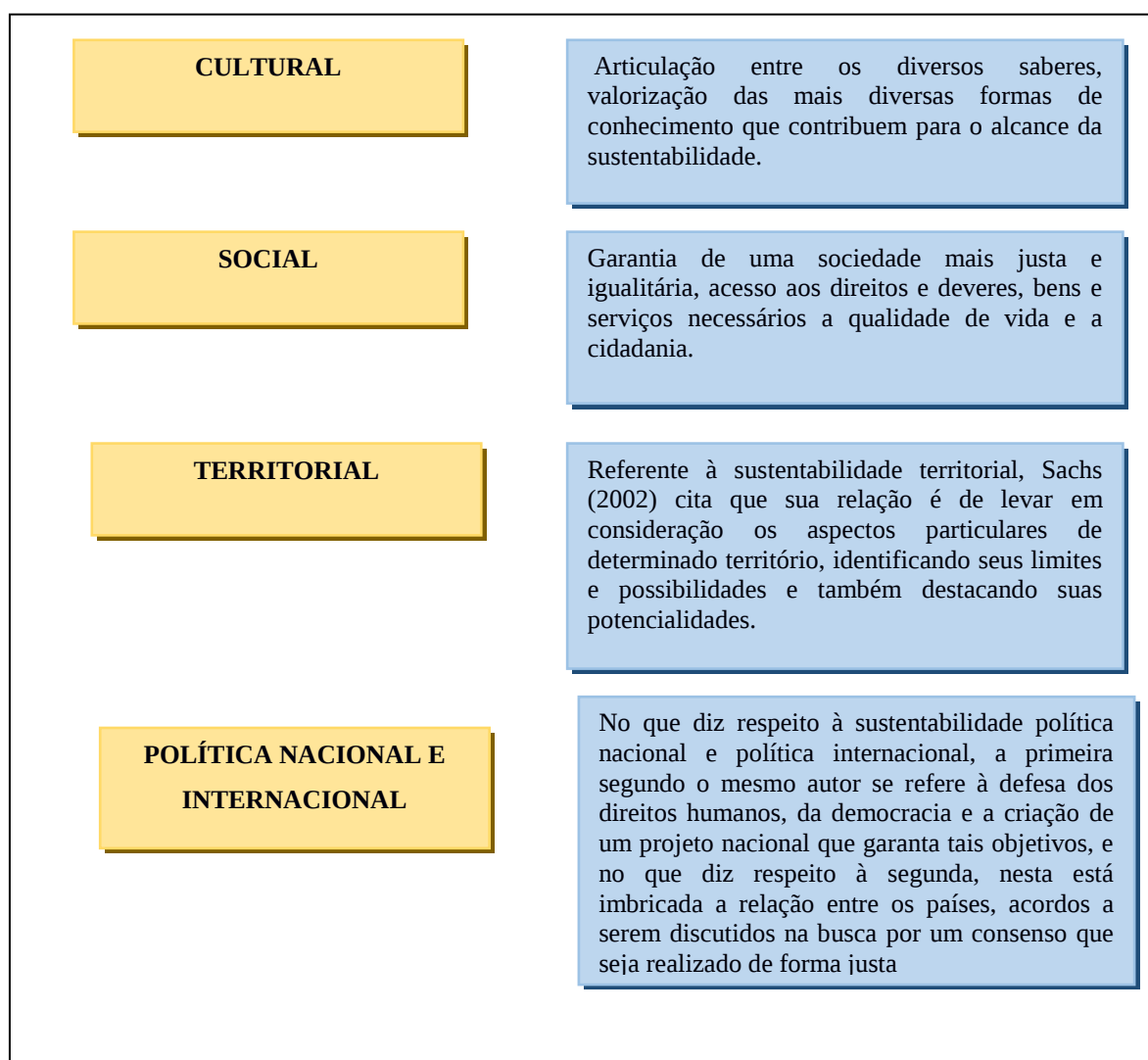


Figura 01: Caracterização das dimensões da sustentabilidade

Fonte: Sistematizado pela pesquisadora a partir de Sachs (2002)

Ao entender que as dimensões da sustentabilidade estão articuladas, enfatiza-se neste estudo as dimensões social e cultural com o objetivo apenas de delimitar a abordagem apresentando-as de forma mais detalhada em sequência.

- **Dimensão Social**

A dimensão social da sustentabilidade segundo Sachs (2002), diz respeito à garantia de uma sociedade mais justa e igualitária no que se refere ao acesso a bens e serviços sociais e a distribuição de renda. Assim pensar tal sustentabilidade é levar em consideração as relações sociais entre os indivíduos e o contexto onde estes estão inseridos, pois a sociedade conforme significado apresentado por Bottomore (2001) na concepção de *Marx* pode ser interpretada de três formas distintas: 1) Para se referir à

sociedade humana; 2) Para se referir à sociedade histórica 3) Para se referir a determinada sociedade de forma particular. A questão é que em ambos os casos existem relações entre indivíduos dentro de um determinado contexto, e o que as caracteriza são suas forças produtivas e suas relações de produção. Para tanto, a sustentabilidade social possui grande significado e se articula com todas as demais dimensões, não está atrelada apenas ao indivíduo, mas a coletividade.

• Dimensão Cultural

A cultura de acordo com Geertz (2008) possui variados conceitos, no entanto, para o autor cultura se refere a um conjunto de significados, não sendo produto do acaso, mas de uma série de fatores sócio-históricos que as influenciam.

Sachs (1994; 2002) expõe que esta faz referência a importância da articulação e equilíbrio entre os saberes; conhecimentos, como que interligados, e não no sentido de retroceder a práticas antigas ou radicalmente sobrepujá-las dando lugar a conhecimentos modernizados, mas na integração, entrelace entre esses diferentes saberes, para tomada de decisões que levem em consideração as particularidades culturais e locais de determinada região.

Desta forma, tendo em vista as citadas perspectivas e dimensões que envolvem o uso do termo sustentabilidade, Brüseke (2003) destaca importantes momentos que contribuíram para notoriedade dos debates sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade, ressaltando que sua evidência no âmbito mundial, não ocorreu por acaso, e entre um dos primeiros eventos neste processo, apresenta-se o Clube de Roma, o qual ocorreu ainda na década de 1960, onde deste resultou a publicação de um estudo realizado por Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores, denominado de “Limites do Crescimento”, conforme citado brevemente no tópico anterior, no qual principal discurso era o controle do crescimento populacional estagnando-o, a partir do ponto de vista econômico, pois do contrário não seria possível garantir o desenvolvimento das futuras gerações.

No entanto conforme afirma Brüseke (2003), muitas críticas foram lançadas ao discurso defendido no Clube de Roma, o que levou as constantes buscas de novas alternativas para pensar em estratégias viáveis de desenvolvimento, que não ocasionassem a radical estagnação do crescimento econômico ou populacional.

Neste sentido o autor expõe que não é negada a importância das discussões resultantes do Clube de Roma, pois o mesmo contribuiu para repensar o modelo de desenvolvimento até então praticado, que foi inclusive debatido na I Conferência

Mundial do Meio Ambiente, realizada no ano de 1972 pela Organização das Nações Unidas na cidade de Estocolmo, a qual ficou reconhecida como a primeira grande discussão sobre os assuntos socioambientais a nível internacional.

Com base no exposto, destaca-se no Quadro 02 com os principais eventos que contribuíram para fomentar os debates sobre o conceito de sustentabilidade:

EVENTO	ANO	DISCUSSÃO
Clube de Roma	1968	Do qual resultou o Relatório intitulado: <i>Os limites do crescimento</i> , que abordou os problemas ligados ao crescimento econômico e populacional, tendo como referência o meio ambiente e a sustentabilidade do planeta.
I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo)	1972	Aumento da degradação ambiental, que resultou no entendimento de que se tratava de uma problemática tanto local quanto global.
Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – PNUMA	1972	Foi instituído como um programa para impulsionar e facilitar a promoção do debate ambiental a nível internacional entre os países.
Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Desenvolvimento – UNCTAD	1974	Contribuindo nos processos de discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente.
União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN)	1980	Rompe com ponto de vista limitado de proteção a natureza, avançando para o reconhecimento das aspirações das populações quanto ao desenvolvimento econômico.
Conferência de Nairobi	1982	Emite um documento de apoio à vida a representante de 55 países. No qual dizem que os problemas ambientais não serão resolvidos somente com medidas tecnológicas, mas também com mudanças sociais e políticas.
Assembleia Geral das Nações Unidas	1983	Criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) que resultou em 1987 “Relatório de Brundtland”.
Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED)	1987	Comissão presidida por Gro Harlem Brundtland, da qual resultou o conceito de desenvolvimento sustentável no documento intitulado Relatório de Brundtland.
Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental	1987	Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental.
II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ECO-92 (Rio de Janeiro)	1992	Estabilização das concentrações atmosféricas de gás, com efeito, estufa; marco histórico nas discussões ambientais no século XX.
Protocolo de Quioto	1997	Intensas preocupações sobre o combate ao aquecimento global e agravamento dos impactos ambientais no globo terrestre.
Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade	1997	Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia.
Rio+10 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	2002	Avaliação quanto à efetivação de decisões tomadas pelos governos na área ambiental, 10 anos após a Eco-92.
Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	2012	O futuro que queremos. Afirmação e preocupação entre os países sobre necessidade de elaboração e construção de práticas para um desenvolvimento

		sustentável.
Cúpula das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável	2015	A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, funcionará como um marco de ação para os esforços mundiais de desenvolvimento até 2030.
Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA)	2016	Principal plataforma da ONU para a tomada de decisões sobre o tema e marcou o início de um período em que o meio ambiente é considerado problema mundial – colocando, pela primeira vez, as preocupações ambientais no mesmo âmbito da paz, segurança, finanças, saúde e comércio.

Quadro 02 – Marcos históricos das discussões sobre sustentabilidade e meio ambiente.

Fonte: Adaptado da sistematização elaborada por PEDROSA (2017) com base em BELLEN (2012), GODARD (1997), FERNANDEZ et al (2015), ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2017), SILVA (2010) e UNESCO (2017).

Sendo assim, Brüseke (2003), ressalva que os debates em torno de se pensar um desenvolvimento pautado na sustentabilidade, avançaram resultando nos diversos eventos apresentados acima, contudo o termo sustentabilidade em si, foi sendo gradativamente incorporado às discussões tal como se apresenta nos dias atuais.

O primeiro termo que faz referência a noção de sustentabilidade foi apresentado na já citada I Conferência de Meio Ambiente realizada em Estocolmo pela ONU, este ficou conhecido como *ecodesenvolvimento*, termo este elaborado por Ignacy Sachs, entendendo-o como uma alternativa pautada em um modelo de desenvolvimento comprometido com os fatores biológicos que podem ser implementados tanto no contexto rural como no urbano em um processo cuja pretensão é a de restabelecer uma relação de equilíbrio entre homem e natureza.

Além deste, outro termo que ganha destaque entre os eventos socioambientais que se sucederam foi o de *desenvolvimento sustentável* o qual foi popularizado em 1987 no Relatório “*Nosso futuro Comum*” resultante da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro. Harlem Brundtland e Mansour Khalid, o documento ficou conhecido como *Relatório de Brundtland*, onde o termo foi conceituado como “aquele que satisfaz as necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas necessidades”.

O discurso de desenvolvimento sustentável é aceito a nível internacional, e apesar de sua preocupação com as gerações futuras e criação de uma sociedade sustentável assim como no *ecodesenvolvimento*, existem entre esses dois termos particularidades ideo-políticas.

Pois de acordo com Layrargues (2000) *apud* Nogueira e Chaves (2000) enquanto o *ecodesenvolvimento* sugere a limitação da atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável baseia o mercado como solução para a crise ambiental.

O ecodesenvolvimento busca a superação da lógica mercantilista do capital, por outro lado o desenvolvimento sustentável tem a pretensão de consolidar o modelo econômico vigente.

A proposta de desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório de Brundtland foi diplomática, pois não focou em uma proposta *self-reliance*² nem estabeleceu a ideia do não crescimento econômico, e a crítica ao modelo de produção no que diz respeito ao aspecto crítico deste em relação à sociedade industrial apresentou-se mínima.

No entanto conforme sinaliza Stahel (2003) o conceito de desenvolvimento sustentável ainda é recente, o que gera uma série de incertezas e falta de consenso sobre seus reais objetivos e conceito, tais fragilidades redundam no risco de se pensar o desenvolvimento sustentável meramente como uma estratégia de manutenção do sistema capitalista, como que para legitimar a (in) sustentabilidade da lógica defendida por tal sistema, que é mundialmente hegemônico, não podendo deixar de ser levado em consideração, já que é neste contexto que está se pensando a sustentabilidade.

Desta forma, de acordo com Leff (2009), destaca-se a complexidade na efetivação de alternativas de desenvolvimento, seja ecodesenvolvimento, seja desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis, pois é preciso levar em consideração uma série de fatores, o que não constitui tarefa de curto prazo, mas na construção gradativa de uma racionalidade ambiental, que leve em consideração todas as dimensões sociais para seu real desenvolvimento.

Segundo Stahel (2003) tendo em vista o risco de pensar o desenvolvimento sustentável apenas como a legitimação da (in) sustentabilidade do sistema capitalista, salienta que propor a sustentabilidade requer a integração de todas as suas dimensões, não apenas econômica e ambiental, mais social, cultural e política, bem como um processo de construção de uma tomada de consciência coletiva e individual visando ações que gerem mudanças de fato, como por exemplo, o pensar políticas públicas para efetivação da sustentabilidade.

1.3. Políticas públicas para efetivação da sustentabilidade: A Educação Ambiental em foco

² O termo de acordo com Sachs (2005) não é traduzido facilmente para línguas latinas, o conceito de autoconfiança introduzido por Fernando Henrique Cardoso para traduzir o que vem a ser *self-reliance*, segundo Sachs não contempla de fato o sentido total de seu significado. Desse modo para o autor o termo se refere a noção de autonomia associada a um processo decisório e a valorização das potencialidades identificadas, não devendo também ser confundido com sentido de autarquia.

As discussões acerca da questão socioambiental têm suscitado a nível mundial a prerrogativa do conceito de sustentabilidade, conforme foi trabalhado no tópico anterior. É neste sentido que como um dos caminhos possíveis surgiu a necessidade de se pensar políticas públicas³ para sustentabilidade.

De acordo com Bellia (1996), para responder aos interesses da coletividade mundial diante dos impactos causados ao meio ambiente, cabe a aplicação de políticas públicas de ordem ambiental, o autor enfatiza ainda a importância da adequação da política à realidade na qual está sendo desenvolvida, tendo em vista a diversidade entre as sociedades e até mesmo entre regiões de um mesmo país, para que não se favoreça uns em detrimento da subordinação de outros.

Desse modo no que diz respeito à política pública para sustentabilidade não é diferente, pois de acordo com Sachs (1986) para real efetividade de um desenvolvimento que se propõe sustentável, é imprescindível que durante as etapas de planejamento sejam levadas em consideração as particularidades locais e suas potencialidades, não deixando por outro lado de articulá-las com o contexto global.

Diante do exposto dentre as políticas públicas para alcance da sustentabilidade, expõe-se aqui a política pública de Educação Ambiental, que de acordo com Leonardi (2002), tem estado cada vez mais em pauta, a autora destaca ainda que a temática pode ser considerada relativamente nova, contudo vem conquistando espaço gradativo nas preocupações de educadores, alunos e outros intelectuais de áreas diversas.

A história da Educação Ambiental conforme salienta Leonardi (2002), inicia a partir dos pressupostos de Rousseau no século XVIII, e mais adiante no século XX com Freinet, os quais proclamavam a eficácia do meio como estratégia de aprendizagem, já na década de 1960, mais especificamente em 1968, na Europa, Grã-Bretanha, surgiu o Conselho para Educação Ambiental, e demais países europeus que a exemplo da França começaram a integrar em suas propostas curriculares a Educação Ambiental, desde então a temática vem se expandindo, não de forma naturalizada, mas tendo em vista os processos sócio-históricos que a fazem necessária. Ainda na década de 1960, fez-se menção à mesma nos movimentos *hippies* que se destacaram na defesa ao meio

³ Entendendo-as por sua vez como resultado de debates políticos que visam ações concretas para responder as manifestações da questão socioambiental. (VIEIRA e BREDARIOL, 1998)

ambiente⁴ em seu aspecto natural, contudo somente na década posterior devido às urgências relacionadas à questão socioambiental é que o tema ganhou evidência

No que se refere ao conceito de Educação Ambiental, de acordo com Leonardi (2002) não há um consenso, a faz concluir que a variedade de conceitos é inerente a diversidade de intelectuais que a abordam, tendo em vista as diferentes perspectivas teóricas e diferentes posicionamentos político-ideológicos. Desta forma são apresentadas no Quadro 03 algumas concepções sobre o termo:

Autor	Concepção de Educação Ambiental
Leonardi (2002)	Compartilha da perspectiva de que a educação ambiental objetiva “contribuir com a conservação da biodiversidade” com vistas à melhoria da qualidade de vida a partir da autorrealização comunitária e individual aliada a autogestão política e econômica.
Guimarães (1995)	Entendida como formação de cidadania, ou como exercício da mesma, pois reflete diretamente na relação do homem com o meio em que vive, possui objetivos bem definidos, porém sua operacionalização é que tem se mostrado um desafio. Visa à discussão sobre as transformações do conhecimento, dos valores e atitudes para a construção de um novo paradigma pautado em uma relação de simbiose entre homem e natureza.
Loureiro (2012)	Não trata meramente de um conceito que vem se popularizando, nem tampouco é baseado apenas no indivíduo, mas no coletivo, levando em consideração o contexto onde estes estão inseridos, a partir de uma correlação de saberes e não imposição e em uma análise crítica da realidade com a pretensão de uma transformação gradativa da realidade.

Quadro 03 – Concepções de Educação Ambiental

Fonte: Sistematizado pela pesquisadora a partir de Leonardi (2002); Guimarães (1995); Loureiro (2012). Jan. 2017.

A complexidade conceitual, segundo Sauv   (2005), ocorre por conta das diferentes correntes teóricas que a abordam, das quais ela destaca as seguintes relacionadas no Quadro 04:

Corrente Teórica que versa sobre a Educação Ambiental	Breve Característica
Naturalista	Tem como enfoque a relação com a natureza, e prioriza o aprendizado a partir de coisas da natureza ou experiências que a envolvem
Conservacionista/recursista	Tem como foco a conservação dos recursos naturais tanto no que diz respeito a sua qualidade

	quanto na quantidade. Preocupa-se com a “administração” do meio ambiente.
Resolutiva	Concepção adotada pela UNESCO em seu Programa internacional de educação ambiental (1975-1995) tem como forma a resolução dos problemas ambientais, levando-os ao conhecimento da sociedade.
Sistêmica	Busca conhecer e compreender as problemáticas ambientais visa identificar os componentes presente no sistema ambiental e suas relações.
Científica	Tem como ponto central a ciência com o objetivo de compreender e responder os problemas ambientais a partir da relação de causa e efeito.
Humanista	Compreende o meio ambiente em sua dimensão humana, defendendo que este não é meramente aspecto biofísico, mas também cultural.
Moral/ética	Tem como premissa a ética e a moral, pautada em conjunto de valores do desenvolvimento ambiental.
Holística	Centrada em uma educação ambiental que leva em consideração as particularidades das relações humanas com o meio ambiente, levando em consideração o conjunto das dimensões das realidades socioambientais.
Biorregionalista	Leva em consideração os aspectos geográficos de determinado território, considerando para tanto não suas divisões políticas, mas suas similaridades naturais.
Prática	Foca a aprendizagem a partir de elementos práticos, a ação precede o aprendizado, pois leva em consideração que é a partir da prática que se aprende.
Crítica	Tem como foco a análise das dinâmicas sociais, relacionadas à realidade e as problemáticas ambientais, questiona cada decisão tomada, levando em consideração os sujeitos envolvidos e a realidade onde está inserida, apontando para a possível transformação da realidade.
Feminista	Denuncia as relações de poder dentro dos grupos sociais que, ressalta a necessidade de se estabelecer uma relação de harmonia entre homens e mulheres e ambos com a natureza.
Etnográfica	Enfatiza o aspecto cultural do meio ambiente, sendo contrária a imposição de comportamentos, defendendo, portanto o respeito às culturas, inspirando-se nelas para o desenvolvimento das ações.
Eco-educação	Apoia-se na ideia de responsabilidade com o meio ambiente como forma de desenvolvimento pessoal, como parte inerente ao processo de formação do indivíduo.
Sustentabilidade	Pautado no conceito de desenvolvimento sustentável defendido pela ONU, tem como centro das discussões a perspectiva de um desenvolvimento econômico que leve em consideração a conservação dos recursos naturais e sua distribuição igualitária.

Quadro 04 – Correntes Teóricas referentes à Educação Ambiental.

Fonte: Sistematizado pela pesquisadora com base em SAÚVE (2005) In: SATO (2005). Jan 2017.

Leonardi (2002) expõe que cada corrente corresponde a concepções distintas de entender a educação ambiental, a autora destaca ainda que esta pode ser classificada como formal, não-formal e informal. A formal é relacionada as ações praticadas nas instituições, já a não-formal é a que é realizada em outros espaços institucionais que não o escolar como: ONGs, igrejas entre outros, com suas metodologias e programações, já a informal não tem caráter de continuidade, são as publicadas pelas mídias através de debates esporádicos.

No âmbito mundial, segundo Loureiro (2012), o termo Educação Ambiental foi adotado pela primeira vez no ano de 1965, no Reino Unido na Universidade de Keele. No entanto se destacou de fato em um contexto internacional a partir da I Conferência de Meio Ambiente no ano de 1972, em Estocolmo, que serviu de base para posteriormente ocorrer o I Seminário Internacional de Educação Ambiental no ano de 1975 em Belgrado, e em 1977 na Conferência Intergovernamental realizada em Tblisi da qual resultou uma declaração nas quais estão baseadas as diretrizes da EA em nível global. Desde então diversos outros eventos vem abordando sobre a temática, ressaltando a importância de levar em consideração os aspectos particulares de cada localidade para sua consolidação como política pública.

Em relação a sua implementação como política pública, a EA ao ser implementada deve levar em consideração a realidade onde está sendo operacionalizada, levando em consideração as particularidades culturais, sociais, biológicas, socioeconômicas de cada local. Portanto deve tomar como referência a dinâmica global nesse processo, a localidade não é pensada como fora do todo, pois ambos estão conectados, com o intuito de evitar uma visão limitada ou focalista da realidade “[...] ou seja, agir consciente da globalidade existente em cada local” (GUIMARÃES, 1995, p.37).

Desta forma, com base no enunciado acima de acordo com Guimarães (1995), com a evidência da questão socioambiental no cenário mundial, torna-se cada vez mais relevante o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental, a serem contempladas desde o processo inicial de formação educacional no âmbito escolar bem como nos demais espaços que envolvem a população em geral.

Loureiro (2012) destaca ainda que importa entender a promoção da Educação Ambiental não de forma mecânica e desprovida de diversos pensamentos, teorias e metodologias, pois não é apenas uma educação baseada no indivíduo, buscando-se a incorporação de uma série de comportamentos comprometidos com o meio ambiente, de

fato é muito relevante tal comprometimento, no entanto EA é mais que isso, por outro lado também não deve ser interpretada como um pluralismo indiscriminado, assim a

A Educação Ambiental não atua somente no plano das idéias e no da transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida (LOUREIRO, 2012, p. 33)

Diante da referida citação, observa-se que o termo Educação presente em tal política pública não é apenas senso comum no sentido de que se precisa conscientizar a maioria das pessoas que ainda não o são, mas sim assumir uma postura crítica que envolva tanto educadores quanto aqueles a quem é repassado o conhecimento, em uma relação dialógica, em uma troca, em que ambos fazem parte de um objetivo comum, de transformação, emancipação e de exercício da cidadania, e possam então assim se posicionar, e não apenas receber um conjunto de informações a serem utilizadas de forma individual, descaracterizada do coletivo.

Decerto que a Educação Ambiental é ampla, ela esta vinculada com os aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos, e não deve ser entendida como a única alternativa que irá “salvar o mundo”, não, é preciso entendê-la como parte de um processo de suma importância.

De outra parte, Leonardi (2002) afirma que são diversas as particularidades apresentadas sobre a educação ambiental, que vão desde a complexidade conceitual do tema até sua aplicabilidade, ou seja, sua realização de forma prática; é importante destacar que a educação ambiental não diz respeito somente à conservação do meio ambiente, apesar de o termo ambiente predominar em seu discurso, ela visa refletir de uma forma geral na qualidade de vida das pessoas e na transformação ética de uma consciência ecológica com vistas na realidade particular da sociedade brasileira, surge como alternativa a ser fortalecida pelas políticas públicas, para que as críticas feitas sobre sua efetividade e execução obtenham respostas cada vez mais concretas.

Nessa direção, em busca de efetivação da Educação Ambiental como política pública no Brasil, esta no que se refere ao aspecto legal, foi apresentada com maior ênfase primeiramente no ano de 1981 com a promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6. 938/81, como resultante de todo um processo histórico aqui já anteriormente destacado, de discussão em torno da questão socioambiental e da sustentabilidade.

Anos mais tarde a EA é disposta na Constituição Federal brasileira de 1988, em seu Título VIII, Capítulo VI, Artigo 225, Inciso VI, como uma das estratégias para assegurar o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial para uso do povo e para sadia qualidade de vida, conforme destaca (LEONARDI 2002). No entanto a autora crítica que isso não significou grandes avanços para sua efetividade, para compreender melhor o processo de Educação Ambiental a autora destaca que é preciso saber como, por que e onde ela tem sido desenvolvida para assim descobrir seus avanços e contradições.

Ainda segundo Leonardi (2002), um documento importante para a Educação Ambiental não só no Brasil, mas também para o contexto internacional, foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – 1992. A referida autora destaca alguns dos princípios defendidos por tal documento, um dos princípios é que a EA deve ser crítica e inovadora, na pretensão de uma perspectiva holística relacionando homem natureza e universo, possuindo uma postura interdisciplinar, além de valorizar as culturas e etnias e influenciar a criação de novos estilos de vida.

Também no ano de 1992, como resultado da II Conferência Mundial do Meio Ambiente que ocorreu no Brasil, a Agenda 21 também prevê a promoção da Educação Ambiental conforme destacado em seu capítulo 36 sobre a “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento”, cujo conteúdo é pautado na Declaração Internacional de Tbilisi.

Importa destacar que todo esse processo de documentos e legislações citados, deram base para a criação de um texto mais completo e específico relacionado à Educação Ambiental no Brasil, a Lei Federal nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, a partir da qual foi constituído pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Educação Ambiental o ProNEA, e de acordo com o disposto no Art. 1º da referida lei:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A partir do referido, destaca-se três principais objetivos a serem alcançados pela promoção da Política de Educação Ambiental, quais sejam:

- Conservação do meio ambiente;

- Garantia de qualidade de vida
- Alcance da sustentabilidade

A Lei ainda dispõe já em seu Art. 3º sobre os responsáveis pela promoção da política, sendo desta forma incumbida: ao Poder Público, instituições educativas, aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, aos meios de comunicação de massa, as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e por fim a sociedade como um todo.

Categorias chaves da EA, conforme discuti Loureiro (2012) estão presentes na Lei nº 9.795/99, que são: *transformar, conscientizar, emancipar e exercer a cidadania*, desta forma, destaca-se o caráter transformador que tal política possui, por este motivo não pode ser delimitada apenas a um processo pedagógico desprovido de significado.

Fazendo-se necessário consoante afirma o autor supracitado, um leque de ações que se apresentem efetivas, na busca pela transformação, conscientização, emancipação e exercício da cidadania, para além de uma educação conservadora e tradicional. A emancipação, no entanto, não é aqui entendida como um caminho único, não se trata de imposição, mas é vista como um dos caminhos possíveis a partir de uma construção coletiva.

Nesse contexto de discussões algumas pesquisas de acordo com Leonardi (2002) apresentaram como a educação ambiental está sendo trabalhada no Brasil, e ficou constatado que predomina no âmbito escolar com foco em alunos e professores. Porém, nota-se que aqueles que a operacionalizam precisam ser melhor preparados para atuarem nesse contexto, por conta da imediatividade com que estão sendo requisitados a desenvolver estas ações

Os movimentos comunitários também desenvolvem ações de educação ambiental, com foco no público infanto-juvenil, as temáticas mais abordadas fazem referência aos: resíduos sólidos, ao consumo da água, a busca de soluções para os problemas cotidianos presentes na comunidade.

Outra modalidade de trabalho da EA também são as pesquisas universitárias que de forma crescente discutem sobre a temática, levando em consideração diversos aspectos da mesma.

Alguns fatores, no entanto colocam tais ações em risco contínuo, pois devido uma descontinuidade administrativa ou falta de recursos, a qualidade dessas ações são comprometidas, além das interferências de ordem política.

Outro grande desafio relatado por Leonardi (2002) é a questão da interdisciplinaridade, pois nem sempre está encontra meios para ser executada. As

práticas consideradas não-formais de educação ambiental a exemplo da pesquisa em andamento nos rios Piracicaba e Capivari, forneceram algumas informações relevantes sobre a EA, e a primeira delas é que o número de atividade desse tipo, ou seja não-formal, possui grande diversidade, outro fator destacado são as descontinuidades governamentais na execução de seus projetos por conta de determinadas contingências, outro dado apresentado é que a educação ambiental é mais retórica do que prática.

As problemáticas socioambientais, acirradas no contexto da sociedade sob a lógica capitalista, no Brasil, diferenciam-se de acordo com as regiões do país, tendo em vista sua vasta territorialidade. Desta forma destaca-se a região amazônica como um importante espaço para se pensar políticas públicas para sustentabilidade, pois no que diz respeito especificamente a Amazônia, Sachs (1986) afirma que a realidade da região apresenta tanto limites quanto possibilidades, uns exaltam sua abundância, já outros, seu processo inevitável de degradação.

Segundo Esterici (2002), a Amazônia tem sido um espaço privilegiado de discussões para a operacionalização da política ambiental com o imperativo de sustentabilidade, tanto na observância de sua forma de lidar com a questão quanto no processo de contradições enfrentados para a efetividade dos objetivos de sustentabilidade propostos, tal discussão é um território fértil para novas indagações, onde no contexto amazônico cada vez mais os olhares se voltam para as comunidades locais.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMAZONAS: ÊNFASE NO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS

A partir das discussões e perspectivas acerca da questão socioambiental, sustentabilidade e política pública de educação ambiental em um nível mundial e nacional, destacados no capítulo anterior, objetiva-se neste momento caracterizar a operacionalização da EA em um contexto específico do território brasileiro, mais precisamente com base no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus-PROSAMIM/BHE, operacionalizado na cidade Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Para alcance de tal objetivo, este capítulo está dividido em três tópicos articulados entre si: o primeiro tópico evidencia a política pública de EA no Estado do Amazonas, especificando em sequência no tópico dois a discussão com base em sua capital Manaus, caracterizando o *locus* da discussão e apresentando o perfil dos sujeitos que voluntariamente aceitaram participar do estudo, trazendo a tona aspectos da dimensão social e cultural, evidenciadas nesse contexto, e em sequência no terceiro tópico a abordagem a respeito da caracterização da política pública de EA desenvolvida pelo Programa.

2.1. Educação Ambiental no Estado do Amazonas

Para abordar sobre a Política de Educação Ambiental no estado do Amazonas, faz-se necessário, contextualizá-lo, pois o entendimento sobre o processo sócio-histórico é imprescindível para uma discussão conectada com a dinâmica da realidade marcada por fatores internos e externos.

O Estado do Amazonas está localizado na Região Norte do Brasil e faz parte da Região Amazônica Brasileira, assim como os Estados do Acre, Roraima, Rondônia, Pará, Territórios Federais de Roraima, Rondônia, Amapá, e também espaços do norte do Mato Grosso do Sul e Goiás.

A respeito da Região Amazônica brasileira de acordo com o MCT (2009) esta ocupa cerca de 50% do território nacional, representado em 4 milhões de km², sua extensão, no entanto, não é baseada apenas em questões territoriais, mas também em ampla diversidade sociocultural e ambiental.

A partir desta síntese sobre as principais características da região, é notória sua importância não apenas para o território brasileiro, mas para o mundo, por este motivo Esterci (2002) enfatiza que a região tem estado cada vez mais em pauta nas discussões mundiais, tanto no âmbito econômico como também no socioambiental.

Referente ao evidenciado, como parte de um contexto amazônico está o Estado do Amazonas, que conforme ressalta Reis (1986) antes de ser colonizado no século XVI, mais incisamente por portugueses, já habitavam em seu território milhares de povos indígenas, das mais diversas culturas e línguas.

Neste processo, de acordo com estudos sobre a região Monteiro (2002) afirma que houve um choque entre culturas, em que os colonizadores impunham seus costumes e conhecimentos aos povos que já habitavam esse território, composto por diversas etnias, pois para o povo europeu as práticas dos habitantes nativos da região eram obsoletas, resultando assim em profundos conflitos, que desencadearam inclusive a dizimação de muitas etnias nativas existentes no território amazonense.

Desse modo, em um contexto de profundas contradições, o Estado do Amazonas foi sendo transformado em suas bases socioculturais, ambientais e econômico em um processo sócio-histórico ser como se apresenta no século XXI.

De acordo com IBGE (2016), o Amazonas é o Estado de maior extensão territorial do Brasil, ocupando aproximadamente 1.559.146,876 km², possuindo um total de 62 municípios distribuídos em quatro microrregiões.

No entanto, apesar de seu expressivo alcance territorial, em relação ao quadro populacional, o Amazonas de acordo com o IBGE em seu último censo realizado no ano de 2010, ocupa o 15º lugar no ranking nacional em quantitativo de pessoas residindo na região, totalizando assim 3.483.985 (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e novecentos e oitenta e cinco) pessoas e sua densidade demográfica é de 2,23 hab./km², para o ano de 2017 sua estimativa populacional era de aproximadamente 4.063.614 pessoas, seu IDH é de 0,674, 18º no Ranking Nacional; 0,081 a menos comparado ao IDH nacional que é de 0,755. Assim, é notório que apesar do Estado não possuir um contingente expressivo de pessoas em seu território, se comparado com as demais regiões do país, está entre os estados brasileiros com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano, conforme citado acima, o que denota a existência de profundas contradições e desigualdades que o permeiam.

Assim, tendo em vista a síntese do processo de formação sócio-histórica da Amazônia e do Estado do Amazonas, bem como suas características, ressalta-se neste momento a discussão sobre a política de educação ambiental no Estado.

Em seu aspecto legal, em consonância com o previsto na Constituição Brasileira de 1998, em seu art. 225, § 1º, inciso VI, a Constituição Estadual do Amazonas promulgada em 1999, traz em seu Capítulo IX “Do Meio Ambiente”, Art. 230, inciso I, sobre a promoção da educação ambiental, a qual tinha por base na época apenas a Lei Nacional de Educação Ambiental Nº 9.795/1999 de mesmo ano, sendo somente no ano de 2008 instituída no Estado do Amazonas a Lei nº 3.222 que dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental, a qual foi regulamentada quatro anos depois em 2012 pelo Decreto de nº 32.555, o que infere na tardia disposição de uma legislação específica sobre EA na região.

Referente à Lei de nº 3.222/08 que dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental, esta apresenta em seu Art. 6º, página 01, que a implementação da Educação Ambiental, compete:

I - ao Poder Público garantir as políticas de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, engajando a sociedade na preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvam ou venham a desenvolver;

III - aos órgãos integrantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Amazonas - CEMMAM promover ações de Educação Ambiental integradas aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação promover, de maneira ativa e permanente, a difusão de informações e práticas educativas sobre meio ambiente, incorporando a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe e instituições privadas promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e o controle efetivo do ambiente de trabalho, bem como atuar e corrigir eventuais falhas de processo e de comunicação aos funcionários sobre os impactos que o processo produtivo poderá causar no meio ambiente;

VI - à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Amazonas - CIEA-AM assessorar os órgãos ambientais e de educação na elaboração e avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental, bem como propor linhas prioritárias de ação;

VII - à sociedade civil organizada, movimentos sociais e setor produtivo encaminhar ao Órgão Gestor programas e projetos de Educação Ambiental para estimular a formação crítica do cidadão.

Sendo assim, percebe-se que a competência de promoção da política é ampla, envolvendo diversos setores da sociedade, como um importante instrumento, conforme evidenciado tanto na Lei nº 9.795/99 quanto na de número 3.222/08, com o objetivo de construir “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Assim como o previsto na PNEA, a Educação Ambiental no Amazonas é desenvolvida tanto no âmbito formal, como informal. No contexto formal esta é desenvolvida tanto em redes de ensino em seus diferentes níveis, quanto em instituições públicas e privadas presentes na região.

Desta forma no Estado do Amazonas, são desenvolvidas ações de EA em escolas municipais e estaduais não como uma disciplina, mas como parte do calendário anual das instituições de educação, em comemoração a datas como: Dia da água, Dia do índio, Dia de Combate ao Aedes Aegypti, Dia do Meio ambiente, Da árvore entre outros, e também na divulgação de filmes, realização de oficinas, mostras e feiras que retratem a relação do homem com a natureza, ressaltando-se neste aspecto o caráter pedagógico da EA.

No caso específico das escolas estaduais, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-AM) possui parceria com outras instituições para desenvolver ações de fortalecimento da educação ambiental no espaço escolar, como, por exemplo o projeto Pé-de-Pincha⁵ da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em parceria com a Petrobrás, o objetivo do referido projeto tem sido o de “Fortalecer a educação ambiental nas escolas da rede pública estadual de ensino da capital e do interior do Estado” além de tratar de outros temas de relevância social.

Já no âmbito da rede municipal há uma Agenda Ambiental, conforme informações disponibilizadas no site da Secretaria Municipal de Educação - SEMED (2017), que corresponde ao conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da política pública de educação ambiental nas escolas. A referida agenda não se trata de um documento específico, mas de um conjunto de legislações na qual se pautam as atividades anuais de EA nas escolas da rede municipal, sendo levadas em consideração

⁵ Criado em 1999 por comunitários da cidade de Terra Santa no Pará e pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas, o projeto tem como missão preservar e conservar as populações de quelônios da Amazônia, realizando trabalhos sociais com as comunidades ribeirinhas e também ações educativas em escolas da rede pública de ensino. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br>>. Acesso em 30/10/17.

datas comemorativas, bem como outras atividades que envolvem os previstos nas legislações ambientais.

Em relação às instituições de nível superior, que englobam desde a graduação até a pós-graduação, conforme o disposto na Lei 9.795/99 e também na Lei nº3.222/08 a educação ambiental pode ser oferecida tanto de forma transdisciplinar quanto ser facultada a criação de disciplina.

Segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil (2016), no Amazonas existem aproximadamente 21 instituições de ensino superior, concentradas em sua maioria na Meso-região Central do Estado, sendo apenas três da esfera pública, como: a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade do Estado do Amazonas – UEA e o Instituto Federal do Amazonas – IFAM. Cada uma destas instituições além das legislações vigentes, que regulamentam o ensino superior no Brasil, possuem regimentos próprios que em sua maioria contemplam ações de educação ambiental, como incentivo a coleta seletiva, comemoração de datas como a Semana do Meio Ambiente ou ainda atividades de extensão, em relação a cursos específicos de EA.

No Estado do Amazonas foi possível encontrar alguns cursos específicos em Educação Ambiental apenas no nível de especialização *lato sensu* que estão ativos, conforme Quadro 05:

Instituição	Natureza	Curso de especialização e modalidade
Uniassevi	Privada	Especialização em Gestão e Educação ambiental – EAD
Faculdade Salesiana Dom Bosco	Privada	Especialização em Educação Ambiental para o desenvolvimento Sustentável – Presencial
Fucapi	Privada	Especialização em Gestão Sustentável e Educação Ambiental – Presencial
Escola Superior Batista do Amazonas	Privada	Especialização em Gestão e Educação Ambiental - Presencial
Universidade Federal do Amazonas	Pública	Especialização em Educação Ambiental – EAD

Quadro 05 – Instituições que oferecem cursos voltados a Educação Ambiental no Amazonas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em pesquisa exploratória ao site das instituições de ensino superior no Estado do Amazonas. Dez. 2017.

Além das instituições de ensino do nível básico ao superior, instituições públicas estaduais da área de serviços, afirmou em seus regimentos o compromisso de desenvolver política de Educação Ambiental, a partir de programas, projetos ou setores específicos, Quadro 06:

Instituição	Iniciativa	Objetivo
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM	Gerência de Educação Ambiental – GEAM	Desenvolver atividades de Educação Ambiental bem como atender os usuários da Biblioteca Central e Móvel
Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) em parceria com o Tribunal do Estado do Amazonas	Projeto Sementes da Vida	Plantio de mudas na cidade de Manaus e nas próprias sedes e subsedes das referidas instituições
Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM	Educação Ambiental e Sanitária	Desenvolvimento de ações de educação ambiental e sanitária junto aos beneficiários do Programa, independente da opção de moradia feita por estes (pelos moradores).

Quadro 06 – Instituições Públicas que desenvolvem a política de Educação Ambiental.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em pesquisa exploratória ao site das instituições citadas. Dez 2017.

Além destas que foram apresentadas com a finalidade de exemplificar as iniciativas de Educação Ambiental no Estado, existem muitas outras, que não foram relacionadas, fazendo-se necessário para conhecê-las procurá-las de forma individual nos sites das instituições, ou na maioria dos casos uma leitura detalhada de seus regimentos internos, o que ressalta a importância da efetivação de instrumentos de divulgação das ações de EA desenvolvidas nos mais diversos espaços que fazem parte da região.

Tal instrumento, contudo já existe e está previsto na Lei Estadual de nº 3.222/08 conforme apresentado em seu Art. 7, como um dos instrumentos para a Política Estadual de Educação Ambiental no Amazonas, sendo este o: Centro de Referência em Informação e Comunicação na Área de Educação Ambiental do Estado do Amazonas – CRICEAM.

Uma deficiência, portanto na efetivação das competências de tal instrumento pode ser notada no que diz respeito à divulgação pública e de fácil acesso aos dados referentes à Política de Educação Ambiental no Estado do Amazonas. Pois em seu Art. 10 a Lei 3.222/08 traz que é Competência do Centro de Referência em Informação e Comunicação na Área de Educação Ambiental do Estado do Amazonas – CRICEAM:

- I - organizar a coleta, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a divulgação de informações sobre Educação Ambiental e fatores intervenientes em sua gestão;
- II - atualizar permanentemente as informações sobre programas, projetos e ações voltadas para a Educação Ambiental.

Mesmo com tal regulamentação a partir de busca na internet foi possível constatar a parca visibilidade de fato das ações de Educação Ambiental no Estado do Amazonas conforme se propõe, considerando que a mídia citada possui um alcance significativo, corroborando para pensar onde e como tais informações estão sendo veiculadas, visto que o texto em si, não especifica a forma de divulgação, o que dificulta sua visibilidade enquanto importante ferramenta para mensurar os resultados da operacionalização da política pública de Educação Ambiental no Estado.

Desse modo, apesar dos avanços no que diz respeito às legislações que versam sobre a Educação Ambiental no estado, é preciso caminhar rumo a real consolidação de mecanismos de monitoramento e avaliação para mensurar sua efetivação, e assim obter meios para acompanhar seus resultados tendo em vista a realidade local, particular em cada município, bem como na cidade de Manaus.

Tomando por base o exposto neste tópico, este estudo dará ênfase à política de educação ambiental desenvolvida pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, o qual é considerado o maior Programa de abrangência socioambiental do Brasil, será abordado para debater mais especificamente sobre as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo referido Programa. (ROSSIM, 2008)

2.2. A educação ambiental na cidade de Manaus: caracterização do *locus* da pesquisa e perfil dos sujeitos.

A Política de Educação Ambiental na cidade de Manaus possui como base legal para as ações desenvolvidas em sua localidade, as leis já citadas no tópico anterior, quais sejam a: Lei Nacional nº 9.795/1999 e a Lei Estadual 3.222/2008, bem como apresenta em sua Lei Orgânica Municipal – LOMAN, Art. 289, a respeito da promoção da educação ambiental como matéria extracurricular no âmbito escolar, como um dos instrumentos legais da política de meio ambiente em sua abrangência territorial.

E para contextualizar a cidade de Manaus em seus aspectos sócio-históricos, visando uma melhor aproximação com os aspectos gerais da realidade, importa fazer uma breve síntese sobre sua formação e principais características, ressaltando a relevância de tal contextualização para entendimento da localidade onde a política de educação ambiental também é desenvolvida.

Segundo Reis (1986), Manaus surgiu com “parco planejamento” no período colonial, primeiramente como um “fortim” denominado de São José do Rio Negro, por

motivos militares com o intuito dos portugueses de, estabelecer-se no território amazônico, e segundo o apresentado pela Lei Orgânica do Município de Manaus (2005) este foi elevado à categoria cidade no ano de 1669, fazendo fronteira com os seguintes municípios do Estado do Amazonas: Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Iranduba, Novo Airão e Presidente Figueiredo.

No que diz respeito a sua morfologia histórica, de acordo com Daou (2000), Manaus em sua gênese possuía as seguintes características: ruas estreitas entrecortadas por igarapés, casas simples, pequeno comércio, população dispersa que se ocupavam principalmente da caça, da coleta e da pesca, passando boa parte de seu tempo nas matas.

Ainda sobre o perfil da cidade de Manaus em seus primórdios, Dias (2007) destaca que a população inicialmente e até 1890 além dos portugueses era constituída por mamelucos⁶, negros, imigrantes nacionais e estrangeiros, e indígenas que eram quem representavam a maior parte da população e compunham significativamente a classe trabalhadora, se dedicando a agricultura, a navegação, a extração e também aos serviços domésticos, havia apenas cinco bairros que eram entrecortados por igarapés e por este motivo eram ligados por pontes, sendo também utilizados meios de transporte como pequenas embarcações e canoas.

Porém, esse perfil da cidade de Manaus foi sendo modificado para atender aos interesses da economia agrária estrativista-exportadora, com ênfase na extração e comercialização do látex, matéria-prima da borracha, sendo o período de 1890-1920, conforme ressalta Dias (2007) considerado o primeiro grande marco de transformação urbanística da cidade, onde se iniciou uma série de transformações no cenário da capital e também um considerável aumento populacional devido aos atrativos do considerado período áureo da borracha.

Inicia-se, no referido período citado acima uma campanha de modernização e embelezamento da cidade, com base nos moldes europeus o que rendeu a Manaus o apelido de “Paris dos Trópicos”, e para isso igarapés foram aterrados, serviços que até então não existiam, como: transporte público, energia elétrica, coleta de lixo e água tratada foram implantados encanada, ofertados por empresas estrangeiras, principalmente da Inglaterra, assim uma nova arquitetura tomou de conta da cidade.

Conforme Scherer (2009), com a dinâmica de transformações de ordem econômica, o cenário urbano da cidade foi mudando, florestas foram derrubadas,

⁶ 1. Filho de índio com branco. 2. Mestiço de branco com caboclo (Melhoramentos, 2009, p.185)

pessoas provenientes de outras regiões passaram a habitar a cidade e assim a organização do trabalho e a estrutura social também foram modificadas.

No entanto, tal modernização ocorrida entre os anos de 1980-1920, não contemplou toda a cidade, que já apresentava um maior quantitativo populacional, por conta do atrativo do período da borracha, dando origem a novos bairros. Desta forma, a maioria da população, composta pelos trabalhadores, não tinham acesso as benfeitorias realizadas na cidade, o que resultou em expressivos problemas socioculturais e socioambientais, como crescimento desordenado, falta de acesso a serviços como água potável, coleta de lixo, saneamento básico, assim como problemas relacionados ao transporte e energia elétrica, neste período houve também por meio de instituição do Códigos de Postura a imposição de novos costumes a população, inclusive com proibição do uso dos igarapés e restrições de caça e pesca, gerando uma série de contrastes sociais.

Segundo Bentes (2014), com o fim do período áureo da borracha em 1920, a economia manauara passou por um tempo de crise, que agudizou ainda mais os contrastes sociais vivenciados pelas classes de menor poder aquisitivo, inclusive com o aumento de moradias em locais considerados de risco como áreas de barranco e igarapés.

Este período de crise de acordo com Bentes (2014) só começa a ser modificado com a criação da Zona Franca de Manaus na década de 1960, justamente como estratégia do Governo Federal de movimentar a economia do Estado do Amazonas, atraindo inclusive novamente pessoas para ocuparem a região que comparada a outros Estados ainda era inexpressiva. Assim a capital passa novamente por um intenso processo de urbanização, em que pessoas são atraídas em busca de oportunidade de emprego, vindos dos interiores do Amazonas, ou de outros estados brasileiros, muitos destes por falta de condições financeiras de ocuparem lugares mais centrais, também se somam aqueles que residem em locais de riscos, incluindo-se como tal os igarapés ainda existentes na capital, principalmente nas áreas centrais e de proximidade das indústrias da ZFM. Desde então, a cidade vem passando por modificações que rebatem diretamente em sua dimensão social, cultural e ambiental.

Diante do exposto, destaca-se que na cidade de Manaus as expressões da questão socioambiental com a crescente urbanização do referido município, e seu desenvolvimento social e econômico, precisa ser repensado em seu planejamento, para que se contemple os aspectos socioambientais, devido à importância deste para sua população como um todo.

Um dos destaques da questão socioambiental na cidade de Manaus, segundo Bentes (2014) é a questão da moradia, enfatiza-se nesse caso a moradia não entendida apenas como a casa ou espaço físico em si, mais todo o seu entorno.

E para responder a uma expressiva demanda socioambiental oriunda deste processo, relacionada a ocupações em áreas territoriais consideradas de risco, mais especificamente em proximidades de áreas de igarapé, levando em consideração o processo histórico e econômico de formação da cidade de Manaus, que contribuiu para tal realidade, foi pensado como alternativa política a execução de um Programa socioambiental de grandes proporções que foi denominado Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. (BENTES, 2014)

O Programa foi criado em 2003 e passou a ser operacionalizado em 2006, na proposta de garantir melhor qualidade de vida aos moradores que residiam nas margens dos igarapés bem como a reconfiguração urbanística especificamente contemplando a Bacia do Educandos e a Bacia do São Raimundo, estando sob responsabilidade do Governo do Estado do Amazonas, o qual contou para sua execução com empréstimo disponibilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo como base inicial para sua implementação a cidade de Manaus, priorizando em particular as áreas centrais, que abrangem os bairros do: Centro, Praça 14, Cachoeirinha, Morro da Liberdade, Santa Luzia e São Raimundo, onde se concentravam o maior quantitativo de habitações próximas as margens dos igarapés da capital. (REGIMENTO INTERNO PROSAMIM, 2006)

O Programa abrange as bacias do Educandos e São Raimundo, no entanto, o recorte neste estudo a partir do referido *locus* foram os oito Parques Residenciais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, localizados na Bacia Hidrográfica do Educandos, conforme disposição a seguir:

- **Parque Residencial Manaus** (Endereço: Rua Ipixuna, S/N - Centro, Manaus - AM)
- **Parque Residencial Prof. José Jefferson Carpinteiro Péres** (Endereço: Rua 24 de Agosto - Morro da Liberdade, Manaus – AM)
- **Parque Residencial Prof. Gilberto Mestrinho** (Endereço: Av. Lourenço Braga – Cachoeirinha, Manaus-AM);
- **Parque Residencial Cachoeirinha** (Endereço: Rua: Borba – Cachoeirinha, Manaus-AM);
- **Parque Residencial Mestre Chico I** (Endereço: Alameda Saturnino - Centro, Manaus – AM);

- **Parque Residencial Mestre Chico II** (Endereço: Rua Apurinã - Praça 14, Manaus-AM)
- **Parque Residencial Cajual** (Endereço: Rua Primeiro de Maio – Santa Luzia, Manaus – AM);
- **Parque Residencial Liberdade** (Endereço: Rua São Pedro – Morro da Liberdade, Manaus-AM).

O motivo para tal recorte, além de questões de delimitação espaço-temporal, foi o expressivo quantitativo de parques residenciais do Programa localizados na BHE nos quais são desenvolvidas ações de Educação Ambiental com as famílias residentes nos mesmos, o que pode proporcionar uma visão mais totalitária das ações de educação ambiental desenvolvidas nesse contexto.

O referido Programa objetiva de acordo com seu Regimento Interno (2006) a:

Melhoria das condições ambientais; de moradia e de saúde da população na área de intervenção do Programa, por meio da recuperação e ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário, coleta e disposição final de lixo e recuperação ambiental das bacias dos igarapés, planejamento urbano, regularização de propriedades, construção de moradias adequadas, implantação de áreas de lazer, continuação do fortalecimento das instituições participantes, e capacitação das comunidades atendidas. Tudo isto para assegurar que as intervenções realizadas sejam sustentáveis.

Segundo o Manual Organizacional do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (2007), este é diretamente vinculado ao Gabinete do Governador do Amazonas, bem como à Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana - SRMM e financiado parcialmente através de empréstimo, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, seu gerenciamento é realizado pela Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, a qual possui autonomia operacional e financeira e conta com seis subcoordenadorias, quais sejam: Administrativa e financeira, Jurídica, de Engenharia, de Projetos Especiais, de Projetos Ambientais e de Relacionamento Institucional.

O Programa, conforme o Manual Organizacional (2007) tem como principal objetivo “[...] contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus [...] e para alcance de tal objetivo conta com um conjunto de documentos, como Manuais, Normas Operacionais, Planos, os quais de forma articulada visam contribuir para a garantia da “Sustentabilidade Social e Institucional” do Programa, no qual a sustentabilidade social é caracterizada pelo incentivo ao acompanhamento e participação da comunidade beneficiária em todo o

processo de implementação do mesmo e também após sua execução, contando para tanto com ações de Comunicação Social, Educação Ambiental e Sanitária e Reassentamento das famílias.

O PROSAMIM é baseado em Política de Reassentamento disposta na Política Operacional - OP 710, apresentada pelo BID, que dispõe acerca do Reassentamento Involuntário, com o objetivo de minimizar os impactos gerados pela necessidade de remoção de moradias e conseqüente deslocamento de seus moradores.

São considerados beneficiários do Programa de acordo com o Plano de reassentamento disponibilizado em seu site, de forma direta os moradores residentes nas margens dos igarapés em cotas pluviométricas abaixo de 30,0m, considerado de alto risco, e ainda de forma indireta a população que reside no entorno dessas áreas conforme a necessidade da retirada das mesmas.

Para o processo de remoção das famílias de acordo com o previsto na Norma Operacional - OP 710 que dispõe sobre a Política de Reassentamento Involuntário, é necessário um acompanhamento das famílias tanto na fase de pré-reassentamento quanto de pós-reassentamento, com o intuito de mitigar os possíveis impactos gerados, sendo assim foram dadas na fase inicial de execução do programa opções de reassentamento para os moradores de acordo com o Manual Operacional do Programa (2007) conforme apresentado abaixo:

- Indenização – caracterizada por uma quantia de dinheiro no valor proporcional ao imóvel e as benfeitorias realizadas neste, conforme avaliação de um profissional da engenharia;
- Bônus – indenização em dinheiro no valor a ser ofertado pelo Programa;
- Unidade Habitacional – opção de residência em apartamentos construídos pelo Programa, em áreas centrais da cidade;
- Conjuntos Habitacionais – caracterizado por conjuntos com casas populares;
- Auxílio – Moradia – referente à quantia em dinheiro para indenizar moradores em situação de inquilinato;
- Auxílio – aluguel – assistência em dinheiro para pagamento de aluguel, até a entrega da moradia definitiva.

Cabe apresentar algumas concepções a respeito do PROSAMIM, com suporte em pesquisas científicas já realizadas sobre o mesmo, as quais ressaltam seus limites assim como, enfatizam suas possibilidades.

Entre as pesquisas sobre o Programa, destaca-se a contribuição de Vallina (2014), a qual discute sobre: “A produção do espaço urbano e os novos processos de segregação socioespacial em Manaus, nos anos 2000”, e destaca em seu estudo que o Programa apesar de se propor socioambiental com a intenção de recuperação dos igarapés e melhoria da qualidade de vida da população ali residente, mostrou-se na verdade como mais um ideário de modernização, como os que ocorreram no período áureo da borracha e no processo de industrialização da cidade de Manaus com a instituição da ZFM, com o intuito de embelezamento da cidade e ainda interesses imobiliários de valorização monetária do espaço urbano, não atingindo assim de fato o objetivo proposto no Plano de Trabalho, considera inclusive que os “beneficiários” do programa, tiveram consequências negativas, pois não tiveram a opção de permanecer onde já residiam, resultando em ônus de readaptação a uma nova localidade e aumento do custo de vida, interpretando-o assim como:

[...] uma estratégia de intervenção urbana herdada do passado e que dá sequência às propostas de modernização da capital manauara, na qual o espaço urbano foi sendo construído seguindo influências europeias, na arquitetura e na disposição inicial do desenho urbano, utilizando o aterro dos igarapés para a abertura de vias e implantação de projetos urbanísticos e utilizando-se de uma segregação planejada da cidade, que pode até “embelezá-la” e valorizá-la em termos imobiliários, como demonstramos que está ocorrendo, mas que nem de longe intervém nas contradições e desigualdades sociais inerentes ao espaço urbano capitalista [...] (VALLINA, 2014, p. 299).

Outro estudo sobre o PROSAMIM que corrobora com o exposto anteriormente, foi elaborado por Batista (2013), intitulado: “Injustiça socioambiental: o caso PROSAMIM”, o qual teve por objetivo investigar o modelo de intervenção promovido pelo Programa, concluindo que apesar de uma proposta socioambiental, tal aspecto foi negligenciado, pois ao retirar famílias de áreas consideradas de risco em proximidades de igarapés, ou as mantiveram ali a partir de uma reconfiguração paisagística do espaço ou as levaram para áreas com as mesmas problemáticas, resultando em uma injustiça ambiental, transferindo apenas os problemas sociais, e ainda destaca os aspectos negativos em relação à percepção dos moradores com a mudança de residência, como a fragilidade na adequação de novos hábitos e de consumo, bem como na interação social na nova localidade, salienta que para superar

tais problemáticas é necessário não só contemplar todas as bacias hidrográficas existentes na cidade, como a necessidade de mais estudos científicos para conhecimento aprofundado dos recursos hídricos em ambientes urbanos em consonância com a realidade local.

Por outro lado, há também estudos que ressaltam a importância do Programa na resolução de vários problemas socioambientais, como os referentes à: moradia, infraestrutura e saneamento básico, como o evidenciado por Oliveira (2015), acerca da “Avaliação da primeira etapa do PROSAMIM às margens do Igarapé Mestre Chico” a qual ressalta de forma positiva a execução do Programa na cidade, que de acordo com esta favoreceu várias famílias ao removê-las de áreas consideradas de risco, realocando-os em lugares com melhor infraestrutura.

Nessa mesma ideia, Ferreira (2014) em seu estudo sobre: “Sistematização de Informação Georreferenciado para Apoio a Pesquisa acadêmica e ao Planejamento Urbano, Projeto PROSAMIM I, que ressalta a importância do Programa para o contexto turístico e histórico da cidade.

Observa-se que as concepções a respeito do Programa sua efetividade e alcance de objetivos, são variadas, contudo cada uma apresenta em sua perspectiva importantes informações para se pensar o real propósito deste, e seus limites e possibilidades levando em consideração tanto aspectos objetivos da realidade quanto subjetivos.

E com a proposta de mitigar os limites identificados, no Programa são desenvolvidas diversas atividades, que vão desde a promoção de atividades de interação social entre os moradores dos parques residenciais como também ações de saúde, e ainda ações de Educação ambiental e Sanitária, conforme o proposto pelo Plano de Trabalho Social e de Sustentabilidade Ambiental - PTSSA, as quais são distribuídas em um calendário anual, pensado a partir dos parâmetros legais do Programa como a Norma Operacional - OP 710 que versa sobre o Reassentamento Involuntário, disponibilizada pelo BID, que dispõe acerca da necessidade de acompanhamento das famílias a serem afetadas com o deslocamento, tanto na fase de realocação destas famílias, quanto após a ocorrência desta, como alternativa para garantir o apoio necessário a sua adaptação na nova localidade.

Para responder aos objetivos do estudo considerando o *locus* em questão, foram considerados como sujeitos 04 profissionais que compõem a Equipe técnica do PROSAMIM de diferentes áreas de formação, quais sejam, da área pedagógica, biológica, social e psicológica, que auxiliam na execução da política de educação ambiental nos Parques Residenciais localizados na Bacia Hidrográfica de Educandos; e

ainda 40 Beneficiários do PROSAMIM moradores distribuídos nos 08 Parques Residenciais localizados na mesma área de abrangência da discussão, considerando tal número com base em 5 informantes de cada parque, totalizando assim 44 sujeitos.

Por questões éticas da pesquisa conforme exposto nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 os sujeitos foram identificados numericamente tanto para profissionais quanto para os beneficiários, salvaguardando o sigilo da identidade dos informantes.

O perfil dos profissionais que integram a equipe de execução das ações de educação ambiental no PROSAMIM/BHE foi identificado a partir de entrevistas de caráter individual com cada um destes, com base em perguntas pré-elaboradas em formulário. A respeito do tempo de trabalho desses profissionais no Programa, pode ser mostrado no Quadro 07:

Profissional	Tempo de Trabalho do PROSAMIM
Nº 01	10 anos
Nº 02	1 ano e 4 meses
Nº 03	2 anos
Nº 04	10 anos

Quadro 07 – Tempo de trabalho no PROSAMIM/AM

Fonte: Entrevista com os profissionais, 2017/2

A partir das respostas quanto ao tempo de trabalho destes no Programa, percebe-se que não há um padrão nos resultados, e sim uma variância de tempo, sobre esse aspecto, ressalta-se conforme expõe Leonardi (2002) que para a promoção de ações de Educação Ambiental, é de extrema importância o tempo necessário para sua efetivação de forma concreta, para que de fato os objetivos propostos sejam alcançados. Tal variância identificada traz a tona o que autora aborda em relação a um dos principais desafios enfrentados no que diz respeito à efetivação da educação ambiental como política pública, que é a rotatividade de profissionais, tanto em setores públicos quanto privados, de acordo com as mudanças de gerência governamental, o que compromete por sua vez a operacionalização satisfatória da política em questão.

Mais ainda do que uma questão temporal, outro fator que se articula com o tempo de trabalho, e sua continuidade, é a capacitação desses profissionais para atuarem na execução das ações de Educação Ambiental. Pois o conhecimento teórico e metodológico estão estritamente ligados ao caminho que será trilhado para que os resultados sejam concretizados. (LOUREIRO, 2012)

Desse modo, referente à capacitação dos profissionais para promoção da política de educação ambiental no PROSAMIM, as respostas podem ser evidenciadas no Quadro 08:

PROFISSIONAL Nº	TREINAMENTO/CURSO/ ESPECIALIZAÇÃO	QUAL?	CUSTEIO
01	Sim	• Curso de Projeto Social no âmbito da habitação	Instituição
		• Especialização em Gestão Ambiental	Próprio
		• Cursando Mestrado em Gestão ambiental	Próprio
02	Não	-	-
03	Sim	• Não lembrou	Instituição
04	Sim	• Especialista em Gestão Ambiental	Próprio
		• Curso em Educação Ambiental	Próprio
		• Mestrado em Biologia	Instituição

Quadro 08: Capacitação dos profissionais participantes da pesquisa para execução das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM/AM.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em pesquisa de campo 2017/2.

Vale ressaltar como especificado no quadro acima, que tal resultado faz referência apenas aos profissionais que voluntariamente aceitaram participar da pesquisa. Desse modo percebe-se que dois dos profissionais responderam com clareza sobre sua capacitação para atuarem no desenvolvimento das ações de Educação Ambiental, em contrapartida um profissional apesar de ter participado de um curso de capacitação não recordou no momento da entrevista qual curso havia feito de forma específica, apenas relatou que lembrava que participou de um curso que abordou sobre a temática de educação ambiental, oferecido pela instituição logo no início de sua contratação.

O profissional 02 que relatou não ter realizado nenhuma capacitação específica para atuar no desenvolvimento das ações de EA no Programa, quando perguntado de que forma este realizava as ações, respondeu que no exercício de cada atividade

adquiriria o conhecimento necessário a execução das ações, sem, contudo ter capacitação específica.

Ao considerar a fala dos profissionais, evidencia-se que nem todos possuem capacitação específica e necessária para o desenvolvimento das ações de EA no PROSAMIM/BHE, o que pode representar uma deficiência no processo de execução das atividades, pois a capacitação ainda que esta por si só não seja a real garantia para um desempenho favorável, é de caráter primordial, e até mesmo mínimo para embasar as ações e assim alcançar de fato os objetivos propostos, pois conforme ressalta Loureiro (2012) independente da perspectiva na qual se pauta para execução das ações de EA, o profissional deve ter clareza de suas concepções teóricas e metodológicas para assim de fato dimensionar o resultado a que se quer chegar.

A respeito ainda da capacitação, está é disciplinada pela Lei Nacional de Educação Ambiental Nº 9.795/1999 como umas das linhas inter-relacionadas para sua execução tanto no âmbito geral quanto escolar, e o geral engloba toda e qualquer instituição que a promova. De acordo com a referida lei deve ser desenvolvida a partir da incorporação da dimensão ambiental no processo de aprimoramento intelectual, além de preparar gestores e profissionais habilitados para apresentar propostas relacionadas ao meio ambiente e assim atender as diversas demandas que se apresentam neste processo, alcançando efetivamente o público-alvo.

O próprio Plano de Trabalho Social e Ambiental do PROSAMIM/AM, também traz a capacitação como uma de suas metas para a execução das diversas ações desenvolvidas junto à população beneficiária, e entre tais atividades a de educação ambiental. O documento ainda indica que a capacitação deve ser realizada de forma contínua caracterizada pela elaboração de relatórios, referente a cada atividade executada, semestral através de seminários temáticos e anual a partir de oficinas de capacitação para os profissionais.

Contudo, a partir das respostas dadas pelos profissionais, é notório que mesmo em decorrência de um tempo de trabalho maior que um ano, nem todos participaram de capacitação para o desenvolvimento de ações de educação ambiental, e ambos não mencionaram as capacitações de ordem contínua, semestral e anual proposta no Plano de Trabalho.

A capacitação é de suma importância para atender ao que o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental propõe a respeito da Educação Ambiental, que a de que os profissionais estejam aptos a preparar as famílias beneficiárias do Programa, para a necessidade de estabelecerem uma relação de equilíbrio com o meio em que vivem.

Sem a devida capacitação, as ações conforme expõe Leonardi (2002) tornam-se meramente quantitativas, não apresentando qualidade de fato, apenas uma reprodução inconsciente de atividades, consequentemente não atingem aos resultados que almejam junto ao público-alvo, que no caso do Programa em questão são os beneficiários do PROSAMIM.

Ainda sobre o perfil dos sujeitos, levando em consideração o foco na sustentabilidade social e cultural da política de Educação Ambiental no PROSAMIM/BHE, foram pensados indicadores de ordem social e cultural para identificar o perfil dos 40 beneficiários do Programa, a partir de formulários aplicados junto aos mesmos de forma individual.

Sobre o conceito de indicadores conforme cita Bellen (2006) não há um conceito unânime, porém de modo geral, de acordo com Hammond *et al* (1995) *apud* Bellen (2006) o termo deriva da palavra em latim *indicare* que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores são instrumentos que possuem o objetivo de clarificar uma determinada tendência ou fenômeno, para que este se torne mais perceptível. Outros autores como McQueen e Noak (1988) *apud* Bellen (2006) interpretam o termo com um resumo de informações relevantes de determinado fenômeno.

Contudo, importa ressaltar conforme evidencia Bellen (2006) que os indicadores não são utilizados apenas para mensurar dados quantitativos, mas também é possível utilizá-los para aspectos qualitativos de determinada realidade.

Desse modo, com referência em Bellen (2006), Sachs (2002) e na Lei N° 9.795/99, foram pensados os indicadores de ordem social e cultural para identificação dos perfis dos beneficiários com os quais foram aplicados os formulários:

Os indicadores utilizados como parâmetro para a dimensão social, foram: População, saúde, alimentação, habitação, educação, segurança e trabalho e rendimento e para a dimensão cultural a raça/etnia e a proveniência territorial dos informantes.

No aspecto populacional, o foco foi identificar com base no quantitativo da amostra, a média de pessoas residentes em cada imóvel, bem como a faixa etária, sexo e estado civil, com o objetivo de entender a configuração familiar dos sujeitos, pois conforme Loureiro (2012) o conhecimento da realidade dos sujeitos contribui para se pensar alternativas de responder suas demandas.

Sendo assim no aspecto populacional, foi identificada a partir dos 40 informantes deste estudo uma média populacional de até 4 pessoas por residência, no entanto vale ressaltar que dentre as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa houveram

respostas também de mínimas de 01 pessoa por residência e o máximo de até 08 pessoas.

Deste quantitativo, em relação ao aspecto econômico desses moradores, muitos encontram-se desempregados, ou trabalham de forma autônoma, a população destes em sua maioria é formada por jovens e adultos, ainda que nas residências também existam crianças, tais informações são fundamentais para se pensar ações que contemplem todos os moradores das mais variadas faixas etárias.

Referente ao gênero dos 40 beneficiários informantes com os quais foram aplicados formulários, 55% (22) foi do sexo feminino e 45% (18) masculino. Em relação à faixa etária dos informantes da pesquisa, conforme dados coletados, podem ser observados no Gráfico 01⁷:

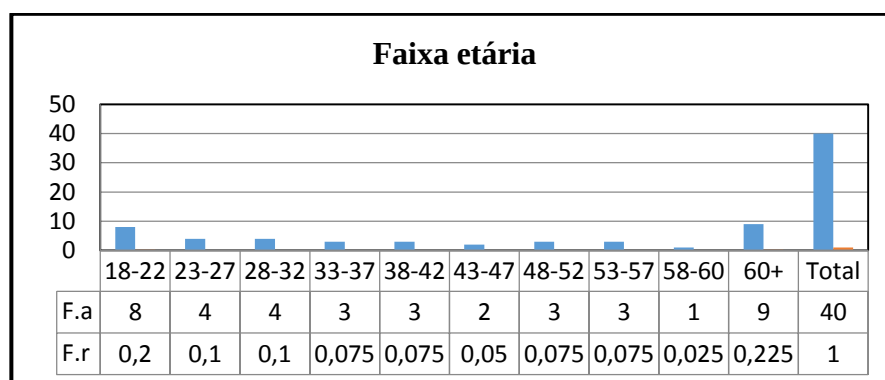


Gráfico 01 – Faixa etária dos informantes da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2

O estado civil dos moradores que participaram voluntariamente do estudo pode ser apresentado no Gráfico 02:

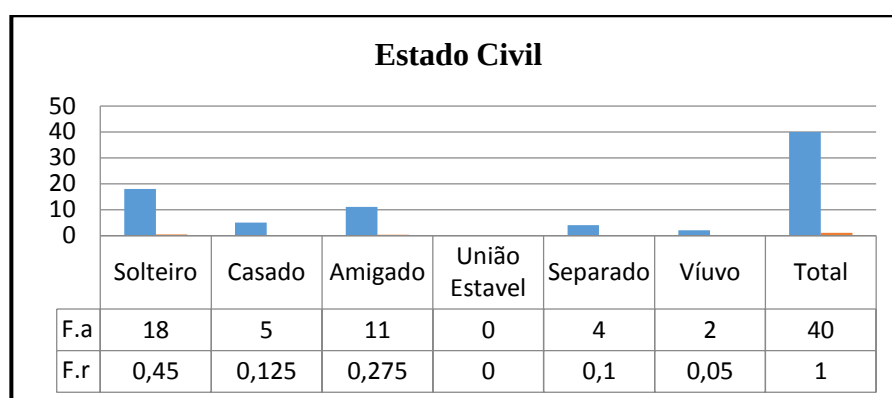


Gráfico 02 - Estado civil dos Beneficiários participantes da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2

⁷ F.a = Frequência absoluta; F.r = Frequência relativa

Em relação à saúde, dos 40 beneficiários informantes, 77,5% (31) responderam que possuem acesso facilitado aos serviços de saúde, embora tenham sinalizado aspectos como a demora na marcação de consultas e exames e também na falta de medicamentos receitados pelos médicos, sendo na maioria das vezes necessário comprá-los, e 20% (8) responderam que não, apresentando inclusive terem que se deslocar para os hospitais de referência por falta das especialidades que necessitam, em unidades hospitalares próximas as suas residências e 2,5% (1) respondeu que parcialmente, pois algumas vezes consegue atendimento e outras vezes não. Em relação acesso a imunização 95% (38) responderam que tem acesso quando necessário em contrapartida 5% (2) respondeu que não, alegando que nem sempre as unidades de saúde possuem as vacinas que eles precisam.

Sobre a alimentação 100% (40) dos informantes declararam não haver casos de desnutrição em suas residências, além de 92,5% (37) realizar no mínimo três refeições diárias, e 7,5% (3) disseram realizar menos de três refeições por dia. Ainda em relação à alimentação o consumo de frutas e verduras por parte dos informantes, 95% (38) informou consumir frutas e verduras e 5% (2) não, por não gostarem, ou não terem como comprar. dos que responderam consumir esses tipos de alimentos relataram que o fazem no mínimo duas vezes por semana, dentro de suas possibilidades financeiras.

No quesito habitação, as perguntas foram relacionadas não só em relação às residências em si, mas também em aspectos que incidem diretamente na qualidade de vida dos mesmos, incluindo entre esta o aspecto da segurança, deste modo procurou-se conhecer primeiramente de qual margem de igarapé haviam sido reassentados. Os informantes da pesquisa foram reassentados de acordo com as respostas dadas, dos igarapés informados no Gráfico 03:

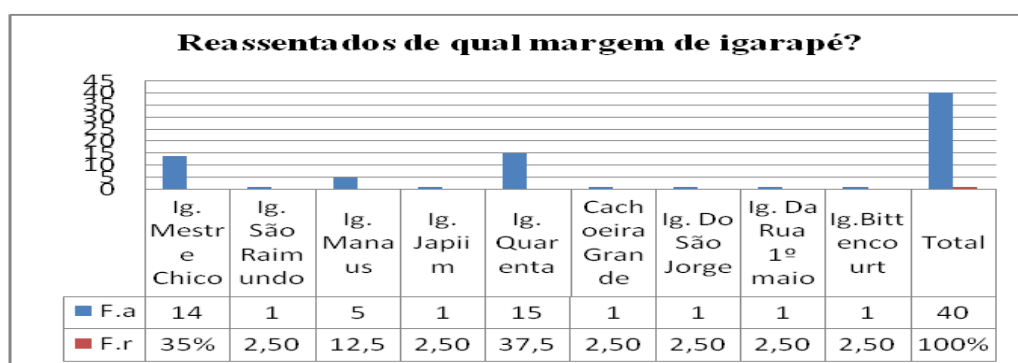


Gráfico 03 – Informação acerca de qual igarapé os informantes foram reassentados.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2.

Quando perguntados a respeito do porque escolheram a opção de residirem nos apartamentos construídos pelo programa, ambos responderam em sua totalidade que quiseram permanecer na região próxima de onde residiam anteriormente, pois segundo estes o valor da indenização apresentada pelo Programa, não era suficiente para que comprassem um imóvel na área que queriam, então preferiram os apartamentos.

Na moradia anterior no que se refere ao serviço de coleta de lixo, de acordo com os informantes 55% (22) respondeu que não tinham esse serviço, e 45% disse que sim, considerando que moravam próximo das ruas onde passava o carro coletor.

Dos que informaram não possuir a coleta, disseram que costumavam descartar os resíduos sólidos, nas ruas onde passava o carro coletor, apenas alguns dos informantes relataram despejar os resíduos diretamente no igarapé.

Na nova localidade, que residem o serviço de coleta de lixo de acordo com informação dada pelos mesmos, é realizado todos os dias, no entanto existem horários específicos e os mesmos são orientados a observar tais horários para fazer o descarte, com o intuito de evitar animais e insetos nas lixeiras, porém de acordo com estes nem todos os moradores consideram tal orientação.

Ainda em relação à nova moradia, 85% (34) consideram que a mudança para a nova habitação foi melhor para eles e suas famílias, e 7,5% (3) disseram que não foi melhor e ainda 7,5% (3) responderam que foi parcialmente melhor, dos que informaram que melhorou, um dos moradores respondeu:

Com certeza, porque melhorou muito a minha vida, fiquei considerada como gente né? eu era abandonada, eu e minha família, meus filhos e hoje em dia, hoje tenho posição (risos) eu estou muito feliz. (Beneficiário 01, Residencial Jerferson Peres).

Observa-se a partir da resposta do beneficiário 01 que este antes se sentiam abandonados pelas autoridades e discriminados por morarem em áreas próximas as margens dos igarapés. Dos que informaram que não, relataram que só saíram de onde moravam porque foi necessário, e optaram pelo apartamento apenas por ser em área central, e não quererem ir para bairros considerados por estes como distantes, os que disseram parcialmente informaram que a localidade é melhor, porém o custo de vida aumentou consideravelmente.

Sobre o modelo dos apartamentos e sua distribuição nos parques residenciais, 62,5% (25) responderam que aprovam a estrutura adotada pelo Programa, no entanto gostariam que tivessem mais autonomia quanto ao imóvel, e que estes fossem maiores, e 37,5% (15) responderam que não aprovam, preferiam que cada um tivesse seu terreno,

pois consideram que não possuem privacidade e que a estrutura do apartamento não é de qualidade, há muitas infiltrações, rachamentos, poluição sonora e em alguns parques quando chove, os bueiros entopem causando alagamentos nas vias de acesso aos apartamentos, a relação com os vizinhos também não é muito boa, pois conforme responderam nem todos respeitam os espaços em comum.

Entre os principais problemas enfrentados na nova localidade, a falta de segurança foi a que mais se destacou, seguida da falta de educação dos vizinhos, tráfico de drogas, falta de limpeza pública, valor exacerbado da energia elétrica, falta de área de lazer, poluição sonora, demora do transporte coletivo, entupimento de esgoto e falta de privacidade.

De forma geral considerando o acesso a serviços básicos, como água, energia elétrica, educação, saúde, transporte, trabalho e segurança, de um modo geral, 52,5% (21) disseram que é bom, 22,5% (9) regular; 15% (6) excelente; 10% (4) insuficiente, considera-se em relação a tais respostas que mesmo que em sua maioria considerem bom ou excelente, não significa a ausência de problemas, mais apenas uma comparação geral considerando os serviços destacados.

Educação

Especificamente sobre o quesito **educação**, referente ao grau de escolaridade dos informantes foi identificado os seguintes resultados:

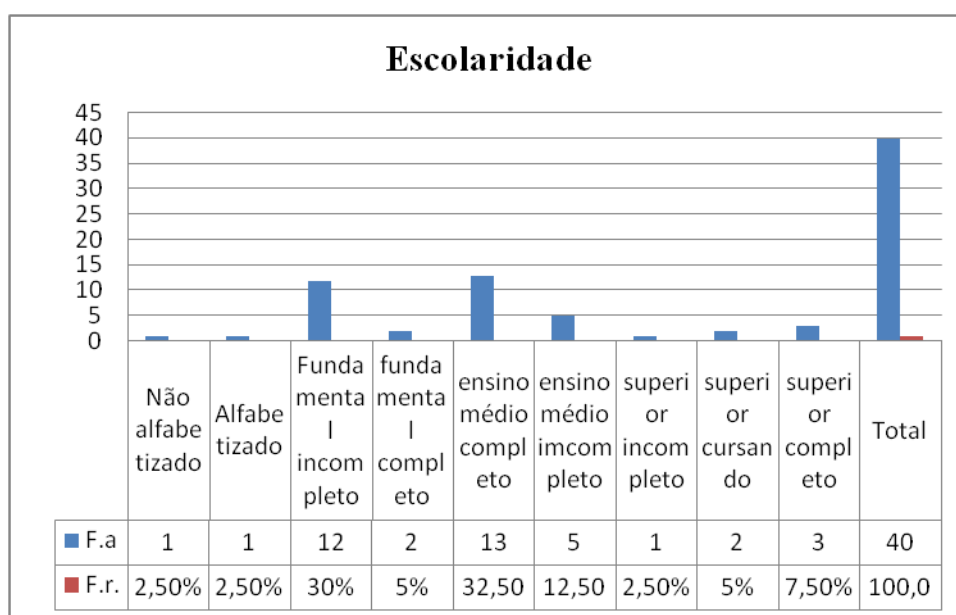


Gráfico 04 – Informação acerca da escolaridade dos beneficiários informantes

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2.

Dos 40 beneficiários informantes 82,5% (33) informaram não estarem estudando, e 17,5% (7) estão freqüentando a escola, dos que relataram não estarem estudando os motivos foram variados, muitos por já estarem na idade adulta e terem que trabalhar, e outros ainda por conta de uma idade avançada não possuírem mais interesse.

Trabalho e rendimento

Relativo a trabalho e rendimento 75% (30) possuem uma profissão e 25% (10) não possuem, contudo, mesmo as que possuem algum tipo de profissão nem todas estão no mercado de trabalho formal, conforme apresentado no Gráfico 05:

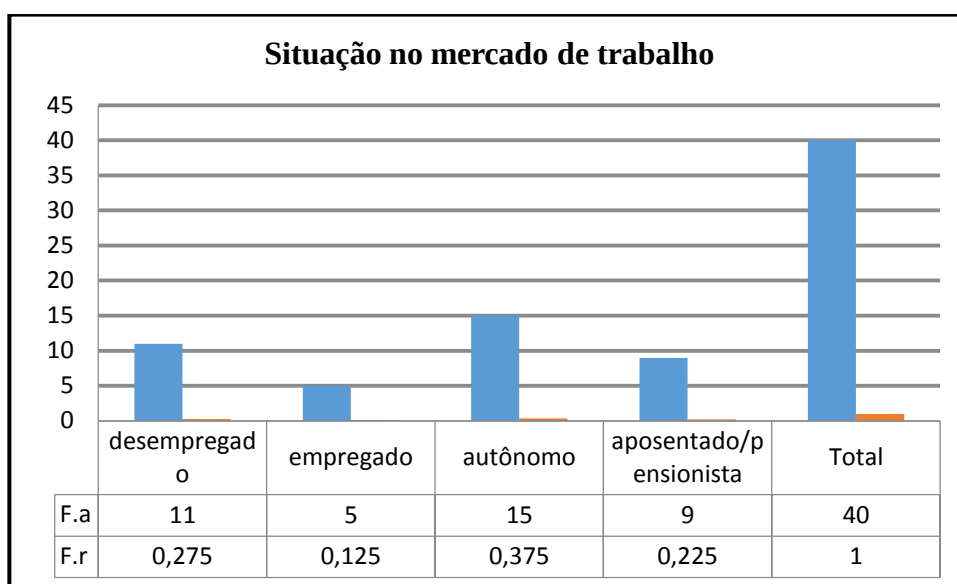


Gráfico 05 – Informação referente à situação no mercado de trabalho dos beneficiários informantes

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2.

Referente à renda familiar mensal 47,5% (19) possuem uma renda acima de um salário mínimo, 32,5% (13) disseram ter uma renda de até um salário mínimo e 20% (8) abaixo de um salário mínimo.

A partir do perfil social dos sujeitos da pesquisa identificados, observa-se a particularidade existente entre cada um destes, desse modo, ressalta-se a relevância de conhecer a população com a qual serão desenvolvidas as ações de Educação Ambiental, identificando suas potencialidades e fragilidades.

No que se refere à dimensão cultural referente à raça/etnia dos beneficiários informantes, estes se autodeclararam conforme pode ser observado no Gráfico 06:

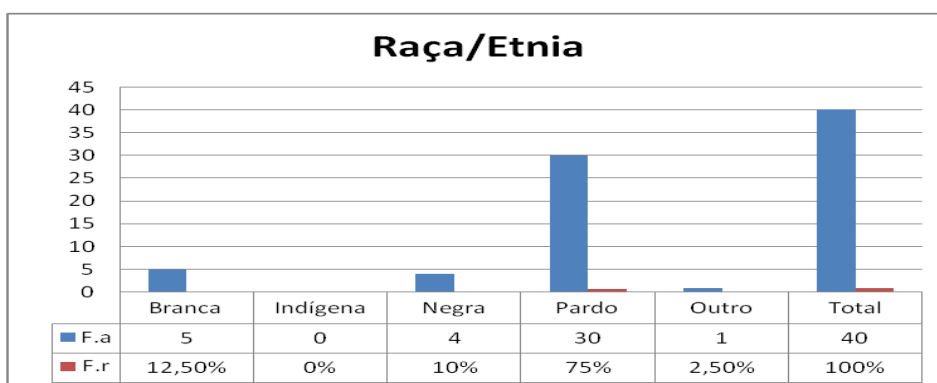


Gráfico 06 – Informação referente à raça/etnia dos beneficiários informantes

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2.

A procedência territorial destes, conforme dados coletados é de que 92,5% ((37) são naturais do Estado do Amazonas, 5% (2) do Estado do Pará e 2,5% (1) do Estado de Roraima, entre os municípios que nasceram o Gráfico 07, apresenta a totalidade das respostas declaradas:

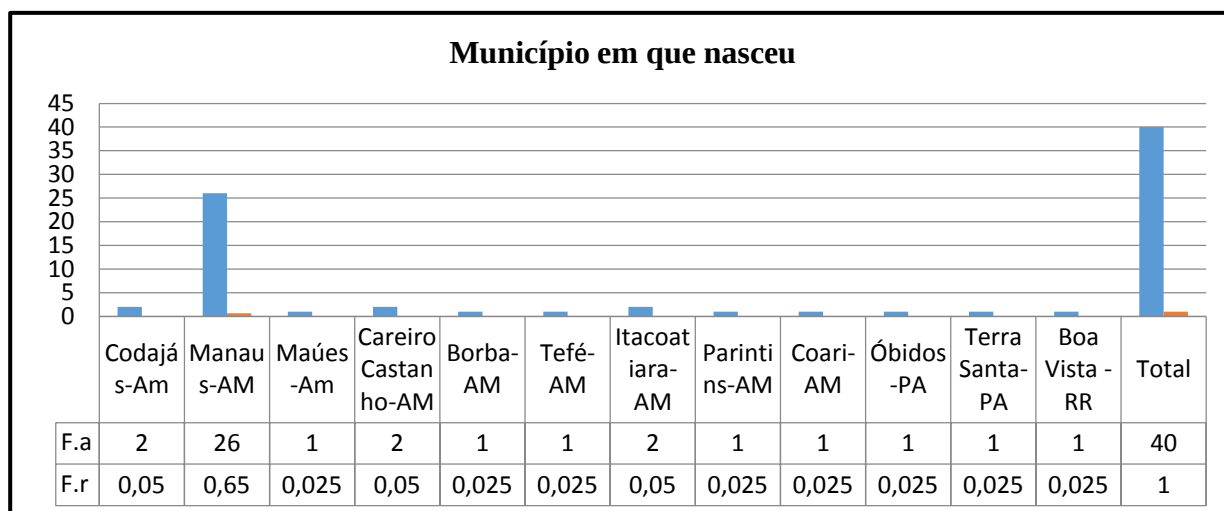


Gráfico 07 – Município de nascimento dos beneficiários informantes da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2.

Os dados evidenciam a diversidade e as particularidades dos sujeitos, tais informações tiveram como objetivo a aproximação com a realidade dos sujeitos da pesquisa, considerando conforme já enfatizado, seus aspectos sociais e culturais, considerando o que expõe Guimarães (1995) que conhecer o contexto onde serão promovidas as ações de EA, são fatores determinantes de que estas contemplem suas reais expectativas e necessidades sociais, culturais, biológicas e econômica, conectando estas dimensões apresentadas no âmbito local com o cenário global, pois ambos estão imbricados entre si, evitando assim uma visão engessada e focalista da situação.

Ao atentar para as características locais de determinado contexto, no caso em questão os moradores dos Parques Residenciais do PROSAMIM localizados na Bacia

Hidrográfica do Educandos, expõe-se que este não devem ser apenas observados como um conjunto de informações por si só, mas sim como uma fonte para embasar as ações a serem desenvolvidas.

Sobre isso o próprio Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental – PTSSA do Programa em questão, apresenta que durante o processo de reassentamento das famílias, é realizado um estudo prévio acerca dos serviços essenciais oferecidos na nova localidade bem como o levantamento do perfil socioeconômico das famílias beneficiárias.

De acordo com o PTSSA, as informações são utilizadas para criação de planos e projetos futuros junto à comunidade beneficiária, servindo de parâmetro para ações futuras.

Contudo, o documento não especifica, de que forma é realizada a incorporação dessas informações nas ações a serem desenvolvidas, e como já foi sinalizado acima, as informações por si só não devem ser consideradas apenas para aspectos quantitativos da realidade, como meramente números, é necessário uma utilização destes de forma mais profunda, incorporando-os para se pensar ações que respondam as necessidades identificadas e ainda contribuir para o processo de participação dessa população, nas atividades de educação ambiental desenvolvidas neste espaço, cuja característica será melhor discutida no tópico seguinte.

2.3. Caracterização da Educação Ambiental no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

Para abordar a respeito da caracterização da política pública de educação ambiental desenvolvida no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, este tópico está baseado em pesquisas de cunho exploratório, bibliográfico, documental e de campo, os dados foram analisados subsidiados por fundamentação teórica pertinente a discussão proposta.

Desde o ano de implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus/PROSAMIM-AM, na cidade no ano de 2003 a Educação ambiental tem estado presente em seu processo de execução, onde conforme destacado no documento sobre os Critérios sociais para avaliação de projetos, esta tem a proposição de atender 100% da população beneficiária do PROSAMIM, primeiramente na etapa de pré-reassentamento, durante as reuniões realizadas pelos profissionais com as famílias que irão receber as medidas de compensação, e visitas as residências dos moradores a serem

beneficiados, como também na etapa denominada de pós-reassentamento que corresponde ao acompanhamento técnico às famílias já reassentadas, além de contemplar também instituições escolares nas proximidades da realização das obras.

A Educação Ambiental desenvolvida pelo PROSAMIM é apresentada de forma mais completa quanto aos seus objetivos e bases para sua operacionalização, nos Planos de Trabalho do Programa, a existência dos Planos consistem em uma das exigências dispostas por seu principal financiador o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID através da Norma Operacional 710 – (OP), que dispõe acerca do Reassentamento Involuntário, com a proposta de mitigar os impactos oriundos do processo de reassentamento.

Cada uma das três primeiras etapas⁸ do PROSAMIM possui um Plano de Trabalho específico, pois o mesmo contém informações particulares que dizem respeito a cada área onde foi realizado o reassentamento, o documento conforme disposto em seu conteúdo é:

[...] o instrumento que viabilizará as ações de participação, organizado a partir dos princípios da (i) participação social que busca ouvir a comunidade para negociação e acompanhamento das ações do PROSAMIM; (ii) da descentralização administrativa, uma vez que o "locus" privilegiado onde as ações se concretizam é a área dos Igarapés e o (iii) princípio da cooperação e parceria, já que se faz necessário o agir com racionalidade e planejamento, realizando interfaces entre os atores sociais a fim de que se obtenha melhor qualidade de vida. (PTSSA II, 2012, p. 06)

Conforme apresentado na citação acima, o documento é um instrumento que objetiva à garantia da participação comunitária, descentralização administrativa, cooperação e parceria no processo de operacionalização do PROSAMIM, o Plano elaborado para a primeira etapa foi dividido em seis eixos, quais sejam:

- Eixo 1 – Mobilização, Organização e Informações das Comunidades;
- Eixo 2 – Ações Integradas e apoio a execução do PER;

⁸A primeira etapa envolveu o reassentamento das famílias residentes às margens dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico (Bacia do Educandos). A segunda etapa consistiu na continuação do processo de reassentamento da BHE, do trecho entre a ponte da AV. Maués a Rua Javari, no Distrito Industrial de Manaus e a Bacia Hidrográfica do São Raimundo. A Terceira etapa consistiu na continuação do processo de reassentamento na Bacia Hidrográfica do São Raimundo. Fonte: PTSSA, I,II,III. Disponíveis em: <http://prosamim.am.gov.br/social/planos-e-projetos-sociais/>

- Eixo 3 – Ações integradas de apoio a reinstalação de atividades econômicas, qualificação profissional, geração de renda e inclusão social;
- Eixo 4 – Ações integradas e de apoio a execução do PEA;
- Eixo 5 – Acompanhamento técnico e social pós-reassentamento;
- Eixo 6 – Gestão de monitoramento do Programa.

Dessa forma em específico a Educação Ambiental, a mesma é apresentada no Eixo 4 – Ações integradas e de apoio a execução do Plano de Educação Ambiental, e de forma complementar a este documento o segundo Plano de Trabalho elaborado para a segunda etapa do PROSAMIM, traz ainda que sua execução está ligada ao Projeto 03 do Programa que dispõe sobre Educação Ambiental e Sanitária, ambos documentos são complementares, e possuem importantes informações sobre o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental.

As ações de EA no PROSAMIM, conforme exposto no Plano de Sustentabilidade Socioambiental – PSSA, que compreende o Plano de Trabalho III, complementar aos Planos já citados, expõe que a base legal para as ações de EA no Programa, são: primeiramente a Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9.795/1999; a Norma Operacional 703 (OP) que dispõe acerca da política de meio ambiente adotada pelo BID; além destes a Política Estadual de Recursos Hídricos, a Política Estadual de Controle de Prevenção e Controle a Poluição, Melhoria e Recuperação do Meio Ambiente e da Proteção aos Recursos Naturais – Lei Estadual nº 1.532/1982.

Chama atenção ao exposto no Plano de Trabalho III, que a educação ambiental no PROSAMIM é pautada em uma abordagem sistêmica e que deve levar em consideração aspectos: históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos e culturais em uma perspectiva de complexidade da realidade. Desse modo é possível destacar a partir de tal documento tanto a forma de abordagem quanto a perspectiva de EA a ser operacionalizada no Programa, e que esta possui sua base em levar em consideração os diferentes aspectos da realidade para se pensar nas atividades a serem desenvolvidas.

Constatou-se que as ações de Educação Ambiental no PROSAMIM são desenvolvidas tanto em espaços internos nas bases existentes nos parques residenciais, conhecidos como Escritórios Locais de Sustentabilidade - ELOS composto por profissionais de diversas áreas de formação, assim como em escolas existentes nas

proximidades destes, sendo utilizada também a parte externa dos parques residenciais dependendo da ação a ser realizada e seus objetivos.

Sobre os ELOS é importante destacar segundo os Critérios Sociais pra Avaliação de Projetos, que estes são distribuídos de forma estratégica em áreas de intervenção direta da obra e nas áreas que abrangem a recepção das famílias reassentadas que optaram pela moradia em apartamentos distribuídos nos Parques Residenciais, com a proposição de auxiliar as famílias nas mais diversas necessidades relacionadas à nova moradia e a sua adaptabilidade.

Contudo mesmo diante de tal prerrogativa a respeito de uma acompanhamento dessas famílias após já estarem residindo na nova localidade, quando perguntado dos beneficiários se algum profissional do PROSAMIM haviam visitado eles em sua nova moradia, desde que passaram a residir no apartamento, 75% (30) respondeu que sim e 25% (10) respondeu que não, apesar da maioria ter sinalizado que sim, nota-se que um quantitativo expressivo declarou não ter tido nenhuma visita desde que residem na localidade, e ainda quando perguntados sobre se estes sabem da existência dos ELOS 87,5% (37) respondeu que sim, 5% (2) respondeu que não e 7,5% disse que sabe que existe, porém não sabe onde esta localizado.

A respeito dos que disseram que sim, o motivo da visita relatado por eles, foram variados, desde convites para ações que seriam desenvolvidas e também reuniões, como também pesquisa socioeconômica, orientação social, habitacional, ambiental.

E dos que precisaram ir até os ELOS, do total de informantes 55% (22) respondeu que já precisou ir por motivos como: tirar dúvidas, pedir autorização para realizar alguma modificação no apartamento, para fazer reclamações, para fazer cursos e participar de reuniões, os outro 45% (18) responderam que nunca foram nos ELOS.

Apenas com esta parcela de informantes foi possível perceber que nem todos os beneficiários se sentem contemplados com tal acompanhamento, e muitos ainda mesmo sabendo da existência dos mesmos, não procuram a equipe de profissionais.

No que diz respeito às ações de EA no PROSAMIM, com base em pesquisa exploratória, estas são desenvolvidas por profissionais de diversas áreas de formação em caráter multidisciplinar, sendo os quais tanto de nível superior quanto de nível médio, bem como em parceria com os próprios moradores ou trabalhadores de outras instituições que são convidados para o desenvolvimento das ações.

Em relação à Educação Ambiental, está de acordo com o PTSSA (2007) tem como objetivo:

Desenvolver na população beneficiada pelo PROSAMIM compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, de modo a construir e fortalecer a consciência crítica sobre a problemática sócio-ambiental, induzindo sua participação na construção e manutenção do ambiente recuperado, garantindo-lhe assim o mais legítimo exercício de cidadania. (PTSSA, 2007, p.)

E para a efetivação de tal objetivo, conta com objetivos específicos articulados, os quais apresentam a EA como um processo cujo compromisso é com uma visão ampla da realidade local e global referente ao meio ambiente, bem como a sensibilização, problematização e visão crítica, propondo ainda a participação dos moradores na percepção dos problemas socioambientais e ainda na capacitação das lideranças locais como agentes multiplicadores ambientais induzindo à transformação de hábitos.

E sobre o público-alvo das ações de EA, de acordo com pesquisa de campo realizada junto aos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento destas no PROSAMIM na área que compreende a Bacia Hidrográfica do Educandos, estes são:

Todos os beneficiários do...que são contemplados com moradia e os também aquele beneficiário que vai é, vai para um outro estilo, tipo de moradia, mas que pertence ao programa, mas principalmente quem vai pra nova moradia, nova habitação. (Profissional 01)

O público-alvo a princípio são os beneficiários diretamente pelo programa, e vai de um público que engloba desde crianças até a terceira idade. (Profissional 04)

A partir do exposto nas falas ressaltadas, destaca-se que o público-alvo das ações são todos os beneficiários do Programa residentes nos parques residenciais, conforme o disposto no Plano de Trabalho Social e Socioambiental, independente de faixa etária, o que amplia o alcance e está em consonância com o disposto na Lei Nacional nº 9.795/1999 que expõe acerca da asseguarção do caráter participativo e democrático das ações de educação ambiental.

Quando perguntados sobre o entendimento de Educação Ambiental os profissionais responderam o seguinte:

Nº	CATEGORIA	RESPOSTA DOS PROFISSIONAIS
Profissional nº 01	Interdisciplinaridade Complemento Educacional	Bem Educação Ambiental ela é, ela contempla um todo é, um todo de um âmbito da educação que ela não é como se fosse uma disciplina, entende? Ela é um complemento educacional, em todos, perpassando em todas as disciplinas e o que significa que Educação Ambiental tem haver com cidadania, Educação Ambiental tem haver com uma

		posição, uma posição, uma ação social tem haver com quatro eixos que eu considero preponderante no ramo da educação, entende? Um eixo é: A educação formal, a Educação Informal, a Educação não-formal e a Educação do âmbito da Comunidade em si, isso eu defendo como Educação Ambiental.
Profissional Nº 02	Conscientização Cuidado e Preservação Respeito	Educação ambiental, acredito que seja essa conscientização né, conscientizar de que nós somos dependentes do meio em que estamos inseridos e nós somos o espelho da do meio assim como o meio é nosso espelho, pra mim Educação Ambiental é isso é a questão da conscientização de que nós devemos cuidar preservar. Educação Ambiental é justamente essa questão de você é respeitar o lugar em que você vive, né fazer dele o melhor lugar possível, para que você não sofra as consequências posteriores né. Isso é meio ambiente o ambiente é.
Profissional Nº 03	Cuidado com o meio ambiente	Sim, a Educação Ambiental ela vem abrangendo né, a questão do cuidado com o meio ambiente, e que eu acho primordial, uma forma de você impedir que a natureza em si né, é prejudique não somente a mim que sou causador, mas também os demais de alguma forma e é uma forma da gente cuidar também né, através de projetos através de atividades que a gente venha executar como criança, como adulto né de ambas as faixas etárias né.
Profissional Nº 04	Sensibilização	Uma forma de sensibilizar a mudança de alguns conceitos errôneos que as pessoas têm com relação ao meio ambiente.

Quadro 09: Concepção de Educação Ambiental dos Profissionais Entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo 2017/2.

No que diz respeito ainda a fala dos profissionais do que vem a ser EA, resgata-se as concepções filosóficas mapeadas por Sauv  (2005), para analisar a perspectiva de EA adotada por tais profissionais, no qual foi possível observar em suas falas que estes se posicionam sobre o conceito baseado em uma perspectiva eco-educacional da política pública em questão, ao apontar questões comportamentais de rela o do ser humano com o meio ambiente e sua necessidade de sensibiliza o quanto ao mesmo, conforme sinalizado nas subcategorias destacadas: Interdisciplinaridade, Complemento Educacional, Conscientiza o, Cuidado e Preserva o, Respeito, cuidado com o meio ambiente e sensibiliza o.

Ambas as categorias, se encaixam em uma perspectiva conforme sinalizado acima eco-educacional da Educa o Ambiental, pois tal concep o como o próprio nome enuncia foca no aspecto comportamental dos indivíduos em rela o ao meio em que vivem considerando valores como respeito, cuidado e conscientiza o.

Tal perspectiva identificada, se diferencia da perspectiva apresentada no Plano de Trabalho do Programa, que de acordo com o documento é pautada em uma visão sistêmica, pois essa diz conforme cita Sauv  (2005) busca conhecer e compreender as problemáticas ambientais e identificar os componentes presente no sistema ambiental e suas relações.

Sendo assim, ao associar as ações de Educação Ambiental em uma perspectiva eco-educacional, tal compreensão das problemáticas ambientais pretendidas em uma perspectiva sist mica ficariam limitadas ao indivíduo, pois foca o problema no comportamento humano e não neste em coletividade e dentro de um contexto específico, além da limitação do conceito de meio ambiente.

Por este motivo, para complementar o entendimento acerca da EA, foi perguntado aos profissionais qual concepção destes de meio ambiente, o Quadro 10 apresenta como este   entendido pelos profissionais entrevistados:

N�	CATEGORIA	RESPOSTA DOS PROFISSIONAIS
Profissional n� 01, 03 e 04	Espaço/Local	Bem Meio Ambiente é...no contexto que hoje, nos estamos vivendo, mas isso já vem sendo é estudado de muito, meio ambiente é onde nós vivemos, é onde o homem é inserido, entende? Não podemos deixar de lado porque nós somos o meio ambiente, não � só a natureza, não � só o meio, mas o homem inserido no meio, isso é meio ambiente. (N�01) Bem, meio ambiente acho que � o local onde nós habitamos, local onde devemos de fato cuidar, preservar, porque querendo ou não se você não fizer isso, você acaba causando n�, algo que venha te prejudicar n� [...] (N� 03) Tudo que engloba seres vivos e o meio que a gente vive (N� 04)
Profissional n� 02	Saúde Mental	Meio ambiente eu diria como (formação), eu diria inclusive que � saúde mental, meio ambiente é onde nós estamos inseridos n�.

Quadro 10: Entendimento dos profissionais entrevistados acerca do conceito de Meio Ambiente

Fonte: Sistematizado pela pesquisadora com base em pesquisa de campo 2017/2

A partir da resposta dos profissionais entrevistados,   perceptível que ambos afirmaram que o ambiente   o local em que vivemos, no entanto os profissionais N  01 e N  04 acrescentam que o ser humano   parte integrante deste meio. Comparando as respostas com a definição de meio ambiente proposta na Norma Operacional 703 que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente adotada pelo Programa, sob influência do BID, percebe-se a similaridade das respostas dos Profissionais N  01 e N  04 com o que

se entende por meio ambiente, caracterizando em seu sentido amplo, levando em consideração seus aspectos físico/químico, biológicos e sociais.

Em contrapartida, os profissionais Nº 02 e Nº 03 entendem o meio ambiente, como um local, como um habitat natural do homem, o profissional Nº 02 ainda acrescenta que meio ambiente é saúde mental, passando a concepção mais restrita de meio ambiente, pautada na concepção ecológica do mesmo.

E dentro desta mesma linha de pensamento a partir de uma perspectiva eco-educacional da Educação Ambiental, apresentou-se na respostas destes acerca dos objetivos das ações de EA desenvolvidas pelo Programa, as quais são realizadas:

[...] considerando que os beneficiários eles já estão é...acostumados a viver nas palafitas, a gente tenta sensibilizá-los para que tomem consciência, de que mudando de ambiente onde vai morar eles precisam adotar bons hábitos de convivência, bons hábitos de higiene, bons hábitos para praticar na nova moradia. (Profissional 01)

Promover mudanças de hábitos do cotidiano né, pra pessoas deixam práticas que impactam o meio ambiente, pra que eles possam ter uma melhor qualidade de vida. (Profissional 04)

Observa-se a partir da referida fala que a sensibilização do público-alvo tem sido um dos principais objetivos das ações realizadas, para que estes desenvolvam na concepção destes bons hábitos tendo em vista mudanças significativas em seu cotidiano.

Observa-se o foco na mudança de hábitos e comportamentos mais uma vez, coerente a perspectiva adotada pelos profissionais, no entanto, para além de mudanças de hábitos e comportamentos, a lei que embasa as ações de EA a nível nacional Lei nº 9795/1999, bem como os documentos internacionais da Educação Ambiental de Belgrado e Tblisi, trazem a proposição de uma abordagem que leve em consideração os sujeitos não como agentes “causadores dos problemas ambientais”, e sim junto a coletividade despertar o interesse da sociedade como um todo a compreender a realidade que os cerca de forma participativa estimulando sua iniciativa, a partir das ações a serem desenvolvidas.

E a respeito de tais ações, no PROSAMIM de acordo com os profissionais entrevistados são operacionalizadas através de:

Palestras, é visitas, palestras nas escolas, oficinas [...] sobre coleta seletiva, sobre é todo o conjunto o contexto que forma saneamento ambiental, sobre é a convivência dele na comunidade, entende? Se faz uma oficina e principalmente, tipo assim, a ação que leva, que se trabalha com as crianças sobre mutirão de limpeza, num primeiro momento as crianças são orientadas numa oficina para o porquê do mutirão de limpeza, que não é só da rua ou da

comunidade em que ele vive, é da casa também, da moradia também [...] (Profissional 01)

Nós atuamos de acordo com as necessidades de cada área, isso engloba diversos aspectos como economia de água, energia elétrica, saneamento básico em si, e também temas de educação ambiental como resíduos sólidos, arborização, entre outros. Nós fazemos palestras, oficinas, algumas ações educativas, são atividades bem variadas. (Profissional 04)

Palestras, oficinas foram citadas por ambos os profissionais cujas respostas foram destacadas acima, e ainda sobre tais atividades, a partir da coleta de dados referente às ações de Educação Ambiental desenvolvidas junto aos moradores dos Parques Residenciais do PROSAMIM, presentes nos Relatórios Mensais referente aos anos de 2016 e 2017/1, os quais foram disponibilizados pela equipe profissional do referido Programa, foram identificadas apenas em relação as atividades detalhadas de EA em seus objetivos e público-alvo, entre outras informações pertinentes, um total de 128 (cento e vinte oito) ações realizadas durante o período verificado, sendo 55 (cinquenta e cinco) no Parque Residencial Cajual, 36 (trinta e seis) no Parque Residencial Liberdade e 37 (trinta e sete) no Parque Residencial Mestre Chico II, desta forma tendo em vista tal quantitativo, apresenta-se a seguir apenas o detalhamento de algumas destas atividades, levando em consideração variados tipos de ações, conforme Quadro 11:

Ações	Objetivo	Público-alvo	Atividades	Resultados alcançados
Mobilização para limpeza e coleta seletiva do lixo no parque residencial	Realizar mutirões de limpeza, tendo em vista a criação de novos hábitos em relação aos resíduos sólidos	Moradores do Parque Residencial	Visita domiciliar, convite, distribuição de folder	Acreditamos ter alcançado o proposto dentro do planejamento anual
Campanha de Educação Ambiental – preservar a água é cuidar da vida	Tratar temas específicos demandados pela execução do Parque PROSAMIM	Moradores do Parque Residencial	Visita domiciliar; orientação e distribuição de informativos	Não especificados
Encontro com as mulheres - Confeção de Sabonete	Da sustentabilidade através da própria mão-de-obra, mostrando a elas que o investimento pode trazer renda para toda família tornando-se empreendedor	Mulheres moradoras do Parque Residencial	Palestra sobre Geração de renda Oficina confecção de sabonetes	Não especificados
Palestra de manipulação e aproveitamento de alimentos – etiquetas	Transferir aos ribeirinhos bases científicas fundamentais a	Moradores do Parque Residencial	Palestra	Não especificados

urbanas	justificativa do esforço individual e coletivo para adoção de hábitos de higiene e comportamento ético adequado a proteção dos direitos ambientais que compõe o nicho social			
Palestra educação e saúde animal e vacinação de controle de raiva	Realizar atividade sobre educação sanitária e ambiental visando à sensibilização	Moradores do Parque Residencial	Palestra Vacinação de animais	Não especificados
Campanha de conscientização contra as pragas urbanas	Realizar atividade sobre educação sanitária e ambiental visando à sensibilização	Moradores do Parque Residencial	Orientação, distribuição de folders	Integração, participação comunitária e Educação Ambiental
Limpeza e coleta seletiva	Realizar mutirões de limpeza, tendo em vista a criação de novos hábitos em relação aos resíduos sólidos	Moradores do Parque Residencial	Sensibilização e limpeza do parque Entrega de folder;	Moradores ficaram cientes de sua responsabilidade em relação a limpeza do parque e aos cuidados necessários para a erradicação do mosquito <i>Aedes Eegypti</i>
Grupo de Mulheres e idosos: Palestra sobre o “Dia de combate a poluição: trabalho com horta comunitária	Sensibilizar os agentes de vizinhança quanto aos cuidados que deverão ter com as plantações da horta doméstica local.	Mulheres e idosos moradores do Parque Residencial	Reunião, Palestra e cuidado da horta	Não especificados
Oficina de Educação Ambiental Garis da Alegria: correto acondicionamento e descarte dos resíduos sólidos	Promover a mudança de comportamento ambiental com as crianças e adolescentes recuperando experiências lúdicas do uso artístico do lixo reciclável	Crianças e adolescentes Moradores do parque residencial	Oficinas, música e teatro	Não especificados
Semana do Meio Ambiente com o Tema: Sou amigo dos igarapés	Tratar temas específicos demandados pela execução deste Plano de Participação Comunitária do PROSAMIM	Moradores do Parque Residencial	Caminhada, distribuição de informativos, palestras, brincadeiras, entrega de premiações.	Não especificados

Quadro 11 – Síntese das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM//BHE – 2016-2017/1.

Fonte: Sistematizado pela pesquisadora a partir da coleta de dados junto aos Relatórios Mensais do PROSAMIM (2016-2017/1).

As atividades desenvolvidas pelos profissionais estão todas pautadas no Plano de Trabalho, e são pensadas com base nas legislações que embasam as ações de EA no Programa, e realizadas seguindo um calendário anual, definido a partir das reuniões de planejamento realizadas no início de cada ano, levando em consideração o disposto no Plano de Trabalho e as experiências adquiridas no ano anterior, assim como levadas em consideração as necessidades apresentadas e os resultados já alcançados através das ações, os quais são monitorados e avaliados a partir dos relatórios mensais e semestrais realizados pelos profissionais do programa.

Os profissionais informaram ainda qual sua percepção sobre a importância das ações de EA para a população residente nos parques residenciais, conforme exposto a seguir:

Bem torna-se importante a Educação Ambiental porque eles precisam preservar a moradia, para que eles levem, pra que eles tomem, eles tenham, tomem consciência da manutenção, para que eles possam ter mais sustentabilidade no viver na nova moradia, para que eles tenham mais sustentabilidade no âmbito da saúde principalmente, e sustentabilidade na vida deles, porque eles são orientados em todos os sentidos, e Educação Ambiental ela perpassa por isso, orientar o beneficiário no sentido dele viver melhor é isso daí da importância da Educação Ambiental no contexto do PROSAMIM. (Profissional 01)

Então, conscientizar né às vezes eles, algum deles, não posso também generalizar não tem aquela informação devida, e aí com a equipe trabalhando com a equipe mostrando né o trabalho né e eles percebendo que realmente tá tendo um retorno, não digo financeiro mas um retorno do cuidar do zelar até mesmo pra eles passarem, muitos são avós, avós, né e passar essas informações pros netos pras famílias acho que é uma forma deles passarem adiante e cuidar que acho que é o principal. (Profissional 03)

Observa-se que as falas sempre apontam a responsabilidade para os beneficiários do Programa, no entanto conforme ressalta Guimarães (1995) o ser humano não está separado da natureza, pelo contrário é parte desta, por este motivo o foco deve ser no incentivo destes a participação e a uma visão crítica da realidade entendendo-os para além da individualidade.

Para promoção das ações de EA além da equipe de profissionais do PROSAMIM, conta-se com a parceria de outras instituições para desenvolvimento de variadas atividades (palestras, oficinas, mobilização), na fala dos profissionais, confirma-se tais informações:

Com certeza é o que mais a gente faz. Empresas, empresas públicas, privadas com todos, com todos até amigos particulares também, né a gente tenta ir em busca de parcerias porque se não o programa né, como é que ele vai reagir?

Porque nem tudo o estado dá então a gente tem que ir, e ate mesmo a gente tem que ir em busca de parceiros pra mostrar pros moradores que residem no local que futuramente eles irão assumir essa base aqui, por isso que existe uma associação de moradores né, [...] (Profissional 03)

Desse modo, as parcerias são conforme destacado na fala do profissional, fundamentais para a concretização das ações de EA no PROSAMIM, pois de acordo com o profissional apenas com os recursos destinados as ações não seria possível realizar todas as ações necessárias, sendo a parceria desta forma uma alternativa de suma importância para a realização das mesmas.

E dentre as principais temáticas abordadas estão as que se destacam no quadro a seguir conforme sinalizado pelos profissionais entrevistados, não sendo identificada uma hierarquia entre as mesmas:

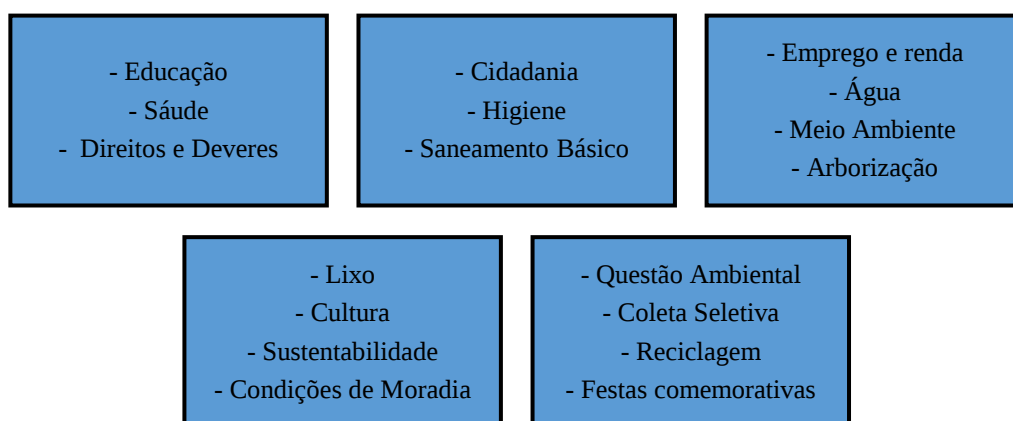


Figura 02 - Temáticas de Educação Ambiental mais abordadas no PROSAMIM/AM

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em pesquisa de campo 2017/2

Em relação à concepção de educação ambiental por parte dos 40 informantes que participaram da pesquisa das idades de 18 a mais de 60 anos, 92,5% (37 pessoas) informaram que já ouviram falar de EA, os quais expuseram em algumas das falas que se segue abaixo, qual seu entendimento sobre a mesma:

Beneficiário 01, Parque Residencial Jefferson Peres: “é separar os lixos? É separar...a educação ambiental é separar os lixos, e o papel do resto de comida as garrafas de plásticos, latas; é o que eu entendo, é isso” (op.cit)

Beneficiário 09, Parque Residencial Manaus: “olha educação ambiental pra mim é ensinar os deveres dos cidadãos, quanto à relação né do seu meio ambiente, cuidado aonde é jogar o lixo de maneira correta tanto é o vidro como o que é o reciclado e o que é também, como é que se chama aquela palavra é, meu Deus eu esqueci agora, que é orgânico né, colocar no seu devido lugar eu penso que seja isso assim, educação ambiental é saber o local do lixo e o cuidado desse lixo aonde tem que ser colocado” (op.cit).

Beneficiário 14, Parque Residencial Mestre Chico I: “é você cuidar de onde mora do que você pode” (op.cit).

Beneficiário 19, Parque Residencial Liberdade: “é tudo que se trata do meio ambiente, dos rios das ruas” (op.cit)

Beneficiário 22, Parque Residencial Mestre Chico II: “é fazer uma palestra que se ensina o que se deve fazer. Exemplo falar sobre lixo, ensinar fazer nossa parte, porque o que falta é conhecimento” (op.cit)

Beneficiário 27, Parque Residencial Cajual: “procurar ensinar as pessoas, manter o ambiente limpo, igarapé, casa, limpeza do parque em geral para evitar doenças” (op.cit)

Beneficiário 34, Parque Residencial Cachoeirinha: “não jogar lixo, cuidar do lugar onde mora” (op.cit)

Beneficiário 37, Parque Residencial Gilberto Mestrinho: “é a comunidade zelar pela limpeza e infraestrutura do local onde reside” (op.cit)

Observa-se diante das falas a perspectiva eco-educacional de EA, pois a questão comportamental em relação com o meio ambiente, destacada na maioria das falas a respeito do descarte de resíduos sólidos, e voltadas ao ensinamento do indivíduo remetem ao caráter comportamental e educativo desta.

Em relação à participação destes informantes nas ações de EA desenvolvidas pelo PROSAMIM, 65% (26 pessoas) informaram não terem participado de atividades voltadas a tal política oferecidas pelo Programa em questão, em que as mesmas em sua

maioria relataram ter recebido o convite, porém não puderam estar presente no momento da realização das mesmas por motivo de trabalho ou de saúde devido a idade avançada, outros ainda por cuidarem de pessoas com deficiência e não terem como se deslocar de suas residências, apenas duas pessoas relataram nunca ter recebido convite para participar de ação de educação ambiental no PROSAMIM, nem mesmo através de informativos.

Desta forma diante do exposto neste segundo capítulo, foi possível caracterizar a respeito da política pública de EA no PROSAMIM, o qual de acordo com Rossin, (2008), é considerado como o maior Programa socioambiental do Brasil, enfatizando assim a pertinência de tratar a operacionalização de tal política com base no referido programa, que tem só na área de abrangência da BHE, mais de 15,000 famílias, ou ainda mais de 32,000 pessoas, distribuídas em áreas recuperadas pelo Programa, segundo informações atualizadas disponibilizadas pelo próprio Programa.

Desse modo, foi possível perceber que a EA no PROSAMIM, é prerrogativa essencial inclusive requerida pelas legislação de seu financiador o BID, além de atender as especificações nacionais relacionadas ao meio ambiente, como foi possível observar a partir das legislações que a embasam, enquanto uma política inerente ao Programa.

Vale destacar que apesar dos esforços de atingir 100% da população beneficiária do PROSAMIM, com ações de Educação Ambiental e Sanitária, com base na amostra dos sujeitos da pesquisa, dos oito parques residenciais do Programa e das mais variadas idades, tal meta não está sendo efetivada em sua proposição. Pois deve ser levado em consideração, que apesar dos beneficiários serem convidados a participarem dessas ações até mesmo na etapa de pré-reassentamento em oficinas e reuniões realizadas, não significa por outro lado que estes estejam de fato participando, sendo necessário entender as razões pelas quais estes não estejam comparecendo, porque tendo em vista a importância dada à execução de tal política como uma das bases para a garantia da sustentabilidade e qualidade de vida, é de suma importância criar medidas para atender como de fato se propõe no Plano de Trabalho Social e Socioambiental 100% dessa população bem como seu entorno.

O convite por si só, não deve ser justificativa suficiente para entender que a política está sendo efetivamente promovida, alcançar aqueles que não estão sendo contemplados, deve ser tido como prioridade para atender aos objetivos propostos pela sua regulamentação no Programa, destacando assim sua real sustentabilidade principalmente levando em consideração suas dimensões sociais e culturais, por

entender as particularidades da região na qual este está sendo operacionalizado, e assim contemplar seu alcance proposto e mensurar sua efetividade.

CAPÍTULO III

SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PROSAMIM/AM

Neste objetivo-se identificar a sustentabilidade social e cultural presente na Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9.795/1999, para em sequência poder analisar tais dimensões da sustentabilidade no desenvolvimento das ações de EA no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM/AM, mais especificamente a partir das ações desenvolvidas junto aos moradores dos parques residenciais do Programa, localizados na Bacia Hidrográfica do Educandos – BHE, Quais sejam: Parque Residencial Manaus, Parque Residencial Jefferson Peres, Parque Residencial Mestre Chico I e II, Parque Residencial Gilberto Mestrinho, Parque Residencial Cachoeirinha, Parque Residencial Liberdade e Parque Residencial Cajual, totalizando assim oito parques residenciais. Além de mapear o alcance e a efetividade das ações de EA desenvolvidas no Programa, no sentido de organizar as informações com base em pesquisa documental e de campo, cuja análise contará com o suporte do referencial teórico adotado neste estudo.

O capítulo está dividido em três partes, onde primeiramente é abordado sobre a sustentabilidade social e cultural presente na Política Nacional de Educação Ambiental tomando como referência a Lei Nacional que a institui, o segundo tópico trata especificamente sobre a sustentabilidade social e cultural das ações de EA desenvolvidas no PROSAMIM, no que compreende a BHE, o terceiro tópico por sua vez dispõe sobre o mapeamento do alcance e efetividade das ações de Educação Ambiental desenvolvidas no PROSAMIM no que se refere ao enfrentamento da questão socioambiental.

3.1. Sustentabilidade social e cultural presente na Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil

O conceito de sustentabilidade trabalhada neste estudo está fundamentada a partir da perspectiva conceitual de Sachs (2002), que a apresenta como condição fundamental para a garantia de um desenvolvimento que contemple a qualidade de vida não só das presentes gerações, mas também das futuras tanto no âmbito rural quanto urbano, leva ainda em consideração que a sustentabilidade não diz respeito apenas as

dimensões ecológica e ambiental de determinada sociedade, porém também contempla as dimensões social, cultural, econômica, territorial, política nacional e internacional, articuladas entre si, de forma não hierárquica.

Neste momento será abordado sobre a perspectiva de sustentabilidade observada na Lei nº 9.795/1999 cujas disposições fundamentam a promoção da EA no âmbito estadual e municipal na sociedade brasileira, e que também é referência conforme exposto no capítulo anterior para execução das ações de EA no PROSAMIM-AM, *locus* do estudo proposto.

Desse modo para alcance de tal resultado, primeiramente foi realizada uma leitura minuciosa dos 21 artigos da referida Lei, a partir do método de análise de conteúdo, com o intuito de identificar a perspectiva de sustentabilidade nesta, destacando em sequência com base nos objetivos deste estudo, o enfoque nos aspectos sociais e culturais abordados em seu conteúdo, apenas por questões de delimitação, não desmerecendo os demais assuntos presente na legislação.

É importante destacar primeiramente para apreensão da perspectiva de sustentabilidade presente em seu texto, qual a concepção de Educação Ambiental identificada em tal instrumento legal, e sobre esta o Art. 1º da Lei diz:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A partir de tal definição com fundamento no disposto por Sauv   (2005) em seu mapeamento das variadas concepções de interpretação do termo, a EA se apresenta na PNEA com base em uma perspectiva crítica do mesmo, o que pode ser identificado a partir do reconhecimento de tal política como um processo que contempla não são o indivíduo, mas também a coletividade, com o intuito de promover a construção de novos valores que levem em consideração uma relação do homem com a natureza para assim alcançar a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Os demais artigos atestam ainda mais a concepção de EA com base em uma perspectiva crítica, segundo pode ser exemplificado a partir de seus princípios básicos e objetivos expostos, na garantia inclusive como disposto no Art. 4   III, acerca do “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade”, o que denota sua abertura aos diversos saberes e reconhecimento das diversas concepções sobre EA.

Um documento importante para a Educação Ambiental foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a autora destaca alguns dos princípios defendidos por tal documento, um dos princípios é que a educação ambiental deve ser crítica e inovadora, outro que ela deve buscar uma perspectiva holística relacionando homem natureza e universo, possuindo uma postura interdisciplinar, e ainda valorizar as culturas e etnias e influenciar a criação de novos estilos de vida. (LEONARDI, 2002)

Importa ressaltar, contudo, com base em Loureiro (2012) que a proposta de uma perspectiva crítica de EA não se trata de uma padronização teórico-metodológica de sua promoção, mas na proposição desta de forma ampla e conectada com a realidade social dos indivíduos em suas relações sociais, reconhecendo inclusive as diferentes formas de promoção da política pública como parte deste processo.

Necessário, no entanto entender conforme apresenta Layrargues (2003) que é fundamental partir de um entendimento das bases teóricas na qual se pautam a promoção das ações de EA, com o intuito de promovê-la de acordo com o que se defende sobre a mesma, sabendo de onde se vem para onde se almeja chegar, conhecendo também quem será beneficiado por esta, a partir de uma leitura comprometida da realidade.

Desse modo, não se pode incorrer no erro de interpretar a educação ambiental a partir de uma perspectiva generalista do termo, ou seja, desconsiderar as demais concepções que a definem, não levando em consideração as particularidades de cada uma, contudo é preciso assumir uma postura prática que seja condizente com o disposto no documento.

Trazer a tona tais abordagens em referência à perspectiva de educação ambiental presente na referida política é fundamental para identificar o entendimento a respeito da noção de sustentabilidade presente em seu teor, vale ressaltar, porém que só o primeiro artigo não é suficiente para mensurar tal concepção, mas de início já traz importantes aspectos para inferi-la. Como por exemplo, os termos: processo, indivíduo, coletividade, construção e relação homem/natureza, os quais são trabalhados na concepção de sustentabilidade, nos fazendo aproximar ainda mais de qual a perspectiva de sustentabilidade presente em tal política.

Em seu primeiro artigo a PNEA traz entre outros objetivos a garantia de sustentabilidade a partir da promoção da Educação Ambiental, cuja noção do termo sustentabilidade por parte do referido documento está implícita, sendo necessário o aporte em outros documentos que serviram de base para o seu conteúdo. Como por

exemplo, a partir das Diretrizes Internacional da EA, proposta na Carta de Belgrado resultante da Conferência realizada em 1975 na cidade que deu origem ao nome do documento, onde é possível dentre estes observar conforme o exposto em sua primeira diretriz que diz: “A Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético”, reconhecendo ainda em seu teor a relação intrínseca entre homem e natureza, rebatendo diretamente tanto para as presentes gerações quanto para as futuras.

Pelo destacado é possível identificar no documento apesar deste não trazer a palavra sustentabilidade ou suas variantes, que esta implicitamente encontra-se no documento, ao fazer referência à capacidade humana de criar condições viáveis para garantir uma relação de equilíbrio entre homem/natureza, em busca inclusive de alternativas para construção de um novo paradigma.

Ainda em suas diretrizes reconhece a importância de levar em consideração para o desenvolvimento e crescimento, entendendo que ambos não são sinônimos, a consideração da dimensão ambiental em seu planejamento.

Desse modo, sabendo que tal documento, bem como a Declaração de Tbilisi em 1977, foram base para instituição da Lei Nacional aqui analisada, pode-se inferir que a sustentabilidade presente em seu teor parte de uma perspectiva ampla do conceito considerando todas as suas dimensões as quais estão dispostas em seu conteúdo, em cada um de seus 21 artigos.

E ainda em referência a esses artigos, como delimitação desse estudo, foram analisadas em específicos as dimensões sociais e culturais da sustentabilidade, presentes em seu texto.

Sabe-se que os 21 artigos distribuídos na PNEA são articulados entre si, porém a partir de análise do documento é possível inferir destes, com base em uma delimitação relacionada aos objetivos deste trabalho, alguns aspectos que se sobressaem no que diz respeito às dimensões social e cultural da sustentabilidade presente em tal política.

Assim em relação aos aspectos que caracterizam a dimensão social da sustentabilidade com base no disposto sobre a mesma por Sachs (2002), foi possível através de uma leitura pautada em uma análise de conteúdo, identificar em um primeiro momento apenas três referências diretas ao termo social, além de sua forma no plural o que significa de princípio que o foco não era apenas identificar tal palavra e sim inferi-la com base no entendimento que se tem sobre a mesma.

Foram resgatadas aqui algumas das características da dimensão social da sustentabilidade segundo Sachs (2002), evidenciada ainda no primeiro capítulo, as quais

foram tomadas como parâmetro para inferi-la na PNEA, quais sejam: garantia de uma sociedade mais justa e igualitária, no que se refere ao acesso a bens e serviços sociais e a distribuição de renda, as quais trazem consigo noções de participação, cidadania e democracia.

Considerando assim tais características, em um primeiro momento a Lei 9.795/1999 em seu Art. 3, foram observadas que além do Poder Público as instituições públicas e privadas, e também toda a sociedade está incumbida para promover a política pública de educação ambiental na sociedade brasileira, destacando neste aspecto a noção de participação.

A participação de acordo com o dicionário de Temos Técnicos da Assistência Social (2007) diz respeito a um conceito diretamente relacionado ao de cidadania, em uma relação de consenso, justiça social e consciência dos direitos e deveres.

Nos princípios básicos da EA evidenciados no Art. 04, incisos I e IV, se faz referência ao enfoque democrático e participativo da promoção da EA, bem como ainda traz a respeito da vinculação da ética juntamente com o trabalho e as práticas sociais.

E entre os objetivos fundamentais expostos no Art. 5º, entre os objetivos está presente o aspecto social da sustentabilidade, ao incentivar a participação social, a justiça social, a democracia, cidadania e garantia de acesso aos serviços essenciais.

No que diz respeito à dimensão cultural da sustentabilidade evidenciada em tal política, em uma busca pelo termo, foram encontradas apenas suas variantes cultural e culturais, no entanto o foco nesta pesquisa não foi o de sobressair os termos em si, mas sim as características que levam a identificá-lo. Sendo assim, foi possível identificar na PNEA, a partir ainda da perspectiva de Sachs sobre a dimensão cultural (2002) ao entendê-la como: articulação e equilíbrio entre os saberes e conhecimentos, que a mesma aparece desde o primeiro artigo da Lei analisada.

Seu primeiro artigo faz referência entre outras informações, à “[...] construção de novos valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências [...]” desse modo, tomando por base o conceito de cultura em Geertz (2008) que expõe que esta é processual, contextual e caracterizada por um conjunto de significados, observamos que neste trecho, trata-se dos aspectos culturais a serem transformados, a construção não é no sentido de começar o que ainda não existe, mas sim de transformar estes tendo em vista a relação do homem com a natureza, entendendo que ambos não estão dissociados, para garantia da qualidade de vida e da sustentabilidade.

Ainda a respeito da dimensão cultural, destaca-se disposto no Art. 4º da Lei 9.795/199 os seguintes incisos:

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

E ainda no artigo 5º dos objetivos fundamentais, os incisos I, VII os quais dispõem sobre uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas relações levando em consideração os aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, culturais e éticos.

Percebe-se a preocupação presente na PNEA, acerca da dimensão cultural, destacando-a como imprescindível para a promoção das ações de EA, de forma comprometida e conectada com a realidade dos sujeitos, pois baseado em uma fala de Freire, Loureiro (2012) ressalta que a Educação Ambiental que visa a transformação da realidade social da coletividade não deve ser estabelecida de forma “bancária” em um mero repasse de informações desconectadas da realidade dos sujeitos sociais, é preciso problematizar o contexto onde estes estão inseridos em uma prática dialógica, reconhecendo os diferentes saberes em uma troca de conhecimento e assim efetivar sua promoção.

No artigo 8º também pode ser identificado aspectos da dimensão cultural em seu conteúdo, não de forma explícita, mas este traz a importância de estudos voltados a difusão dos conhecimentos, e envolvimento dos interessados a ser levado em consideração em tal difusão, incluindo ainda o apoio a iniciativas com base em determinada localidade que leve em consideração suas particularidades.

Desse modo, no que diz respeito à sustentabilidade social, percebe-se que a Educação Ambiental de forma processual objetiva a construção de valores sociais, ou seja, uma nova tomada de consciência em relação ao contexto social em que se vive e a relação com o meio ambiente, os valores sociais envolvem a vida em sociedade e considera ações carregadas de significados, não meramente o agir pelo agir, mas a consciência quanto à realidade que se apresenta.

Já no que se refere à sustentabilidade cultural, percebe-se também no primeiro artigo da Lei, que há uma preocupação com a construção de conhecimentos, ora quando nos referimos ao conhecimento, refere-se também à cultura, sendo imprescindível que

esta seja levada em consideração para o processo de construção de novos conhecimentos, pois é partir da valorização dos conhecimentos já existentes que se é possível pensar novos conhecimentos, bem como habilidades e competências.

Portanto, importa expor também, como previsto na Lei 9.795/1999 conforme destacado por Guimarães (1995) que a promoção da Educação Ambiental além de ser ter bem claro sobre quais as concepções que a norteiam, é necessário conectar tais ações com a realidade onde esta sendo desenvolvida, levando em consideração o contexto global e nacional, regional e local, ressaltando a importância de seus aspectos culturais, socioeconômicos e ambientais e até mesmo psicológicos.

3.2. A Sustentabilidade social e cultural: estudo da educação ambiental no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

A análise da perspectiva de educação ambiental e sustentabilidade em suas dimensões social e cultural a partir da PNEA, foi fundamental para com base no exposto, ser possível identificá-las nas ações de educação ambiental desenvolvidas no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, tendo em vista que tal documento legal é base para suas ações, bem como também a fala de profissionais que desenvolvem as ações de EA no PROSAMIM e dos beneficiários público-alvo das ações.

Para tanto vale destacar a interpretação realizada acerca da concepção de sustentabilidade que norteia as ações no programa, primeiramente a partir de uma análise com base nos documentos disponibilizados por este.

No documento Critérios de Avaliação para projetos Ambientais do PROSAMIM o termo sustentabilidade aparece uma única vez entre parênteses, para destacar o compromisso do Programa entre outros, com a sustentabilidade socioambiental de sua executabilidade, não ficando claro, portanto neste qual seu entendimento sobre o termo.

Já no Critério de Avaliação para Projetos Sociais, a referência ao termo aparece vinte vezes, no entanto tal destaque quanto à ocorrência do termo foi apenas com o intuito de identificar possíveis entendimentos sobre a concepção adotada.

No que diz respeito ao documento que prevê os Critérios de Avaliação para Projetos Sociais, foi destacada algumas possíveis noções de sustentabilidade, onde no referido documento primeiramente se estabelece a necessidade da criação de um Plano

de Sustentabilidade Socioambiental – PSSA, e deste foi inferido a concepção de sustentabilidade.

Dessa forma destaca-se o objetivo de tal plano que conforme evidenciado no documento são dois os principais:

- Assegurar a participação das comunidades afetadas na fase de preparação, execução e monitoramento e avaliação do programa; e

- Sistematizar as ações a serem desenvolvidas no âmbito do PROSAMIM/BID, com vistas a viabilizar a participação das comunidades afetadas no Projeto, assegurando uma gestão participativa, o fomento de condições de desenvolvimento social das comunidades e a sustentabilidade do empreendimento. Este objetivo abrange ações de mobilização e organização da população para participação, acompanhamento e suporte ao projeto e às obras; ações de educação sanitária e ambiental; e ações de fortalecimento das práticas de cidadania e de redução dos fatores de vulnerabilidade social, especialmente com ações voltadas para geração de emprego e renda e acesso às políticas de inclusão social.

Note-se que o Plano de Trabalho que este tem como premissa garantir a participação social da comunidade a ser afetada com o empreendimento (PROSAMIM), auxiliando-a em todas as fases de execução do Projeto, oferecendo todos os meios necessários para tal acompanhamento, ações de educação ambiental e sanitária entre outras práticas que fortaleçam a cidadania e venham a mitigar os fatores que contribuem para a vulnerabilidade social das famílias.

No entanto, ao analisar a respeito do termo sustentabilidade presente no segundo objetivo apresentado, este aparece associado à palavra empreendimento, trazendo a noção de uma sustentabilidade deste e não neste, o que leva ao entendimento do termo a partir da noção de efetividade, e garantia de continuidade do mesmo, em que este alcance os objetivos propostos.

Conforme exposto por Veiga (2010), o uso do termo sustentabilidade de forma indiscriminada tem sido cada vez mais recorrente desde sua popularização a nível mundial, ocorre que o alcance da sustentabilidade em seu sentido amplo, não está ligado à noção de efetividade, durabilidade ou ainda continuidade, ou em um sentido mais popular ao sucesso de tal iniciativa, mas sim na criação dos meios necessários para a garantia de equilíbrio entre homem/natureza levando em consideração a subjetividade

dos sujeitos e as características particulares de cada localidade em todas as suas dimensões.

Em um Estudo de Caso realizado por Rossin (2008) representante técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o termo ainda aparece no item 6. Das lições e experiências aprendidas e recomendações, associado à proposição de atividades de incentivo a geração de renda e emprego:

Sustentabilidade – O Programa aprendeu que é necessário propor atividades de aumento da renda e geração de emprego para os beneficiados do Prosamim, uma vez que com a mudança de vida há aumento de custos de manutenção das novas casas. Necessário treinar os participantes em atividades necessárias para a realização Programa (pedreiros, por exemplo) possibilita que um bom número de moradores dos igarapés possam trabalhar no Programa, reduzindo custos aos contratados, auxiliando para a reduzir as inadimplências dos novos moradores. (ROSSIN, 2008, p. 18)

Assim, observa-se que a sustentabilidade possui o sentido estritamente econômico, considerando a necessidade de geração de emprego e renda para os beneficiários, tendo em vista o aumento no custo de vida após a mudança para a nova localidade.

O objetivo na análise do uso do termo, não foi realizado no sentido de descaracterizar as ações e objetivos do Programa, mas de sinalizar seu uso de forma diferenciada do que de fato vem a ser a sustentabilidade, evidenciada nos documentos internacionais e no estudo de autores como Sachs (2002), Leff (2008) e Cavalcanti (2002) cuja perspectiva de sustentabilidade foi utilizada para este estudo.

Porém mesmo diante de um sentido restrito do termo sustentabilidade, tanto do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, quanto de um dos seus principais financiadores o BID, é possível destacar aspectos da sustentabilidade social e cultural de suas ações, a partir da perspectiva de sustentabilidade adotada neste estudo, a partir de um esforço interpretativo.

Sobre a concepção de sustentabilidade a partir de entrevista com os profissionais do Programa responsáveis pelo desenvolvimento das ações de Educação Ambiental neste, mais especificamente aqui delimitado nos parques residenciais localizados na BHE, foi possível destacar o entendimento dos informantes acerca do termo sustentabilidade:

Sujeitos	Subcategorias identificadas	Fala dos sujeitos
	- Viver melhor;	Bem, sustentabilidade, é uma, eu considero uma...uma ação que ela pode ser, assegurada pela educação, assegurada pela vivência e busca da

Profissional nº 01	- Saúde; - Habitação; - Ambiente - Família	melhoria de vida e principalmente pela educação, e essa sustentabilidade ela também perpassa pelo entendimento do ser humano querer viver melhor , porque não é só o governo que vai dar a situação do camarada viver sustentavelmente, mas parte principalmente de cada ser humano de ter uma vida sustentável, e sustentabilidade é você ter um bom programa de saúde implantado, um bom programa habitacional implantado, um bom ambiente pra viver, uma família equilibrada , entende, uma até por uma questão da ..pensando em sustentabilidade até o próprio ar que você respira, entende? vai te dar a sustentabilidade.
Profissional nº 02	- Sustento; -Artesanato - Trabalho autônomo	Sim, sustentabilidade é quando o individuo né, ele pode produzir algo para o seu sustento , por exemplo, aqui nós temos várias famílias, né e a grande maioria, não tem emprego, então o que a gente faz, nós formamos grupos dessas mulheres, eu também tenho um grupo de mulheres, nós formamos um grupo e aí a gente pergunta, oh o que você gostaria de trabalhar? você tem interesse em fazer artesanato ? E construir bonecas, sandálias? - Ah eu gostaria de trabalhar. Então vamo lá! A gente forma esse grupo. Então isso é sustentabilidade né, é você trabalhar por conta própria, autônomo , saber fazer, vender e levar essa sustentabilidade aí.
Profissional nº 03	- Consciência; - Resíduos sólidos; -Reciclagem	Sustentabilidade social, bem é uma formada gente trabalhar nessa questão da consciência mesmo, da orientação, com os moradores claro eu também não deixo de participar, ate a questão do lixo quando você for jogar você ter essa consciência. E a sustentabilidade em si é uma coisa muito importante, hoje eu trabalho com projetos, mas essa questão da sustentabilidade me chamou muito atenção, essa questão de realmente você reciclar .
Profissional nº 04	- Impactos ambientais	Você conciliar suas atividades diárias sem ocasionar danos ao meio ambiente .

Quadro 12 – Entendimento do termo sustentabilidade por parte dos profissionais.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2.

Conforme evidenciado, para o profissional nº 01 a sustentabilidade engloba aspectos como viver melhor, saúde, habitação, ambiente e família, no entanto sem especificar de fato seu entendimento sobre o termo em si, o caracterizando a partir de situações específicas, como ter um bom programa de saúde ou um bom programa habitacional.

De acordo com Sachs (2002) a sustentabilidade engloba variadas dimensões, porém estas não são meramente representadas por um conjunto de serviços que auxiliem na garantia da qualidade de vida do ser humano, ainda que estes sejam de suma importância, porém existe dentro do conceito de sustentabilidade uma noção mais profunda que traz o sentido de equilíbrio, consciência, planejamento e coletividade.

Apesar de algumas similaridades entre as falas, percebe-se uma variação do sentido de sustentabilidade para cada profissional, que muito está relacionada à sua formação profissional.

Para o profissional nº 02 a sustentabilidade é apontada mais em seu aspecto econômico, ressaltando a geração de renda por meio do reaproveitamento de materiais principalmente de forma autônoma.

Segundo Veiga (2010) o conceito de sustentabilidade é interpretado de diferentes formas, o que leva muitas vezes ao entendimento limitante do mesmo, o que pode ser superado a partir dos avanços do estudo teórico sobre o termo.

Relativo as respostas dos profissionais nº 03 e nº 04 a sustentabilidade inclina mais para a dimensão ecológica e ambiental do termo, se considerando tais dimensões de forma individual em suas características, ao ressaltarem a conscientização quanto ao descarte de resíduos sólidos, a importância da reciclagem e os impactos ao meio ambiente gerados pelas ações humanas.

A necessidade de conhecer o entendimento de sustentabilidade por parte dos profissionais que auxiliam nas ações de EA no PROSAMIM/BHE é imprescindível, pois a sustentabilidade conforme apresentado nos documentos do referido Programa, é elemento chave para o desenvolvimento de todas as ações a serem desenvolvidas, desse modo, ao serem os profissionais executores de tais ações é de suma importância conhecer seu entendimento sobre o termo, com o intuito de abrir a possibilidade de discussão quanto a real perspectiva de sustentabilidade adotada.

Quando perguntados se a sustentabilidade é um tema trabalhado nas ações de Educação Ambiental os profissionais responderam de forma unânime que sim, relatando ainda que sua abordagem é realizada principalmente nas atividades que envolvem a reutilização de resíduos sólidos e mutirões de limpeza nos parques que ainda estão dentro do tempo estimado para acompanhamento pós-reassentamento. Mais uma vez destaca-se o entendimento ecológico e ambiental do termo, ao associar a sustentabilidade as ações voltadas a limpeza urbana.

A respeito ainda do termo sustentabilidade, quando perguntado dos 40 Beneficiários do Programa, da área que compreende a BHE, com o qual foram aplicados formulários de forma individual, dos 14 beneficiários que responderam terem participado de ação de EA desenvolvida pelo Programa, apenas 9 destes informaram que a sustentabilidade foi um tema abordado.

Da totalidade da amostra de beneficiário informantes da pesquisa de campo, quando questionados se já ouviram falar de sustentabilidade, 57,5% (23) responderam que sim e 42,5% (17) responderam que não.

Percebeu-se que a maioria dos beneficiários participantes da pesquisa responderam já terem ouvido falar sobre o termo, no entanto é notório também o número expressivo de pessoas que relataram não terem ouvido falar.

Dos que relataram ter participado de ações de EA desenvolvidas pelo Programa, nem todos responderam já terem ouvido falar sobre sustentabilidade, como pode ser observado anteriormente, e ainda não conseguiram lembrar do que ouviram sobre o termo.

Dessa forma, dos que informaram que já ouviram, nem todos souberam no momento que foi realizada a pergunta responder o que vem a ser sustentabilidade, sendo que do total de 40 beneficiários sujeitos da pesquisa apenas 06 responderam de acordo com o seu entendimento sobre sustentabilidade, desse modo dos que responderam, destaca-se aqui algumas das respostas:

Sujeitos	Subcategorias identificadas	Fala dos sujeitos
Beneficiário Nº 02, Parque Residencial Jefferson Peres	- Cuidado; - Ambiente; - Auto-sustentação	Sustentabilidade é cuidar do ambiente se auto-sustentar, o ambiente começa em casa, no lixo, na localidade, no bem-estar, aí vai ser o auto-sustentável, o básico, simples e direto.
Beneficiário Nº 22, Parque Residencial Mestre Chico II	- Resíduos sólidos - Reciclagem	Durante todo o trabalho no distrito, no termo do meio ambiente seria você usar o lixo para próprio benefício, reciclagem .
Beneficiário Nº 38, Parque Residencial Gilberto Mestrinho	- Sustentação - Agricultura	É coisa que você planta para sustentar tudo que é agro, porque agro é tec, agro é pop e agro é tudo.

Quadro 13 – Entendimento do termo sustentabilidade por parte dos beneficiários.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados. 2017/2.

A partir do relatado, percebe-se uma similaridade nas respostas acerca do entendimento destes a respeito da sustentabilidade, ao associarem-na ao aspecto natural do meio ambiente, e ainda mais específico em relação aos resíduos sólidos, tanto no que diz respeito à manutenção de um ambiente limpo, até mesmo no que se refere ao reaproveitamento destes para geração de renda, conforme observado na resposta do Beneficiário nº 22.

Interessa ainda uma análise da resposta do Beneficiário de nº 38, o qual em seu entendimento a sustentabilidade está diretamente associada à agricultura, o que chama atenção ainda é a frase em sequência utilizada por este “[...] agro é tec, agro é pop, agro é tudo” a qual é slogan de um comercial de televisão, e que faz referência ao

agronegócio no Brasil, vale ressaltar que o termo sustentabilidade é utilizado em tal propaganda midiática, o que denota a associação feita pelo Beneficiário ao associá-la ao agronegócio e ainda completar citando a frase utilizada no comercial a qual limita o conceito de sustentabilidade em sua narrativa sobre o mesmo, o que leva a refletir acerca da influência dos meios de comunicação de massa para disseminação de informações tanto de forma correta quanto equivocada.

Desse modo, sobre o termo sustentabilidade em si, tanto por parte dos profissionais quanto dos beneficiários participantes da pesquisa, percebe-se as diferenças de perspectiva sobre a mesma, desde a que associa a sustentabilidade apenas a dimensão ecológica e ambiental, até a que considera apenas sua dimensão econômica.

O objetivo de tal pergunta, não foi o de recolher respostas elaboradas com base em estudos científicos, mas sim o de destacar as singularidades a respeito do conhecimento sobre este e seus entendimentos sobre o mesmo, para conhecer de que forma este vem sendo interpretado de maneira geral, o que pode ser inferido a partir das respostas, é que o conceito de sustentabilidade pode e deve cada vez mais ser trabalhado, não só nas ações de EA, mas em todos os espaços das relações sociais entre os indivíduos, de forma aprofundada, considerando os contextos e particularidades onde a discussão foi desenvolvida.

Com base no exposto, delimita-se a abordagem deste estudo a análise da sustentabilidade social e cultural das ações de Educação Ambiental desenvolvidas no PROSAMIM/BHE, utilizando como parâmetro os indicadores de sustentabilidade social e cultural adotados neste estudo, e para prosseguir no alcance deste, apresenta-se novamente o objetivo das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM o qual vale destacar estar totalmente ligado com o Plano de Sustentabilidade Social e Socioambiental proposto pelo Programa.

Desse modo de acordo com o referido Plano, a Educação Ambiental e sanitária, aqui abrindo um parêntese para ressaltar que a Educação Sanitária não foi enfatizada neste estudo por possuir um enfoque específico, desse modo a promoção da Educação Ambiental no PROSAMIM tem por objetivo:

[...] a sensibilização das famílias e comunidades da área de intervenção do PROSAMIM/BID sobre a preservação ambiental, para aumentar o grau de comprometimento da população em relação à preservação do meio ambiente e promover mudanças nos hábitos e atitudes. [...] alcançar a melhoria da qualidade de vida nos espaços revitalizados e sustentabilidade dos mesmos com ações que promovam a reflexão desta e a mudança das gerações futuras.

É notório que o objetivo é sensibilizar sobre a “preservação ambiental” e ainda aumentar o comprometimento da população com a “preservação do meio ambiente”, contudo o conceito de preservação apesar de muitas vezes ser utilizado de forma equivocada como sinônimo de conservação, ambos os termos possuem diferenças ideopolíticas significativas, de acordo com Diegues (1994) preservar é manter a integridade do espaço retirando dele toda e qualquer interação humana, ou seja, mantê-lo “intocável”, no entanto em um contexto principalmente urbano a preservação é inviável, sendo assim para se referir ao equilíbrio de relação entre homem e natureza, é chamado de conservação, pois esta denota o sentido da interação do ser humano como parte do meio em que vive e não exterior a ele.

Desse modo percebe-se a relação direta da promoção das ações de EA com a sustentabilidade, ainda que de acordo com o identificado o termo sustentabilidade tenha sido identificado com sentido de efetividade das ações e de preservação ambiental.

Entretanto, a partir da fala dos profissionais e beneficiários e coleta de dados dos relatórios mensais da equipe do PROSAMIM/BHE, a identificação da sustentabilidade social e cultural das ações, tomando por base o entendimento sobre a mesma a partir de Sachs (2002), Cavalcanti (2002) e os indicadores social de: participação, acesso a serviços essenciais e a informação, e indicadores cultural de troca de saberes e o respeito às particularidades dos sujeitos.

A partir da fala dos profissionais entrevistados, evidencia-se alguns aspectos referentes à dimensão social da EA, como o diálogo com o público-alvo das ações, o incentivo a participação social, a contribuição destas para o fortalecimento do alcance da igualdade, distribuição de renda, qualidade de vida e acesso aos bens e serviços essenciais e ainda a preocupação quanto ao fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade, também ao estímulo ao fortalecimento de uma consciência crítica, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Desse modo a respeito da abertura ao diálogo com o público-alvo das ações, os profissionais entrevistados disseram que existe sim essa abertura, e que inclusive estes se mostram participativos em sua maioria, onde estes podem tanto contribuir para discussão da temática abordada, quanto esclarecer possíveis dúvidas em relação ao que está sendo trabalhado e como é identificada tal abertura, conforme evidenciado na fala do profissional a seguir:

No dia da atividade? Sim através de rodas de conversa costumamos fazer através também de dinâmicas né que é uma forma da gente ouví-los também e também através de reuniões né, reunião geral, com os agente né de cada bloco e aí eles trazem as observações deles pra gente também tentar ajudar intervir né, através disso. (Profissional N° 03)

Percebe-se na fala que há o envolvimento da equipe profissional com o público-alvo, ao abrir a partir de rodas de conversa e também em reuniões para que estes apresentem algum retorno quanto ao exposto, para tanto conforme ressalta Loureiro (2012) entender e conhecer as questões socioambientais presente na realidade em que se promove as ações de EA são fundamentais para dialogar com os sujeitos sociais, ampliando as informações de forma contextual.

Em relação aos beneficiários, dos 40 informantes, apenas 14 declararam terem participado de ação de Educação Ambiental no PROSAMIM, e destes 14 quando perguntados a respeito da abertura nas ações de EA para que pudessem participar, 85,71% (12) destes informaram que sim, 7,14% (1) não e ainda 7,14% (1) não lembraram, o que de forma geral pode ser evidenciado que na maioria dos que participaram a resposta foi positiva, e quando perguntados como é feito este momento responderam que ao final das atividades, ou nas reuniões onde podem trazer suas indagações, em relação ao que disse não, justificou dizendo que eles só falavam não tendo nenhum momento para participação.

Sobre a importância dessa participação Guimarães (1995) apresenta que essa deve ser intrínseca ao processo de Educação Ambiental, na busca por se pensar alternativas viáveis para garantia de mudanças efetivas que contemplem de fato as necessidades individuais e coletivas dos sujeitos em suas relações sociais, inclusive em um processo de construção de um novo paradigma.

No que se refere ainda à dimensão social, os profissionais por sua vez informaram a respeito da contribuição a partir das ações de Educação Ambiental para o processo de igualdade, distribuição de renda, qualidade de vida e acesso aos bens e serviços essenciais, estes responderam que sim, dentro de cada atividade de acordo com seu objetivo possui um dialogo referente ao que foi trabalhado com o público-alvo, conforme apresentado pela fala do profissional:

Nós orientamos com relação, não só aos benefícios, mas também aos compromissos que as pessoas devem exercer sua cidadania, com essa mudança de local, com essa mudança de hábito, isso eles tem que adotar e nós promovemos algumas atividades de Educação Ambiental que também geram renda, motivam a geração de renda pra que eles possam se enquadrar diante dessa nova realidade que eles estão agora. (Profissional N° 04)

Tal afirmação por parte do profissional pode ser evidenciada também por parte dos 14 beneficiários que relataram já terem participado de ação de EA desenvolvidas pelo Programa, no que diz respeito às ações que pretendem contribuir para geração de renda, onde 93% (13) destes responderam que sim e 7% (1) respondeu que não.

Identifica-se a partir das respostas dadas que no que diz respeito a dimensão social da sustentabilidade, considerando conforme expõe Sachs (2002) os aspectos relacionados a igualdade, acesso a bens e serviços essenciais, democracia, cidadania e justiça social, conforme evidenciado nos resultados, que existe essa preocupação em abrir os espaços onde ocorrem as ações para tratar a respeito dessas questões.

No entanto, não é possível mensurar apenas com base nesse quantitativo, a respeito de como é está participação, por este motivo quando perguntados aos beneficiários participantes da pesquisa como é realizada tal participação, um destes respondeu que mesmo quando é aberto para a discussão, os moradores presente não se mostram interessados em discutir o assunto.

Dentre os dados coletados dos relatórios em relação às atividades realizadas também foi possível identificar os objetivos nas ações de EA no PROSAMIM, conforme evidenciado no Quadro 14:

Ação	Objetivo	Atividades	Público-alvo	Nº participantes	Resultados
Encontro com as mulheres - Confecção de Sabonete	Sustentabilidade através da própria mão-de-obra, mostrando a elas que o investimento pode trazer renda para toda família tornando-se empreendedor	Palestra sobre Geração de renda Oficina confecção de sabonetes	Mulheres moradoras do parque cajual	16	Não apontados no relatório

Quadro 14: Ação de Educação Ambiental desenvolvida no PROSAMIM/BHE.

Fonte: Pesquisa documental – Relatórios mensais 2016-2017/1.

No que se refere à preocupação quanto ao fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade, também ao estímulo ao fortalecimento de uma consciência crítica, permanente e responsável, na conservação do equilíbrio do meio ambiente entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania, ambos os profissionais responderam que sim as ações de EA são pensadas para dar visibilidade a esses aspectos, estimulando a consciência crítica de cada morador dos residenciais.

Apresentando que está é feita da seguinte forma, conforme evidenciado pelo profissional na fala a seguir:

Sim. A gente tenta trabalhar todas as atividades de forma coletiva, visando o benefício não só de pessoas individuais mas também do meio da comunidade a qual ela (a atividade) ta inserida. Nós tentamos levar essas atividades de Educação Ambiental, não como uma obrigação, mas como uma boa prática pra que eles venham adotar não só adotar, mas também repassar pras gerações futuras essa consciência ambiental. (Profissional N° 04)

No que diz respeito à dimensão cultural foram identificadas mediante a fala de profissionais e beneficiários, aspectos referente a consideração das particularidades regionais e culturais do público-alvo em interação com os saberes que são repassados, e ainda. As respostas dos profissionais entrevistados consta no Quadro 15::

Sujeitos	Fala dos sujeitos
Profissional N° 01	Bem, é, no âmbito da cultura o nosso beneficiário, ele busca também preservar a cultura dele tanto é que ele busca realizar, digamos assim, o aniversário da comunidade dele, ele busca é comemorar a...datas que são, que são relacionadas com a cultura da comunidade, o aniversário daquele...quando foi inaugurada aquela comunidade, aquele habitacional, ele busca entende, é ele busca preservar os costumes dele, digamos, ele é amazonense, ele busca é preservar a cultura dele como amazonense como manauara, ele busca desenvolver ações em que ele se sinta como um verdadeiro habitante da região amazônica por exemplo, ele se orgulha de ser amazonense. O aspecto cultural é levado em consideração tanto é que se comemora o dia do índio em cada habitacional, se comemora o dia da árvore, se comemora o aniversário do habitacional, se comemora é... enfim as datas que tem haver com a cultura, que tem haver com a vida deles na comunidade.
Profissional N° 02	Com certeza né a gente se preocupa muito no que vai trazer pras pessoas, sabendo que não tem muitas condições assim de dar continuidade, né então sim a gente se preocupa, traz atividades que eles possam vir esta desenvolvendo, eles trazem sugestões e ai dependendo da ... se nós pudermos ajudar né, na maioria das vezes sim a gente.
Profissional n° 03	Bem, cultural acho que envolve até questões das datas comemorativas, dia da arvore é uma né, é então a gente tenta passar, fazer atividades com eles visando essas datas comemorativas pra que sempre fique presente em nossa memória esse dia, questão do dia da água né, o dia da terra, né do meio ambiente,então a gente tenta trazer atividades, todos os elos isso é em geral, trazer atividades pra que a gente possa tá executando com eles e é uma forma também de ta sempre lembrando.
Profissional n° 04	Bem, nos não só ensinamos como também aprendemos algumas práticas artesanais, algumas práticas alternativas que alguns moradores já desenvolvem, a gente tenta difundir essas práticas pra também conciliar com o saber do próprio beneficiário.

Quadro 15 – A respeito da dimensão cultural nas ações de EA no PROSAMIM.

Fonte: Pesquisa de campo 2017/2.

A partir da interpretação dos discursos foram associadas à questão da dimensão cultural com as datas comemorativas tanto as previstas em lei, como dia da árvore e dia

do índio, como também datas referente ao aniversário daquele residencial, além da exposição de que o público-alvo de tais ações possuem abertura para contribuir com seus conhecimentos junto as ações. O que pode ser evidenciado inclusive na fala da Beneficiário do Parque Residencial Mestre Chico II, a qual relatou que devido sua formação técnica de nível médio em química, já foi chamado para contribuir em ações de EA, o mesmo relatou ainda que como agente de vizinhança costuma sempre participar das reuniões e costuma levar as demandas da comunidade para conhecimento da equipe de profissionais do Programa.

De fato, foi constatada uma abertura, porém conforme evidenciado pelo Profissional nº 02, o Beneficiário traz a demanda, no entanto nem sempre é possível resolver todas as questões trazidas por estes, contudo existe um acompanhamento e até mesmo um levantamento dos dados socioeconômicos dos moradores, para conhecimento de suas demandas e particularidades e que são levadas em consideração de acordo com os profissionais para promoção das ações de EA no Programa.

Deste modo, foi possível identificar dentre as ações de EA, que as dimensões social e cultural da sustentabilidade estão sendo trabalhadas, no entanto, aponta para necessidade de maior aproximação com a realidade desses sujeitos, pois com base na resposta de um dos Beneficiários, morador do Parque Residencial Cachoeirinha, apesar da equipe técnica do Programa possuir dados referente as condições socioeconômicas destes ou até mesmo de problemas relacionados a habitação, estes não conhecem de fato a realidade dos moradores da localidade.

As concepções constantes nos documentos disponibilizados para os profissionais por parte do Programa, não são claras, e resulta desse modo em práticas e entendimentos completamente equivocados, distante da teoria e da realidade.

3.3. Alcance e efetividade da política de Educação Ambiental no PROSAMIM.

Para mapear o alcance e efetividade de determinada política pública é preciso conhecer suas bases e a materialização da mesma a partir das atividades desenvolvidas. O termo alcance possui variados significados, por este motivo para melhor entendimento do proposto, vale ressaltar este será aqui trabalhado no sentido de obtenção de resultados, tomando como parâmetro os objetivos propostos pela política de educação ambiental no Programa.

Desse modo, no que diz respeito ao alcance da política pública aqui evidenciada, de acordo com a Proposta Técnica de Trabalho em Educação Ambiental e

Sanitária, esta deveria contemplar 100% do público Beneficiário do Prosamim, independente de sua forma de compensação por seu deslocamento para uma outra área.

As ações de educação ambiental devem contemplar não só os moradores dos parques residenciais, mas também os que optam pela medida de compensação em espécie ou ainda pelo conjunto habitacional e pelo auxílio aluguel.

Porém apesar do alcance pretendido ser de 100% dessa população, não fica claro se esta estimativa se refere apenas aos representantes de cada família, ou se todos os seus integrantes, pois segundo informações disponibilizadas pela equipe do Programa, antes do processo de remoção das famílias de suas residências existem reuniões onde são passadas todas as informações necessárias para mitigar possíveis intercorrências na nova moradia, e todos os beneficiários sem exceção são convidados a participarem de reuniões e oficinas como pré-requisito para ter acesso à nova moradia. Conforme ser expressando na fala do profissional a seguir:

No pré-reassentamento, o beneficiário ele participa dumas oficinas e que nessas oficinas ele vai aprender ele vai ser orientado e informado de como ele deve é agir dentro da moradia, na moradia nova que ele vai receber, como ele deve tratar a questão da higiene e limpeza. Como ele recebe plantas da moradia que é a hidráulica e a da edificações também, pra ele saber como se comportar e como fazer a manutenção da moradia, e ele também recebe, nessa oficina são dado todos os informes sobre a parte legal da moradia dele né, é nesse momento ele é orientado e informado que ele vai no dia a dia dele entende? Ele precisa tirar, digamos assim o igarapé da cabeça e colocar em prática as ações de higiene de Educação Ambiental no geral. (Profissional Nº 01)

O profissional ainda mencionou sobre tais atividades serem obrigatórias, pré-requisito para entrega das residências, independente da modalidade, informou que: “*é pré-requisito, é pré-requisito, mas se ele diz assim: - ah eu não vou poder ir aí, tal dia na oficina como esta agendado, mas você participa numa segunda, são dada duas chances pra ele*”, em caso de este não comparecer nesta segunda oportunidade, existe ainda a abordagem individual onde é repassado ao Beneficiário todas as informações necessárias ao seu melhor aproveitamento da nova habitação.

No entanto, conforme se evidenciou junto ao Beneficiários do PROSAMIM dos 40 participantes residentes dos Parques Residenciais, aqui em específico da Bacia Hidrográfica do Educandos, apenas 14 responderam já terem participado de atividade de EA desenvolvida pelo Programa, destaca-se que foram aplicados os formulários a pessoas de todas as faixas etárias com idade mínima de 18 e acima de 60 anos, que fossem identificadas de fato como moradores do apartamento, justamente com o intuito

de saber de forma mais abrangente, se as ações de EA oferecidas pelo Programa estão conseguindo o alcance pretendido.

Dos Beneficiários que informaram nunca terem participado de ação de EA desenvolvida no PROSAMIM, a maioria destes responderam que já haviam recebido convite para participar de ação de EA e ainda para participar de outras atividades oferecidas pelo Programa, onde 75% (30) responderam que sim e 25% (10) responderam que não, dos que relataram que sim, disseram que já haviam recebido convites, seja de forma pessoal ou ainda por meio de repasse de informações pelos agentes de vizinhança, ou em informativos deixados na caixa de correios, porém grande parte justificou que não comparecem pelos seguintes motivos:

- Horário da atividade incompatível com suas ocupações de trabalho ou escola;
- Questões de saúde (Não podem se locomover sozinhos)
- Cuidam de pessoas idosas ou com deficiência e não podem deixá-los sozinhos;
- Não possuem interesse, pois alegaram que já sabem o que será dito.

Quando perguntados ainda se participaram de reunião antes da entrega da nova moradia, os que não participaram justificaram quando esposas, que o marido que participou, ou no caso de jovens e não proprietários do imóvel, que a mãe ou o pai apenas que participaram.

Desse modo, foi identificado, que os moradores não costumam participar em sua totalidade das ações realizadas pelo Programa, apenas um ou outro membro familiar participou, e apenas na reunião antes da entrega dos apartamentos.

Dos que responderam que nunca foram convidados, estes justificaram que só estão em casa à noite, porém 25% (10) disseram que de fato desde que mora no residencial nunca apareceu ninguém para convidá-los para nenhuma atividade.

Interessante notar que a amostra de apenas 40 pessoas de um universo de mais de 15.000 (famílias) habitantes dos Parques Residenciais localizados na BHE, já pode ser evidenciado um quantitativo expressivo de moradores que não estão sendo alcançadas conforme o pretendido no Plano de Trabalho para Sustentabilidade Social e Socioambiental.

Ao verificar os relatórios mensais do período de 2016-2017/1, dos três Escritórios de Gestão Compartilhada que atendem a BHE, foi identificado uma variação

considerável do número de participantes em cada ação desenvolvida, conforme Quadro 16 sintetizado das atividades:

Ação	Objetivo	Atividades	Público-Alvo	Nº Participantes	Resultados
Semana do Meio Ambiente	Construir de forma participativa um plano de Educação Ambiental com os comunitários	Ação socioambiental ; mutirão de limpeza; orientação sobre a preservação do meio ambiente; implantação da campanha de coleta seletiva de garrafas pets e de óleo de cozinha; distribuição de informativos	Moradores dos parques residenciais Liberdade, Cachoeirinha e Gilberto Mestrinho	180 aprox.	Não explicitado
Campanha ambiental e sanitária: combate a queima do lixo doméstico	Construir de forma participativa um plano de Educação Ambiental com os comunitários	Orientação; distribuição de informativos	Moradores do parque liberdade	60	Não explicitado
Encontro com agentes de vizinhança dos parques residenciais e lideranças do Grupo de Apoio Local – GAL e CRC	Abordar assuntos relacionados a melhoria da moradia dos parques residenciais, áreas de uso comum, limpeza da caixa de esgoto e acomodação adequada do lixo doméstico nas lixeiras	Reunião	Agentes de vizinhança, suplentes e lideranças dos Moradores dos parques residenciais liberdade e cachoeirinha	20	Não explicitado
Reunião e Campanha de Educação Ambiental sobre coleta seletiva	Construir de forma participativa um plano de EA com os comunitários	Orientação, uso do begão, recolhimento de embalagens plásticas e garrafas pets	Agentes de vizinhança, suplentes dos parques residenciais Gilberto Mestrinho; Cachoeirinha e Liberdade	12	Não explicitado

Circuito de lazer e conhecimento	Construir de forma participativa um plano de EA com os comunitários	Gincana de arrecadação de garrafas pets; criação de um mascote confeccionado com material reciclado; artes criadas e medalhas entregues	Crianças e adolescentes moradores do parque residencial liberdade e entorno	16	Não explicitado

Quadro 16: Ações de Educação Ambiental desenvolvidas no PROSAMIM/BHE.

Fonte: Pesquisa documental 2016-2017/2.

O quantitativo de pessoas varia de acordo com a atividade proposta, e ação desenvolvida, vale ressaltar que as ações que possuem maior quantitativo de pessoas participantes são as realizadas a partir de visitas nas residências dos moradores, em campanhas de orientação e mobilização em atividades de entrega de informativos, o controle quanto a esses participantes é realizado pela própria equipe que desenvolve a ação, a partir de uma estimativa e conta também com a assinatura de frequências de forma voluntária, onde alguns moradores optam por não assinar, mas mesmo assim é contabilizada a sua participação.

Desse modo a respeito do alcance⁹ da realização de ações de EA desenvolvida no PROSAMIM, foi possível destacar no Quadro 17:

- Média de pessoas contempladas no período 2016-2017/1 levando em consideração a população total dos 08 parques residenciais do PROSAMIM/BHE	Total de Famílias: 2.607	
	Estimativa da população total: 13.035 pessoas	
	Percentual de pessoas contempladas com ações de EA detalhadas com base nos relatórios mensais, no período delimitado: 37% (4.813 pessoas)	
- Público alvo das ações	Todos os moradores dos parques residenciais, Beneficiários do PROSAMIM, de todas as faixas etárias e gênero	
-Horário das ações	Seg. – Sex. /Manhã e Tarde	
-Temáticas abordadas	• Limpeza urbana ;	• Descarte correto de resíduos sólidos;
	• Higiene pessoal;	• Consumo adequado da água;
	• Geração de renda;	• Manipulação de alimentos;
	• Reciclagem;	• Segurança alimentar;
	• Doenças hídricas;	• Datas comemorativas: Dia do índio, Semana do Meio Ambiente, Dia da árvore etc.;

⁹ Elaborado com base em indicadores de alcance: 1) Quantitativo de pessoas participantes das atividades de educação ambiental no Prosamim/BHE anos 2016 – 2017/1; 2) Capacidade de alcance máximo previsto dos moradores dos parques residenciais nas atividades de educação ambiental desenvolvidas pela equipe do Prosamim; 3) Principais temáticas abordadas nas atividades de educação ambiental.

	• Pragas Urbanas;	• Queimadas;
	• Doenças zoonóticas;	• Direitos e deveres;
	• Cuidado com animais domésticos.	• Coleta Seletiva.
-Local de realização das atividades	- Escritórios de Gestão Compartilhada – Cajual, Liberdade e Mestre Chico II	
	- Área externa dos Parques Residenciais	
	- Escolas Municipais e Estaduais do entorno dos Residenciais do PROSAMIM/BHE.	
-Capacidade de pessoas por atividade realizada (Variável de acordo com o local onde a atividade é realizada)	- Nos auditórios de Gestão Compartilhada a capacidade é estimada entre 40 a 44 pessoas.	
	- Na área externa dos parques pode chegar até +200 pessoas	
	- Nas escolas – Sem estimativas verificáveis	

Quadro 17: Alcance das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM/BHE.

Fonte: Pesquisa documental e de campo 2017/2.

Sobre o Quadro 17, o primeiro dado a respeito do alcance médio de pessoas por parte das ações de EA desenvolvidas junto aos moradores dos oito parques residenciais, localizados na BHE, importa ressaltar que tal estimativa populacional está atualizada e foi fornecida pela própria equipe do *locus* da pesquisa, quanto ao número de participantes estes foram contabilizados com base nas informações constantes nos relatórios mensais verificados dos três Escritórios de Gestão Compartilhada responsáveis pelo período de acompanhamento das famílias residentes naquela localidade, com base nos anos de 2016-2017/1 a porcentagem de 37% corresponde à somatória total de pessoas que participaram das ações em contrapartida a população total dos parques residenciais.

Vale destacar que nem todas as ações de EA verificadas junto aos relatórios estão detalhadas em relação ao número de participantes, não sendo possível verificação exata, foram tomadas então como parâmetro as que continham o número de participantes.

Além do mais, os números por si só não indicam quantas pessoas diferentes foram contempladas, a estimativa é de participação nas ações, o que significa que uma mesma pessoa provavelmente participou de várias ações, desse modo o objetivo de tal destaque é trazer uma estimativa de pessoas que foram contempladas nesse período visando contribuir para se pensar formas de melhorar ainda mais esse alcance. Assim, foi possível perceber no que se refere ao público-alvo de tais ações o alcance que se pretende não diz respeito apenas aos responsáveis pelos imóveis, mais a todos os membros de sua família, porém conforme foi destacado no tópico anterior, nem todos

participam das ações de EA, uns por desconhecerem outros pelos motivos outrora mencionados anteriormente.

O horário das ações contempla o período de funcionamento dos Escritórios de Gestão Compartilhada, ou ainda horários de funcionamento das escolas municipais e estaduais entre o turno matutino e vespertino, ou seja, a população cujas atividades escolares ou trabalhistas não estejam dentro desse período ficam impossibilitadas de participarem das ações. Já em referência aos espaços onde ocorre, percebe-se que quando a atividade acontece dentro dos escritórios aqui sinalizados, não seria possível contar com uma participação superior a 44 pessoas, sendo desta forma as atividades externas as que mais consegue alcançar um número maior de pessoas, como campanhas de orientação com distribuição de folders e visita domiciliar, ou ainda as realizadas nos pátios dos residenciais.

Referente às temáticas abordadas percebe-se um amplo alcance das ações propostas em relação a diversos conteúdos, destacando que além dessas em específico a Educação Ambiental e Sanitária, existem outras atividades, as quais também abordam de forma transversal sobre a Educação Ambiental, como é o caso das ações de integração entre os moradores, também prevista no PTSSA.

Tal ação, porém não corresponde de forma direta de acordo com a proposta de plano de trabalho social e socioambiental as ações de Educação Ambiental e Sanitária, e sim a Integração das famílias, porém devido uma divisão feita pelo próprio Programa em projetos e objetivos, tal atividade não encontra-se especificamente como tal, no entanto como foi possível perceber a relação homem/natureza foi trabalhada, ainda que a partir de uma perspectiva eco-educacional de EA.

Além do alcance aqui apresentado, foi realizada também uma análise acerca da efetividade¹⁰ das ações de EA no PROSAMIM/BHE, estas foram aferidas levando em consideração primeiramente o conceito de efetividade, que de acordo com Belloni, Magalhães, Sousa (2000) refere-se aos resultados apresentados a partir de determinada ação, de forma satisfatória, desse modo foram sistematizados os seguintes indicadores: objetivos propostos pelas ações de EA, resultados alcançados.

Tais resultados foram elaborados com base na identificação dos objetivos das ações de EA no plano de trabalho social e socioambiental, bem como nos objetivos das

¹⁰ Elaboradas com base nos indicadores de efetividade elaborados: 1) Momento de troca de conhecimentos entre a equipe técnica do Prosamim e os beneficiários do Programa; Melhoria na qualidade de vida (acesso a bens e serviços, geração de renda); Informações sobre o acesso a educação, saúde, alimentação, segurança, higiene, trabalho e renda, condições de habitação.

ações de EA presente nos relatórios no período de 2016-2017/1, e também na fala dos 44 sujeitos participantes da pesquisa.

A partir do referido, portanto foi possível identificar primeiramente quais instrumentos de monitoramento e avaliação existem para mensurar a efetividade das ações de EA, desse modo sobre estes os 4 profissionais responderam que:

Os métodos? Bem o programa ele tem... uma linha de trabalho em que, está...inclusive acontecendo agora é o famoso monitoramento das ações no geral, mas principalmente considera a implantação de todas as ações que foram ah..o monitoramento de todas essas ações que foram realizadas. Seja no âmbito da educação, seja no âmbito da saúde, seja no âmbito da própria manutenção das habitações e da educação ambiental, é se observa muito o comportamento principalmente das crianças, dos adolescentes, das mulheres, entende? No viver no dia a dia dentro dos habitacionais que foram implantados. Esses habitacionais, nesses habitacionais são realizados na etapa de pós-reassentamento, são realizadas é programas que vem desde é reuniões que contempla as reuniões como os, com as lideranças. Cada residencial se tenta implantar um grupo que vem sendo trabalhado que é dos agentes de vizinhança, o grupo de associações de moradores, é um grupo de associação..nós temos uma associação que é dos artesãos do PROSAMIM, chamado (não identificado). Então esses grupos essas associações, essas entidades comunitárias e até mesmo o grupo de CRC que chamamos que é o Comitê de Representantes, eles também monitoram, pra ver se ta acontecendo, se tem, por exemplo, a implantação de uma horta comunitária. Eles acompanham, se tem a realização de mutirões de limpeza eles também acompanham, eles fazem maior esforço pra participar, se acontece palestras nas escolas sobre Educação Ambiental, os alunos que estão lá, eles também levam esse informe pra família, e eles mesmos como alunos, como filhos daquela família eles monitoram, agora nós temos a obrigação de também acompanhar e esse monitoramento não só é feito pelos técnicos sociais da..de cada escritório, mas por uma empresa que hoje está, que entra pra fazer esse monitoramento das ações. Agora especificamente em cada escritório a equipe social, faz esse tipo de acompanhamento. (Profissional Nº 01)

Olha todos os meses, a gente tem atividade voltada pro meio ambiente, que inclusive isso é objetivo do programa, nosso trabalho aqui dentro, é nós temos é assim, assim...quantitativo? Instrumento não, não instrumento não, mas claro que a gente tem um feedback da população né, nós temos um retorno. (Profissional Nº 02)

O método, eu não, o que tem talvez assim seja através de registro de como era antes e de como esta hoje né a mudança do local, que a gente percebe tem como a gente, é uma mudança assim notória né, que a gente percebe que houve sim uma mudança né, ainda que fosse pouca mais a gente já consegue perceber né, de como era antes de como tá agora. (então do próprio programa não tem um relatório especifico dessas atividades no sentido de acompanhar, monitorar, cada atividade em especifico? Ou não elas são feitas e é um relatório só pra tudo que é realizado, independente que seja ambiental ou não?) Existe sim esse relatório, sim existe, existe que é o mensal que a gente entrega a gente trabalha em cima das agendas então todas as atividades executadas durante o mês todinho a gente faz o relatório de cada atividade, contando principalmente com o público alvo, quem foi que participou o quantitativo né, e monta-se o geral. (Profissional Nº 03)

Nós medimos pelas ocorrências né, nós temos uma equipe social que acompanha todos os parques e mediante a essas ocorrências, nós podemos

medir a necessidade, de se fazer novas atividades, e também de reduzir atividades que a gente vê que o alcance é satisfatório. (Profissional N° 04)

A partir da abordagem analítica das respostas dada pelos profissionais e com base nos próprios documentos do PROSAMIM, constatou-se a ausência de clareza quando aos instrumentos de monitoramento e avaliação, conforme a fala do profissional n° 01, observa-se que o mesmo não respondeu de fato quais são esses instrumentos de monitoramento e avaliação, o profissional de n° 02 foi mais incisivo em relatar que não existem instrumentos e que a forma de mensuração dos resultados é feita a partir de um retorno oral por parte da população público-alvo das ações, enquanto o profissional n° 03 também mostrou pouco conhecimento acerca de tais instrumentos, apenas o profissional de n° 04 relatou que são instrumentos utilizados para aferir os resultados das ações de EA.

Destacando-se, assim para a necessidade de maior clareza quanto a estes nos documentos que norteiam as ações desenvolvidas, pois conforme observado nos documentos do Programa, os instrumentos de monitoramento e avaliação, não só existem como são considerados cruciais para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela equipe do Programa, deste modo foram destacadas a partir dos documentos os seguintes instrumentos:

- Relatórios mensais fornecidos pelos profissionais de Cada Escritório de Gestão compartilhada;
- Ocorrências registradas tanto nos Escritórios de Gestão Compartilhada quando diretamente na Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE;
- Auditorias realizadas por empresas terceirizadas, contratadas para avaliar as ações desenvolvidas pelo Programa

Ressalta-se também que tal material e resultados alcançados ou não, são discutidos em reuniões que ocorrem tanto durante o ano, mensal quanto em datas específicas para discussão dos resultados de forma geral, inclusive contando além da participação da equipe técnica, com a presença de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo do Estado do Amazonas.

Quando perguntados sobre a possibilidade de identificar se os resultados das ações de educação ambiental estão sendo alcançados destaca-se a fala do profissional abaixo:

Sim, nós temos, por exemplo, nós tínhamos problemas frequentes com entupimento das caixas de gordura, nós fizemos diversas ações de sensibilização, e oficinas de reaproveitamento do óleo de cozinha pra converter esse óleo já utilizado em sabão caseiro, a incidência desse problema nós tivemos na implantação dos parques, reduziu assim drasticamente, hoje dificilmente você vai encontrar problemas com caixas de gordura em nossos parques.

A partir dos resultados da pesquisa foi possível identificar a importância dada ao número de ocorrências relacionadas a problemáticas vivenciadas durante o processo de pós-reassentamento das famílias nos parques residenciais, principalmente em relação à manutenção dos mesmos, porém quando verificado nos relatórios sobre os resultados de cada uma das ações em sua maioria não há referência aos resultados alcançados de acordo com o objetivo proposto, e quando há, não se trata de um resultado em si, mais de um objetivo conforme Quadro 18:

AÇÃO	OBJETIVO	ATIVIDADES	PÚBLICO-ALVO	Nº PARTICIPANTES	RESULTADOS
Campanha De Educação Ambiental – Cuidados Com O Lixo Doméstico	Ampliar O Nível De Informação Da Comunidade Sobre As Condições Da Área Que Ocupam	Palestra e Distribuição De Informativos	Moradores Do Parque Liberdade	32	Não especificados
Horta Comunitária	Construir de forma participativa um plano de EA com os comunitários	Orientação, plantio de sementes	Moradores do parque residencial liberdade	20	Os participantes manifestaram interesse e satisfação pela ação, se comprometendo em ajudar a cuidar da manutenção da horta
Campanha de EA e sanitária - limpeza e manutenção dos parques residenciais	Ampliar o nível de informação da comunidade sobre a condição da área que ocupam	Palestra, Limpeza, plantio de mudas, orientação e distribuição de informativos	Moradores do parque residencial liberdade	80	Os moradores se comprometeram a ajudar a cuidar da conservação e manutenção do jardim
Mobilização para campanha de conscientização contra as pragas urbanas	Realizar atividades sobre educação sanitária e ambiental visando a sensibilização	Visita domiciliar, orientação, entrega de informativos	Moradores do Parque Jeferson Peres	29	Integração, participação comunitária e Educação Ambiental

Quadro 18: Ação de Educação Ambiental desenvolvidas no PROSAMIM/BHE.

Fonte: Pesquisa documental – 2016-2017/2.

Conforme o exposto, estes são alguns dos resultados detalhados nos relatórios mensais verificados dos anos de 2016-2017/1, dos quais de um total de 128 ações

identificadas nos relatórios, apenas 31% (40) possuíam detalhamento de forma específica dos resultados alcançados e 69% (88) não.

De acordo com os dados dos relatórios uma vez que há expressiva ausência de informações em relação aos resultados das ações de EA desenvolvidas no PROSAMIM/BHE, o número de ações realizadas em si, não se constituem elemento central para mensurar sua efetividade, nem mesmo as ocorrências podem se mostrar suficientes para medir as mudanças geradas ainda que ambos contribuam para tal, porém por si só são insuficientes para trazer aspectos qualitativos desses resultados.

Em relação ao entendimento desses profissionais referente às ações de EA para enfrentamento da questão socioambiental, todos entendem que as ações são fundamentais para seu enfrentamento, e sobre questão socioambiental destaca-se o entendimento do profissional a seguir:

A questão socioambiental ela passa pelas ações de saúde que são implantadas, ela passa pelas questões ambientais, pelas questões sanitárias, no âmbito da educação sanitária, pela própria questão da segurança, segurança dele (do morador) e não só dele, mas a segurança patrimonial, a vivência dele com a vizinhança a vivência dele com as pessoas com quem ele vai se relacionar, não só dentro do habitacional, mas fora também, porque a gente observa que ele (o morador) melhora em todos os sentidos, quando ele vai se relacionar com a diretora da escola, quando ele vai se relacionar com a vizinha dele, quando ele vai se relacionar com o profissional que vai pegar o lixo com o profissional que vai contar a energia, contar a água que ele usou, então isso é importante, eu penso que a Educação Ambiental, ela tem reflexo em todos esses sentidos, e preserva e prega principalmente o que eu já falei anteriormente, essa mudança em termo de melhoria da vida dele, logicamente na busca da sustentabilidade dele, penso assim. (Profissional Nº 01)

Desse modo, com base na resposta acima foi possível identificar que a questão ambiental é entendida como voltadas a todos os aspectos sociais, desde o ambiente, até mesmo a saúde e segurança, e voltando sobre a efetividade das ações de educação ambiental para enfrentamento da questão socioambiental, segue a fala do profissional:

Efetiva sim, porque mensalmente, mensalmente acontece, em cada residencial nos que ainda estão (no período que compreende a presença dos profissionais nos parques) nos outros já aconteceram, por exigência do próprio programa, mensalmente as ações de Educação Ambiental, ela pra fazer frente a esse emaranhado, de baixo nível de cidadania deles, e de baixo nível de cidadania, porque ele não queria, o nosso beneficiário, ele não tinha a intenção de sair dali, porque ali ele não pagava luz não pagava água, não pagava enfim, entende, ele não reconhecia esse como benefícios para eles, mas hoje ele tem esse entendimento, porque nós levamos essa informação, através dos informes da importância das tarifas públicas, da importância dele melhorar de vida e a Educação Ambiental ela leva isso também. (Profissional Nº 01)

Sendo assim, de acordo com o profissional as ações de EA no PROSAMIM têm contribuído para o enfrentamento da questão socioambiental, pois antes do processo de reassentamento das famílias, estas praticavam o descarte dos resíduos sólidos nos igarapés, e hoje não fazem mais, salientando neste aspecto a questão do lixo.

No entanto para os beneficiários comparando ao exposto pelo profissional acerca dos igarapés, quando perguntados se na concepção destes o Programa atingiu o objetivo de recuperação dos mesmos, 42,5% (17) disseram que sim, 50% (20) disseram que não e ainda 7,5% (3) disse que parcialmente.

Conforme apresentado no resultado acima a maioria dos beneficiários responderam que não, justificando ainda que muitos moradores ainda descartam resíduos sólidos nos igarapés, mostrando-se inclusive incomodados com práticas da vizinhança, dizendo que falta mais “educação ambiental” por parte de alguns moradores, em relação a limpeza tanto dos parques quanto do respeito aos igarapés, contrariando assim a fala do profissional que diz que as ações de EA tem contribuído para que os moradores dos parques residenciais não pratiquem mais o descarte de resíduos sólidos em locais inadequados.

Alguns moradores que disseram ainda que o objetivo de recuperação dos igarapés não foi alcançado, disseram que de fato tiraram muito lixo, porém os igarapés continuam contaminados e com mau cheiro.

Dos que responderam que sim, justificaram que antes era tudo muito “feio” e hoje está mais bonito, melhorou bastante, se está sujo de novo é por conta da própria população que não respeita e continua jogando lixo nos igarapés.

Dos que responderam que parcialmente, disseram que melhorou, mas precisa melhorar ainda mais, pois continuam sujos.

Em relação à percepção dos beneficiários participantes da pesquisa que informaram ter participado de atividade de EA desenvolvida pelo PROSAMIM/BHE, estes todos disseram que gostaram de ter participado, porque puderam adquirir mais conhecimento, alguns ainda acrescentavam “conhecimento nunca é demais”, e também porque aprenderam melhor como cuidar do ambiente que vivem.

Dos 40 beneficiários sujeitos da pesquisa, apenas 14 informaram terem participado de ação de EA no PROSAMIM, e destes em relação a contribuição das ações de EA para alguma mudança em suas concepções 64% (9) respondeu que houve uma mudança e 36% (5) disseram que não, dos que responderam que sim estes justificaram associando a EA muito relacionada ao lixo ou a economia de água e luz, dizendo que agora são mais conscientes quanto ao descarte do lixo, manutenção da

limpeza dos seus apartamentos e entorno, dos que responderam que não disseram que já sabiam o que foi informado, e já praticavam.

Com base no evidenciado, foi possível destacar o Quadro 19 referente à efetividade das ações de EA, no PROSAMIM, com base na pesquisa documental e de campo.

Objetivos alcançados das ações de Educação Ambiental	Não foi possível mensurar em sua totalidade, tendo em vista o não detalhamento no relatório, e a não identificação de indicadores e metas claras de monitoramento e avaliação.
Aquisição de novos conhecimentos para os moradores que declararam terem participado de ação de Educação Ambiental no PROSAMIM	Dos 14 beneficiários que relataram terem participado de ação de educação ambiental no PROSAMIM 64% (9) responderam terem mudado e aprendido mais, 36% (5) disseram que não
Recuperação dos igarapés	50% (20) dos 40 beneficiários informantes da pesquisa responderam que não, 42,5% (17) respondeu que sim e 7,50% (3) respondeu que parcialmente
Do aproveitamento das ações de Educação Ambiental por parte dos moradores que declararam terem participado de ação de Educação Ambiental no PROSAMIM	100% dos 14 beneficiários participantes da pesquisa que informaram terem participado das ações disseram terem gostado da atividade.

Quadro 19: Efetividade das ações de Educação Ambiental no PROSAMIM/BHE.

Fonte: Pesquisa documental e de campo 2017/2

Desse modo de acordo com a pesquisa documental e campo, foi possível destacar informações acerca do alcance e a efetividade das ações de EA desenvolvidas no PROSAMIM/BHE, o estudo identificou muitas fragilidades relacionadas a ações desenvolvidas, como clareza insuficiente por parte dos profissionais a respeito dos instrumentos de avaliação e monitoramento, não especificação de resultados na maioria das ações de EA presentes nos relatórios mensais da equipe do PROSAMIM/BHE nos anos 2016 – 2017/1.

Dessa forma, tais ações ainda apresentam um alcance insatisfatório de acordo com o objetivo proposto que é de 100% dos beneficiários, a amostra apresentada neste estudo apesar de representar em média apenas 1% da população total de cada parque residencial, evidencia de forma expressiva as lacunas existentes na promoção de EA, o que rebate diretamente nos resultados a serem alcançados.

Sendo assim, tanto o alcance quanto consequentemente a efetividade não são plenamente alcançados, destaca-se ainda que mais do que um aspecto quantitativo referente ao número de ações desenvolvidas durante um ano, não são suficientes para atingir os objetivos propostos, se faz necessário traçar caminhos viáveis com base no conhecimento de fato do que se entende por Educação Ambiental, para que esta seja implementada de forma consciente.

O desenvolvimento de determinada atividade ou no caso aqui em específico, a operacionalização de uma política pública, deve estar conectada com a realidade dos sujeitos, importa dispor ainda que estes não são desprovidos de conhecimento, a percepção destes sobre o meio em que vivem é carregada de significados, desse modo a troca de saberes durante as ações devem ser cada vez mais valorizada, incluir nas ações a realidade que estes vivenciam em seu cotidiano, é uma importante medida para de fato atingir os resultados esperados.

O repasse de informações por si só, não é capaz de criar nos sujeitos uma consciência de fato de sua relação uns com os outros como parte do meio ambiente, pois o ser consciente é interior, conforme ressalta Loureiro (2012) não cabe ao educador a tarefa de conscientizar os sujeitos, mas sim de contribuir para que estes próprios se conscientizem ao perceber o processo de relação homem/natureza com base em sua própria realidade, com o objetivo de gerar de fato mudanças concretas e assim alcançar com efetividade o proposto por tais ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um cenário de discussões acerca da questão socioambiental e da sustentabilidade, a necessidade de se propor políticas públicas para responder as demandas oriundas desse processo tem sido cada vez mais imprescindíveis para a efetividade dos objetivos e diretrizes discutidos nos documentos internacionais. Neste contexto a construção e consolidação gradativa de uma política de educação ambiental, tem sido disposta como um dos importantes instrumentos no trilhar de um novo paradigma que objetive a transformação social e que restabeleça uma relação de equilíbrio entre o homem social e a natureza, ao considerar que ambos não são antagônicos e estão concatenados.

A perspectiva de questão socioambiental trabalhada neste estudo foi apresentada como sendo o conjunto das manifestações das destrutividades oriundas de uma lógica de modelo de produção capitalista, e para abordagem da sustentabilidade foi sustentada a concepção que a aborda como um processo pelo meio do qual se objetiva estabelecer uma relação de simbiose entre o homem e a natureza, tanto em localidades urbanas quanto rurais, considerando para tanto dimensões inerentes a tal processo, quais sejam social, cultural, econômico, ambiental, ecológico, territorial e política pública nacional e internacional, delimitando a discussão por questões metodológicas, a partir do enfoque em suas dimensões social e cultural. A Educação Ambiental foi apresentada com base em uma perspectiva crítica da mesma, utilizando-se ainda da apresentação das variadas concepções sobre a mesma, foi possível destacar que não existem concepções unificadas acerca da questão socioambiental, sustentabilidade e Educação Ambiental, explicitou-se ainda que a abordagem e emergência de tais categorias no bojo das discussões não são decorrentes do acaso, mas que fazem parte de um processo sócio-histórico, que as tornam necessárias.

Assim, a partir de um estudo de caso, com base no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM/AM, especificamente no que diz respeito à sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental desenvolvida junto aos beneficiários do Programa que residem nos oito parques residenciais localizados na área geográfica que compreende a Bacia Hidrográfica do Educandos – BHE, foi possível destacar os resultados aqui apresentados, os quais tiveram como parâmetro a questão norteadora e os objetivos propostos.

Dessa forma, ao considerar a Política de Educação Ambiental no contexto do Estado do Amazonas, em cuja capital o Programa em questão foi operacionalizado, destacou-se que a Educação Ambiental como política pública é recente no referido estado, o que consequentemente resulta na deficiência de sua real efetivação, inclusive no que diz respeito à publicização das ações de EA no estado de forma dinâmica e clara, pois não foram encontrados dados específicos e gerais relacionados as ações que são desenvolvidas e nem aos resultados alcançados a partir da operacionalização da EA como política pública no território amazonense, o que seria de suma importância para a construção de alternativas de melhoria da implementação da EA como um dos importantes instrumentos para o processo de transformação social.

Assim, nas ações de EA operacionalizadas no PROSAMIM/BHE identificou-se que a base legal para sua implementação é a Política Nacional de Educação Ambiental a Lei nº 9.795/1999, contando ainda com as normas operacionais nº 710 que expõe acerca do Reassentamento Involuntário e a de nº 703 relacionado à Política de Meio Ambiente dispostas por um dos seus principais financiadores o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além de destacar que tais ações fazem parte de um Plano de Trabalho desenvolvido no PROSAMIM que visam junto com outras atividades garantir a sustentabilidade social e socioambiental do Programa, neste sentido foram ainda evidenciados resultados com base na falas dos profissionais que desenvolvem tais ações, destacando que estas são operacionalizadas em caráter multidisciplinar, tendo como público-alvo todos os beneficiários do Programa independente da modalidade de reassentamento escolhida por este, com a pretensão de alcançar todas as famílias, sem limitações de gênero ou idade.

Sobre a concepção de EA por parte tanto dos profissionais quanto dos beneficiários, ressaltou-se que os profissionais participantes da pesquisa possuem uma perspectiva eco-educacional da mesma, a qual é caracterizada pelo reconhecimento de mudança de comportamento do homem em sua relação com a natureza, sendo necessário reeducá-lo.

A partir do estudo foi identificado a importância de considerar para realização das ações de EA, as singularidades dos sujeitos que são público-alvo dessas atividades, para sua real efetividade, e ainda que do quantitativo de 40 beneficiários com os quais foram aplicados formulários, que 65% (26) destes nunca participaram de ação de EA desenvolvidas pelo Programa, apesar de alguns destes terem relatado receber convite, porém por motivos de horário de trabalho, escola, e ainda questões de saúde entre

outros, não puderam participar,, o que mostra o quanto a dinâmica do cotidiano dos indivíduos devem ser levados em consideração.

A respeito da perspectiva de sustentabilidade presente na política de educação ambiental regida pela Lei 9.795/1999 foi inferido que a perspectiva de sustentabilidade adotada por tal política possui um sentido amplo que envolve as dimensões social, cultural, econômica, ambiental, ecológica, territorial e política, e a respeito à ênfase a dimensão social e cultural ficou exposto que estas estão dispostas nos 21 artigos da referida lei de forma articulada, no entanto foi possível destacar alguns dos artigos que a expõem mais enfaticamente, contemplando a necessidade de garantia da participação social, troca de conhecimentos, acesso a informação em relação aos direitos e deveres, e a construção de um processo que garanta a qualidade de vida e a justiça social.

Destacou-se ainda que a perspectiva de EA presente na Política Nacional de Educação ambiental está pautada em uma perspectiva crítica, não desmerecendo, contudo, as múltiplas metodologias que a operacionalizam, no entanto ficou evidenciado que não se devem generalizar as concepções da mesma, sendo necessário e de suma relevância ter conhecimento das diversas concepções que a abordam para melhor entendimento dos objetivos das ações a serem desenvolvidas, com o intuito de planejar o alcance dos resultados esperados de forma concreta.

A respeito da perspectiva de sustentabilidade presente no Programa, a partir de pesquisa documental foram encontradas três diferentes formas de entendimento sobre a mesma, em um primeiro momento no sentido de efetividade, e em segundo no sentido de sustentação e ainda em terceiro no sentido do enfoque na dimensão econômica, entendendo-a como um processo de geração de renda, no entanto apesar de tal diversidade conceptual destacada, não foi impedimento para a partir da perspectiva de sustentabilidade adotada neste estudo, inferir das ações de EA sua sustentabilidade social e cultural, as quais foram apresentadas com base em pesquisa documental e de campo com suporte teórico para análise dos dados coletados.

Sendo assim acerca da *sustentabilidade social* das ações de EA desenvolvidas pelo PROSAMIM/BHE, constatou-se que existe uma abertura para o diálogo durante as ações de EA desenvolvidas e ainda o estímulo a participação social, geração de renda e fortalecimento de uma consciência crítica, porém destaca-se a fragilidade quanto a forma como tais momentos são trabalhados, pois o processo participativo requer uma reflexão da realidade dos sujeitos, para que estes possam identificar por sim mesmos a necessidade de transformação gradativa da realidade, entendendo que se trata de um processo coletivo e não apenas individual, e este coletivo entendido não só como os

moradores dos parques residenciais, mais também com base em seu entorno, como a influência das fábricas, industriais e outras moradias que estão ao seu redor e ainda as autoridades públicas na responsabilidade de efetivação da política de educação ambiental.

No que diz respeito à *sustentabilidade cultural* das ações de EA, foi identificado que a cultura é trabalhada principalmente com base datas comemorativas, o que foi confirmado tanto na fala dos profissionais quanto nas respostas dadas pelos beneficiários, no entanto percebe-se com base neste resultado uma visão limitada da dimensão cultural, ao focá-la com maior ênfase no aspecto comemorativo de datas específicas relacionadas ao meio ambiente, pois conforme Geertz (2008) expõe a cultura é constituída de significados que se constroem no processo sócio-histórico das pessoas, sendo assim mais do que celebração de datas, a sustentabilidade cultural das ações de educação ambiental, envolvem o entendimento e o estudo preliminar da realidade dos sujeitos, seus costumes, suas crenças e sua trajetória de vida, para que tais sejam trazidas no contexto de cada ação, para que estes possam assim interagir e se reconhecer como membro fundamental para alcance da sustentabilidade e enfrentamento da questão socioambiental em uma perspectiva de coletividade.

Ainda como resultados, com base em pesquisa documental e principalmente de campo, foi possível verificar conforme os Planos de Trabalho que preveem as ações de Educação Ambiental no PROSAMIM, que estas pretendem um alcance de 100% das famílias beneficiárias do Programa, porém ficou constatado com base na amostra aqui evidenciada de 40 moradores beneficiários do Programa, que somente 14 pessoas relataram terem participado de alguma ação de EA desenvolvida pelo Programa, e destes ainda, apenas 30 relataram terem recebido convite para participação, porém por questões de compatibilidade de horário não foi possível que estes viessem a participar, outros ainda relataram que alguém da família foi, porém não há um compartilhamento entre estes das informações adquiridas, o que mostra a fragilidade quanto a efetividade das ações, tendo em vista que seu alcance pretendido não está sendo respondido satisfatoriamente, nem tampouco o repasse de informações para um único membro da família, tem sido satisfatória para o processo de transmissão dos conhecimentos compartilhados nas atividades.

Outro resultado ressaltado, foi em relação à capacitação dos profissionais que atuam no desenvolvimento das ações de EA no Programa, pois dos 4 profissionais entrevistados, apenas 2 destes responderam com clareza que possuem capacitação para a operacionalização das atividades, tal dado é significativo, pois conforme o Plano de

Trabalho do PROSAMIM, a capacitação dos profissionais é sinalizada para ocorrer de forma contínua, semestral e anual, para que estes estejam aptos a executar seus trabalhos junto a população beneficiária do Programa, no entanto, mesmo dos profissionais que responderam terem capacitação específica, não mencionaram sua disposição no Plano de Trabalho como primordial para a execução das atividades.

A respeito dos relatórios mensais cujos dados coletados compreenderam os anos de 2016 a 2017/1 dos três Escritórios Locais de Sustentabilidade do PROSAMIM/BHE, chamou a atenção que as ações de maior alcance populacional são as realizadas a partir de visitas domiciliares aos beneficiários, e as que são promovidas nas áreas externas dos residenciais, envolvendo assim todas as faixas etárias e gêneros, ainda a respeito dos relatórios destaca-se que os resultados alcançados com base na execução de cada ação desenvolvida, em sua expressiva maioria, ou seja, 69% (88) não estão evidenciados nos relatórios, o que aponta para a necessidade de que estes sejam evidenciados como fundamental para mensurar o alcance e efetividade dos objetivos propostos pela política de educação ambiental no Programa, pois os aspectos quantitativos por si só são insuficientes para conhecer de fato a efetividade das ações para enfrentamento da questão socioambiental.

E com o intuito ainda de mensurar o alcance e efetividade das ações, verificou-se a falta de clareza tanto nos documentos do Programa, quanto na fala dos profissionais entrevistados acerca dos instrumentos de monitoramento e avaliação das ações de EA no PROSAMIM/BHE, e ainda quanto aos indicadores que auxiliem na observação dos resultados alcançados bem como na identificação dos desafios a serem superados, pois ainda que estes estejam dispostos no Plano de Trabalho do Programa, constatou-se a partir da fala dos profissionais que estes não possuem conhecimento de fato desses instrumentos, e que no documento que os dispõe não há de forma concreta a forma como estes devem ser trabalhados para aprimorar as ações e superar os entraves que influenciam em sua efetividade.

A partir da análise com base no recorte proposto, este pode vir a contribuir para se pensar as ações de EA desenvolvidas em sua sustentabilidade social e cultural para enfrentamento da questão socioambiental, especificamente no PROSAMIM, sendo assim o estudo não foi baseado em suposições, mas a partir da análise de dados concretos com aporte teórico e utilizando-se da capacidade crítica de interpretação dos mesmos, não se tratam de verdades absolutas, estando aberto para futuras pesquisas que envolvam a discussão acerca da EA tanto no âmbito específico do PROSAMIM, quanto para servir de base para outros estudos de caso em outras localidades.

Como contribuição, aponta-se para a necessidade de melhor capacitação dos profissionais para execução das ações de educação ambiental no PROSAMIM/BHE, como fundamental para a sustentabilidade social e cultural da política em questão, assim como pensar ações que envolvam não só os moradores dos residenciais, mas também o seu entorno e as autoridades, visando de fato à coletividade, e ainda a execução de ações que contemplem a população que conforme motivos identificados não podem participar das ações desenvolvidas, para tanto podem contar com os próprios moradores e parceiros institucionais para estarem indo aos residenciais e entorno, bem como mobilizando as autoridades, em horários e dias que contemplem a realidade dos beneficiários.

Ainda a necessidade de maior clareza quanto aos instrumentos de monitoramento e avaliação, e o seu repasse aos profissionais, para que estes estejam cientes quanto à importância desse processo para mensurar os resultados alcançados e sua efetividade, contribuindo assim para a melhoria do processo de operacionalização da Educação Ambiental, servindo de modelo para futuros empreendimentos, e até mesmo para a consolidação da política pública de educação ambiental na cidade de Manaus.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista**. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 5ª edição. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Política Operacional 710. Reassentamento Involuntário Política operacional e documentos de antecedentes**. Whashington, D.C, 1998.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Política Operacional 703. Política de Medio Ambiente y Cumplimiento de Salvaguardias**. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BATISTA, Selma Paula Maciel. **Injustiça socioambiental: O caso PROSAMIM**. (Tese de doutorado). São Paulo, 2013.

BELLIA, Vitor. **Introdução à Economia do Meio ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

BELLONI, Isaura. MAGALHÃES, Heitor. SOUSA, Luzia Costa. **Metodologia de Avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Belo Horizonte: ASCOM, 2007. 132 p.

BENTES, Norma. **Manaus Realidade e Contrastes Sociais**. Valer e FAPEAM; 2ª edição, Manaus, 2014.

BOFF, Leonardo. **A contribuição do Brasil**. In: VIANA, Gilney. SILVA, Marina. DINIZ, Nilo (Orgs). **O desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção Pensamento Petista). (p. 17-26).

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL, Lei 3.222 de 02 de janeiro de 2008. **Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental no estado do Amazonas**. Publicada em 02 de janeiro de 2008.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei n º 9.795, de 27 de abril de 1999^a

BRÜSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CRISOSTOMO DA SILVA, Silvana Crisostomo da. **Produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico - metodológicos e ideológico - políticos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS. Manaus, 2012. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/CRIT%C3%89RIOS-SOCIAIS-PARA-AVALIA%C3%87%C3%83O-DE-PROJETOS.pdf>>. Acesso em 12/01/2018.

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS. Manaus, 2012. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/CRIT%C3%89RIOS-AMBIENTAIS-PARA-AVALIA%C3%87%C3%83O-DE-PROJETOS.pdf>> Acesso em 12/01/2018.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920**. 2ª edição, Valer: Manaus, 2007.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 2000.

ESTERCI, Neide *et al* . **Boletim Rede Amazônia: Diversidade Cultural e Políticas Ambientais**. Ano 1, n. 1, 2002.

FERREIRA, José Ednaldo Zane. **Sistema de informação Georreferenciado para apoio a pesquisa acadêmica e ao planejamento urbano, o Projeto PROSAMIM-1**. (Dissertação de mestrado). Pará, 2014.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro: 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Maria. **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª edição, Record: Rio de Janeiro, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Plano de Sustentabilidade Socioambiental**, 2012. Disponível em: http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/Plano_de_sustentabilidade_socioambiental-prosamim3.pdf. Acesso em: 02/01/2018

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão Ambiental na educação**. 9ª edição. São Paulo: Papirus, 1995.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IANNI, O. **Questão Social**. In: Perspectivas. São Paulo: 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/1302603>>. Acesso em 22 de dez. de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados**. Amazonas, 2016. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>>. Acesso em 12/12/2017.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LARAIA, ROQUE DE BARROS. **Cultura: um conceito antropológico**. Jorge Zahar, 24ª edição, Rio de Janeiro: 2009.

LEFF, Enrique Z. **Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Capítulos VI, VII e VIII.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Saber ambiental**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 494 p.

LEIS, Héctor Ricardo. **Ambientalismo: um projeto realista - utópico para a política mundial**. In: VIOLA, Eduardo *et al* Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. 4ª edição. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LEORNARDI, Maria Lúcia Azevedo. **A sociedade global e a questão ambiental**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Tradução de Klaus Von Puchen. São Paulo: Centauro, 2004.

MANAUS. Prefeitura municipal. **Lei Orgânica do Município de Manaus**. Manaus, atualizada 05 de março de 2013.

MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS. Manaus, 2007. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/MANUAL-DE-NORMAS-E-PROCEDIMENTOS-DO-PROGRAMA.pdf>> Acesso em: 10/01/2018

MAPA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. Região Norte: Amazonas. Brasília: SEMESP, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia**. Governo Federal, 2009.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Capitania de São José do Rio Negro: Antecedentes históricos e fundação**. 4º edição. Manaus: Editora Valer, 2002.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Marinez Gil. CHAVES, Maria do Perpétuo R. **Desenvolvimento sustentável e Ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideo-políticas conceituais**. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 1, n. 1 (2000), Manaus: Edua/Capes, 2000.

NUNES, Letícia Soares. **A questão socioambiental e a atuação do assistente social**. Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA, Andrea Cristina Fernandes de. **Avaliação da primeira etapa do PROSAMIM às margens do Igarapé Mestre Chico**. (Dissertação de mestrado). Pará, 2015.

PEDROSA, Evelyn Barroso. **Conhecimentos Tradicionais e Práticas de Sustentabilidade nas Formas de uso e manejo de Ervas Plantas Medicinais: Um Estudo na Comunidade de Santa Luzia em Caapiranga-Am**. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal do Amazonas, 2017.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **LEI Nº 9.795/1999**. Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm.> Acesso em: 08/03/2017.

PROGRAMA AMBIENTAL E SOCIAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. **Relatórios Mensais (2016-2017/1)**. Recuperados dos Escritórios de Gestão Compartilhada do PROSAMIM/BHE. Manaus, 2017.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Temas Amazônicos**. Universidade do Amazonas: Faculdade de Educação, Manaus: 1983.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA**. Brasília, 1988.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem Ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSSIN, Antônio Carlo. PROSAMIM. **Um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia**. IGARAPÉS DE MANAUS –AMAZONAS – BRASIL, Maio de 2008. Disponível em: < <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/estudo-de-caso-prosamim/>> Acesso em 29/12/2017.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. Capítulos V VI, VII, VIII e IX.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, Marcel. Para Pensar o desenvolvimento sustentável. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento e cultura, desenvolvimento da cultura e cultura do desenvolvimento**. Revista O&S, v. 12 – nº 33, Bahia, 2005. (p. 151-165)

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, São Paulo: 2006.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, Michele. CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Orgs.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHERER, Elenise (Org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

SILVA, Maria das Graças. **Capitalismo contemporâneo e "questão ambiental": o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social**. Programa de Pós - graduação em Serviço social da UFPE (tese), sob orientação da prof. Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes, 2008.

SILVA, Silvânia Queiroz e. **Gestão Social e Sustentabilidade: um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do estado do Amazonas**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis**. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 4 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

UNESCO/PNUMA. **Documento sobre el estado actual de La educación ambiental. Seminário internacional de Educación Ambiental**. Belgrado, Yugoslávia, 13-22 de octubre, 1975. Paris, 1975.

UNESCO/PNUMA. **Seminário internacional de Educación Ambiental**. Belgrado, Yugoslávia, 13-22 de octubre, 1975. Paris, 1977.

VALLINA, Katia de Araújo Lima. **A produção do espaço urbano e os novos processos de segregação socioespacial em Manaus, nos anos 2000**. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro, 2014.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. 2º Ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2010.

VIEIRA, Liszt. BREDARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SITES

<http://www.amazonas.am.gov.br/entidade/seas/>

<http://dombosco-ba.com.br/dae/>

<http://www.educacao.am.gov.br/2015/06/projeto-pe-de-pincha-leva-nocoes-de-educacao-ambiental-e-de-combate-ao-bullying-a-escolas-da-seduc/>

<http://www.esbam.edu.br/pos-graduacao/cursos/621-2/>

<http://www.fucapi.br/educacao/pos-graduacao/lato-sensu/engenharias-lato-sensu/especializacao-em-gestao-sustentavel-e-educacao-ambiental/15332-2/>

<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento%2C5995.html>

<http://www.ipaam.am.gov.br/>

https://portal.uniasselvi.com.br/posgraduacao/ba/cursos/gestao-e-educacao_ambiental-lato-sensu/ead

<http://prosamim.am.gov.br/>

<http://semed.manaus.am.gov.br/agenda-ambiental/>

<http://www.ufam.edu.br/>



APÊNDICE I
PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



GUIA DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Título da pesquisa: Sustentabilidade Social e Cultural da Política de Educação Ambiental: Um Estudo de Caso do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus-AM.

Sujeito da pesquisa: Equipe técnica responsável por desenvolver atividades de Educação Ambiental no PROSAMIM

Identificação		
1. Formação	2. Cargo Institucional	3. Tempo na função

4. Informações sobre a promoção da Educação Ambiental no Prosamim-AM (ênfase no aspecto social e cultural)

a) Para o desenvolvimento de atividades voltadas a educação ambiental você fez algum treinamento, curso ou especialização?

() Sim () Não Se sim, qual? _____ Onde? _____ A instituição que custeou/ofereceu? _____

b) O que você entende por Educação Ambiental?

c) O que você entende por meio ambiente?

d) Quais são as atividades realizadas no PROSAMIM para promoção da Educação Ambiental?

e) Qual o público-alvo de tais atividades?

f) Qual o objetivo da promoção da Educação Ambiental no PROSAMIM?

g) Em seu entendimento, no processo de promoção da política de Educação Ambiental, qual a importância desta para a população residente nos Parques Residenciais do PROSAMIM?

h) A partir das atividades de Educação Ambiental é possível observar resultados concretos de que os objetivos estão sendo alcançados? Cite um exemplo.

i) Quais são os métodos de monitoramento e avaliação para que se identifique o alcance dos objetivos na implementação da Educação Ambiental no PROSAMIM?

- j) Existe na promoção da Educação Ambiental, em cada atividade promovida, um diálogo com o público-alvo? Se sim, como ele é realizado?
- k) Como você definiria a participação do público-alvo nas ações durante e após a promoção das atividades?
- l) Eles são participativos? Se sim, Como?
- m) A sustentabilidade é um tema abordado na implementação da EA no Prosamim?
- n) O que você entende por sustentabilidade?
- o) No que diz respeito ao aspecto social, de que forma a Educação Ambiental contribui para o processo de igualdade, distribuição de renda, qualidade de vida e acesso aos bens e serviços essenciais?
- p) No que diz respeito à questão cultural, de que forma a Educação Ambiental trabalha com as particularidades regionais e culturais do público-alvo em interação com novos saberes?
- q) O PROSAMIM para a promoção da política de Educação ambiental realiza parceria com outras instituições? Se sim, quais?
- r) Você acredita que o desenvolvimento da política de educação ambiental é um instrumento importante para enfrentamento da questão socioambiental?
- () Sim () Não Porquê?_____
- s) De acordo com as atividades realizadas no PROSAMIM você acredita que as atividades de EA realizadas tem sido efetivas no processo de enfrentamento da questão socioambiental? () Sim () Não Porquê?_____
- t) Nas atividades de educação ambiental existe uma preocupação quanto ao fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade?
- () Sim () Não
- u) Existe nas atividades de EA um estímulo ao fortalecimento de uma consciência crítica, permanente e responsável , na preservação do equilíbrio do meio ambiente entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania?
- () Sim () Não
- v) Quais as temáticas abordadas nas atividades de EA?
- | | | |
|---------------|--------------------------|------------------------|
| () Educação | () Cidadania | () Saneamento básico |
| () Saúde | () Higiene | () Emprego e renda |
| () Segurança | () Alimentação | () Direitos e deveres |
| () Água | () Condições de moradia | () Meio Ambiente |
| () Lixo | () Cultura | () Sustentabilidade |

☐ Questão Ambiental ☐ Coleta seletiva ☐ Reciclagem

☐ Outros: _____

w) Você nota a EA como um instrumento importante de garantia da qualidade de vida e da sustentabilidade?

x) Na sua concepção de que forma a EA implementada no PROSAMIM tem contribuído para o enfrentamento da questão socioambiental?



APÊNDICE II
PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



FORMULÁRIO DE PERGUNTAS ABERTAS E FECHADAS

Título da Pesquisa: Sustentabilidade Social e Cultural da Política de Educação Ambiental: Um Estudo de Caso do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus-AM.

Sujeito da pesquisa: Beneficiário(a) do PROSAMIM residente em Parque Residencial localizado na Bacia Hidrográfica do Educandos.

Parque Residencial em que mora: _____ TEL: _____

I. Identificação do Informante		
1. Estado Civil: ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Amigado(a) ☐ União Estável ☐ Separado(a) ☐ Viúvo(a).	2. Raça/Etnia: ☐ Branca ☐ Indígena ☐ Negra ☐ Pardo ☐ Outro	3. Sexo: ☐ Mas ☐ Fem 4. Idade: ☐ 18 a 22 ☐ 38 a 42 ☐ 58 a 60 ☐ 23 a 27 ☐ 43 a 47 ☐ + 60 ☐ 28 a 32 ☐ 48 a 52 ☐ 33 a 37 ☐ 53 a 57
5. Naturalidade: 5.1 Estado em que nasceu? ☐ Amazonas ☐ Pará ☐ Boa Vista ☐ Acre ☐ Outro: _____ 5.2. Município em que nasceu: _____ 5.3 Município em que mora atualmente: _____ 6. Se caso, não for natural de Manaus. Quais os motivos o fizeram vir para esta cidade? _____ _____ _____		
7. A quanto tempo o/a Sr(a) reside no Parque Residencial do PROSAMIM? _____ 8. De qual igarapé o(a) Sr(a) foi reassentado(a)? _____ 9. Em sua residência anterior havia coleta de lixo? ☐ Sim ☐ Não 10. Levando em consideração a resposta da pergunta anterior. Em caso negativo. Onde lixo da sua residência era despejado? _____ 11. Atualmente existe em sua nova residência coleta de lixo? ☐ Sim ☐ Não 12. O Sr(a) acredita que a mudança para o apartamento, foi melhor para você e sua família? ☐ Sim ☐ Não Por que? _____ 13. O Sr(a) aprova o modelo de distribuição das casas nos conjuntos habitacionais do PROSAMIM? ☐ Sim ☐ Não Caso negativo, qual sua sugestão: _____ 14. Quais os principais problemas enfrentados atualmente na nova localidade?		

15.Qual a sua percepção da localidade onde você está residindo, no que diz respeito ao acesso a bens e serviços básicos, como água, energia elétrica, educação, saúde, transporte, trabalho e segurança?

- () Excelente
() Boa
() Regular
() Insuficiente

Porque? _____

16. Em uma escala onde 0 é péssimo, 1 – é insuficiente, 2 é regular , 3 é bom, 4 é ótimo e 5 é excelente, enumere o acesso aos seguintes serviços em relação a sua localidade:

- () água potável () educação () trabalho e renda
() energia elétrica () saúde () segurança

17. Existe algum caso de desnutrição em sua residência?

- () Sim () Não

18. O Acesso aos serviços de saúde são facilitados?

- () Sim () Não

19. O Sr(a) tem acesso a serviços de vacinação quando necessário?

- () Sim () Não

20. O/A Sr(a) realiza no mínimo três refeições por dia?

- () Sim () Não

21. O/A Sr(a) costuma consumir frutas e verduras?

- () Sim () Não Se sim, com que frequência?

() Todo dia () mais de 2 vezes na semana () Raramente

Porquê?

II. Escolaridade e Acesso ao conhecimento

22. Nível de Escolaridade

- 22.1 () Não alfabetizado(a)
22.2 () Alfabetizado(a)
22.3 () Ensino Fundamental Incompleto
22.4 () Ensino Fundamental Completo
22.5 () Ensino Médio Incompleto
22.6 () Ensino Médio Completo
22.7 () Ensino Superior Incompleto
22.8 () Ensino Superior Completo
22.8.1 Área de Formação: _____

23. No momento o/a senhor(a) está estudando?

- () Sim () Não

Caso negativo. Porquê?

24. Fica próximo de sua residência?

- () Sim () Não

25. Composição Familiar:

Trabalha?		Grau de Escolaridade							Idade	Vinculo Familiar
S		Superior completo	Superior incompleto	Médio completo	Médio incompleto	Fund. Incom.	Fundamental incompleto	Ensino infantil		

III. Situação Socioeconômica

26. O/A Sr(a) tem uma profissão? Qual?

27. Qual a sua situação no mercado de Trabalho?
☐ Empregado
☐ Desempregado
☐ Autônomo
☐ Aposentado/Pensionista

28. Renda Familiar
☐ Menos de um salário mínimo
☐ Um salário mínimo
☐ Acima de dois salários mínimos

IV. Forma de Acesso e Participação nas atividades de Educação Ambiental desenvolvidas no PROSAMIM

29. Desde que o senhor(a) reside aqui no Parque do PROSAMIM, algum profissional do Programa veio visitar você e sua família?
☐ Sim ☐ Não

30. Se a resposta anterior for sim, qual o motivo da visita?

31. O/A Sr(a) sabe da existência de escritórios da equipe do PROSAMIM?
☐ Sim ☐ Não

32. Alguma vez o/a Sr(a) precisou ir até lá?
☐ Sim ☐ Não
 Se Sim, qual o motivo da ida ao escritório?

33. O/A Sr(a) já ouviu falar sobre Educação Ambiental?
☐ Sim ☐ Não
 Em seu entendimento o que é Educação Ambiental?

34. O/A Sr(a) já participou de alguma atividade de Educação Ambiental ou curso desenvolvido pelos profissionais do PROSAMIM?
☐ Sim ☐ Não Se sim, qual? _____

35. O/A Sr(a) gostou de ter participado?
☐ Sim ☐ Não Por que?

36. Na atividade de Educação Ambiental que participou, houve um momento para retirar dúvidas entre a equipe técnica e a comunidade?
☐ Sim ☐ Não

37. Na sua opinião a Educação Ambiental é importante?
☐ Sim ☐ Não Por que?

38. Ao participar de atividade de Educação ambiental no PROSAMIM, o/a Sr(a) percebeu alguma mudança em seu comportamento em relação ao que foi ensinado?
☐ Sim ☐ Não Se sim, o que mudou? _____

39. Quais as temáticas abordadas nas atividades de EA?

☐ Educação	☐ Cidadania	☐ Saneamento básico
☐ Saúde	☐ Higiene	☐ Emprego e renda
☐ Segurança	☐ Alimentação	☐ Direitos e deveres
☐ Água	☐ Condições de moradia	☐ Meio Ambiente
☐ Lixo	☐ Cultura	☐ Sustentabilidade
☐ Questão Ambiental	☐ Coleta seletiva	☐ Reciclagem

() Outros: _____

40) No seu entendimento existe nas atividades de EA um estímulo ao fortalecimento de uma consciência crítica, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente?

() Sim () Não () Não soube responder

41. Você já ouviu falar de Sustentabilidade?

() Sim () Não Se sim, onde e o que ouviu sobre sustentabilidade?

42. No aspecto cultural, o/a Sr(a) consegue identificar nas atividades de Educação Ambiental um momento de conversa ou debate onde a comunidade pode sugerir algumas ideias?

() Sim () Não

43. No que diz respeito à geração de renda, a Educação Ambiental no que tange ao reaproveitamento de resíduos apresenta alternativas para esse processo?

() Sim () Não

44. Nas atividades de Educação Ambiental, que o/a Sr(a) participou houve algum incentivo para que a comunidade participe mais dos assuntos relacionados aos interesses sociais, como educação, saúde, segurança, emprego?

() Sim () Não Se Sim, como?

V. Aspecto Ecológico

45. No que diz respeito ao PROSAMIM o Sr/a acredita que foi atingido o objetivo de recuperação dos igarapés?

() Sim () Não Por que?

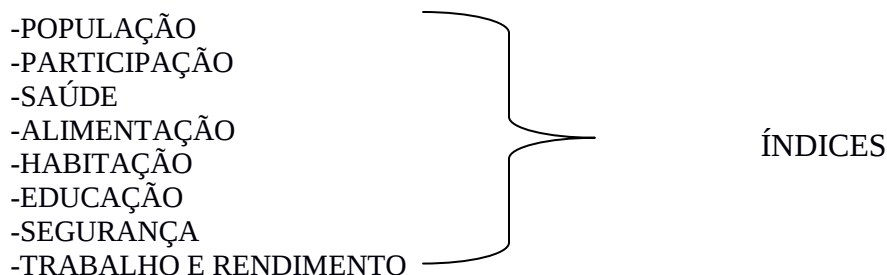


APÊNDICE III
PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



INDICADORES PARA SUSTENTABILIDADE SOCIAL: BASE PARA CONSTRUÇÃO: IBGE IDS (SOCIAL), BELLEN, SACHS, LEI Nº 9.795/99

OBJETIVOS LIGADOS A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS, A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E A JUSTIÇA SOCIAL.



POPULAÇÃO: QUANTITATIVO DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA; TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL; ESTADO CIVIL

PARTICIPAÇÃO: O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E SOLIDARIEDADE COMO FUNDAMENTOS PARA O FUTURO DA HUMANIDADE; ESTÍMULO E FORTALECIMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA, PERMANENTE E RESPONSÁVEL, NA PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE ENTENDENDO-SE A DEFESA DA QUALIDADE AMBIENTAL COMO UM VALOR INSEPARÁVEL DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA;

SAÚDE: PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO TOTAL; IMUNIZAÇÃO CONTRA DOENÇAS INFECCIOSAS INFANTIS; OFERTA DE SERVIÇOS BÁSICOS A SAÚDE.

ALIMENTAÇÃO: QUANTIDADE DE REFEIÇÕES DIÁRIAS; FREQUÊNCIA DO CONSUMO DE VERDURAS; FREQUÊNCIA DO CONSUMO DE FRUTAS; ORIENTAÇÃO QUANTO AO CONSUMO DOS ALIMENTOS.

EDUCAÇÃO: TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR; TAXA DE ALFABETIZAÇÃO; TAXA DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA.

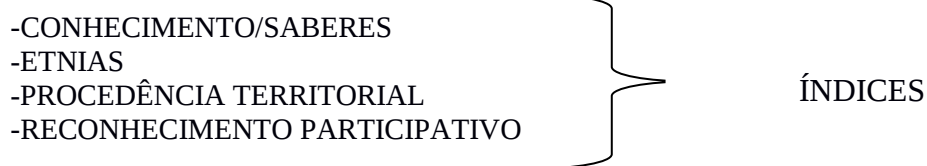
TRABALHO E RENDIMENTO: TAXA DE DESOCUPAÇÃO (DESEMPREGADOS); RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA; RENDIMENTO MÉDIO MENSAL.

HABITAÇÃO: ADEQUAÇÃO DE MORADIA.

CONDIÇÕES SANITÁRIAS: ACESSO A ÁGUA POTÁVEL, ESGOTO E DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO).

SEGURANÇA: SENSAÇÃO DE SEGURANÇA; ACESSO FACILITADO AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA.

INDICADORES PARA SUSTENTABILIDADE CULTURAL: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NOS PRÍNCÍPIOS E OBJETIVOS APRESENTADOS LEI 9.795/99



CONHECIMENTOS/SABERES – ARTICULAÇÃO E EQUILÍBRIO: ARTICULAÇÃO ENTRE OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL COM AS INFORMAÇÕES REGIONAIS, NACIONAL E GLOBAL

ETNIAS: RESPEITO À PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAIS INDIVIDUAIS E CULTURAIS; AUTODETERMINAÇÃO ÉTNICA.

PROCEDÊNCIA TERRITORIAL: ORIGEM TERRITORIAL.

RECONHECIMENTO PARTICIPATIVO: TROCA DE SABERES E CONHECIMENTOS.

INDICADORES - ALCANCE E EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADA NO PROSAMIM EM SUA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL

ALCANCE

- QUANTITATIVO DE PESSOAS PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROSAMIM NO BIÊNIO DE 2014 A 2016
- CAPACIDADE DE ALCANCE MÁXIMO PREVISTO DOS MORADORES DOS PARQUES RESIDENCIAIS NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADA NO PROSAMIM
- PRINCIPAIS TEMÁTICAS ABORDADAS NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

EFETIVIDADE

- MOMENTO DE TROCA DE CONHECIMENTOS ENTRE A EQUIPE TÉCNICA DO PROSAMIM E OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA;
- MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA;
- INFORMAÇÕES SOBRE O ACESSO A EDUCAÇÃO, SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, SEGURANÇA, HIGIENE, TRABALHO E RENDA, CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO, OUTROS;
- E AINDA OUTROS A SEREM PENSADOS COM BASE NOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES IMPLEMENTADAS NO PROSAMIM. (PESQUISA DOCUMENTAL)

ANEXO I

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental: um estudo de caso no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus-AM

Pesquisador: BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 74302017.9.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.389.837

Apresentação do Projeto:

Resumo: O presente estudo tem como tema para análise a sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental, tendo como delineamento da pesquisa um estudo de caso no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM-AM), sendo o objetivo geral o de Analisar a sustentabilidade social e cultural da Política de Educação Ambiental disposta na Lei 9.795/1999, implementada no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM, e como objetivos específicos: Identificar a perspectiva de sustentabilidade social e cultural presente na Política de Educação Ambiental; Caracterizar a forma de implementação da política de educação ambiental no PROSAMIM; Mapear o alcance e efetividade da educação ambiental implementada no PROSAMIM, em sua sustentabilidade social e cultural. Trata-se de uma pesquisa explicativa de caráter qualitativo, e abordagem crítico-dialética. O locus da pesquisa será os oito Parques Residenciais do PROSAMIM localizados na Bacia Hidrográfica do Educandos, tendo como sujeitos a equipe técnica do Prosamim que atua no desenvolvimento da política de educação ambiental e os beneficiários residentes no locus da pesquisa, totalizando uma amostra de 44 informantes, sendo 4 profissionais e 40 beneficiários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a sustentabilidade social e cultural da Política de Educação Ambiental disposta na Lei 9.795/1999, implementada no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 2.389.837

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_962945.pdf	30/10/2017 13:17:32		Aceito
Outros	Nota_Justificativa.pdf	27/10/2017 07:15:21	BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_profissionais.pdf	26/10/2017 19:25:18	BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_beneficiarios.pdf	26/10/2017 19:24:57	BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.pdf	26/10/2017 19:23:53	BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	26/10/2017 19:23:10	BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeanuencia_CSPA.pdf	19/09/2017 16:25:42	BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	img178.pdf	15/07/2017 14:02:16	BARBARA GABRIELLA OLIVEIRA CHAVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 21 de Novembro de 2017

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com